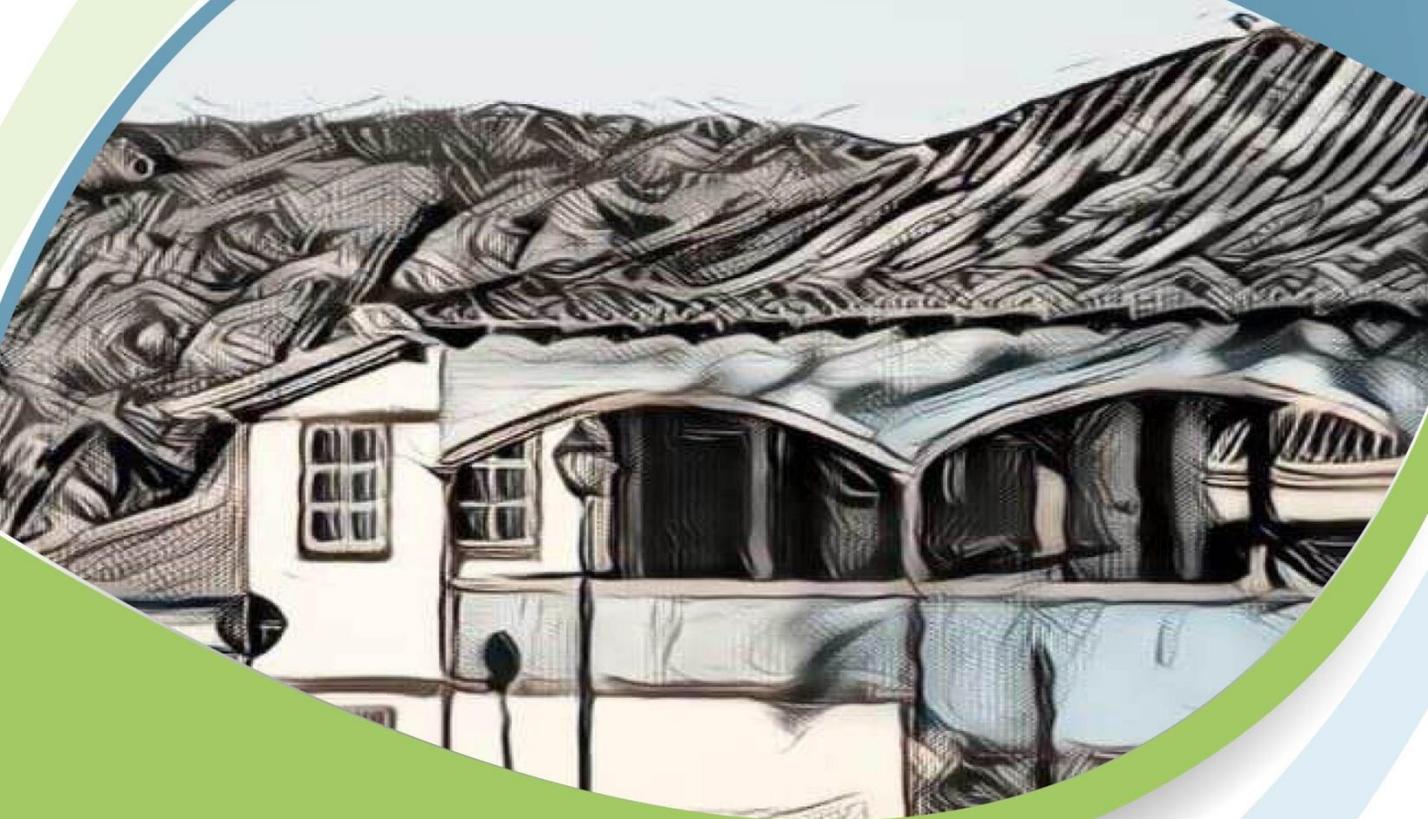




REVIS PATTUR



Volume 3 – Número 1 - 2025



REVISPATTUR - Revista de Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho
V. 3. N. 1 (2025).

Editoras:

Profa. Dra. Raquel Faria Scalco;

Profa. Dra. Camila Heleno;

Profa. Dra. Virginia Martins Fonseca.

Contato: revistapatttur.turismo@ufvjm.edu.br

Instituição responsável:

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM

Faculdade Interdisciplinar em Humanidades

Curso de Turismo

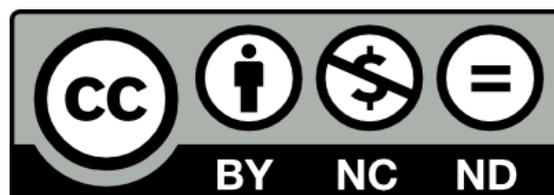
Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (PATTTUR)

Endereço:

UFVJM - Campus JK - MGT 367 - Km 583, nº 5000. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Gabinete 58. Alto da Jacuba, Diamantina - MG, 39100-000

Telefone: (38) 35321200 – (38) 35321224

ISSN: 2966-3512



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição - Não Comercial - Sem Derivações 4.0 Internacional.



Editorial REVISPATTUR – Volume 3

Camila Teixeira Heleno¹
Virginia Martins Fonseca²
Raquel Faria Scalco³

A criação da Revista de Turismo: Patrimônios, Territórios Descoloniais e Trabalho (REVISPATTUR) ocorreu em um momento oportuno, no qual o curso de Turismo da UFVJM alcançava sua maioria e o Núcleo de Pesquisa em Turismo: Patrimônio, Territórios Descoloniais e Trabalho (PaTTTUR) consolidava distintos projetos e publicações e se preparava para voos maiores, concebendo, paralelamente ao nascedouro da revista, o Programa de Pós-graduação em Turismo e Territórios Protegidos (PPGTTeP). Este programa, um mestrado acadêmico interdisciplinar, orquestrado inicialmente por docentes do curso de Turismo com repertórios e instrumental diversificado e fortalecido pela adição de docentes dos cursos de História e Geografia da casa. O terceiro volume da Revista chega justamente na abertura do PPGTTeP, como uma recepção de boas-vindas aos novos e novas ingressantes de mestrado no Vale do Jequitinhonha.

O presente volume da REVISPATTUR busca diversificar as temáticas em torno do escopo da revista indo do patrimônio cultural ao trabalho em turismo - seja na análise de suas condições ou na divisão sexual do mesmo -, passando pela reflexão acerca do protagonismo feminino em áreas de proteção ambiental, pela experiência internacional acerca da investigação sobre as proféticas sibilas e por uma entrevista com uma nômade não digital com extensa experiência de viagem pelo mundo. O terceiro volume é composto por um rol de três trabalhos em formato de artigos científicos, um artigo acadêmico, um relato de experiência internacional e, por fim, uma entrevista que impulsiona estudantes de graduação em Turismo para o desenvolvimento de habilidades de escrita acadêmica.

¹ Editora da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3203-0648>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>.

² Editora da REVISPATTUR. Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812>. Lattes: lattes.cnpq.br/0844500125867329.

³ Editora da REVISPATTUR. Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: raquel.scalco@ufvjm.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2042-783X>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1858387591943845>.

O primeiro artigo científico relata pesquisa sobre o ofício dos abridores de letras na Amazônia, fruto da pesquisa de mestrando em desenvolvimento de Flávio Aparecido Santos Souza Junior, sob orientação da docente Marina Furtado Gonçalves, pela Universidade Federal de Ouro Preto. Nele, os autores fazem um apanhado dessa arte e trazem questões importantes, como as tensões entre a preservação e a exploração comercial do patrimônio e expressões culturais tradicionais dos povos ribeirinhos amazônicos, especialmente das letras ornamentais de meios de transporte ligados à navegação.

O segundo artigo científico tem enfoque na divisão sexual do trabalho no agenciamento de viagens e é fruto de processo de doutoramento em Educação de Thiago Bicalho, sob orientação da professora Raquel Quirino, do CEFET-MG. O trabalho se desenvolveu com a realização de entrevistas com proprietários/gestores, agentes e guias de turismo visando, por meio do relato de suas vivências profissionais, compreender as relações de trabalho, os enfrentamentos que afetam ambos os sexos, com foco nas situações de opressão que afetam sobremaneira as trabalhadoras do setor.

Seguindo com o trabalho em turismo, no terceiro artigo científico, Gabriel Ferreira e Camila Heleno apresentam os resultados de entrevistas realizadas acerca das condições de trabalho no setor de alimentação, com foco nos trabalhadores/as informais que atuam em Diamantina/MG, problematizando aspectos das condições contratuais e jurídicas, das condições físicas e materiais, dos processos e características da atividade e do ambiente sociogerencial.

No quarto trabalho científico, Sabrina Cabral e Virginia Martins Fonseca apresentam uma análise da participação na coordenação do Encontro Cultural de Milho Verde, em 2024, com foco no protagonismo feminino, em formato de artigo acadêmico. Com reflexões baseadas no Ecofeminismo, em especial na corrente Cultural/Espiritual, as autoras analisam aspectos da participação das mulheres na economia solidária em áreas protegidas.

A entrevista, permeada por reflexões de gênero, é o último trabalho desse volume, foi conduzida por estudantes de graduação em Turismo, sob orientação da docente Maria de Lourdes Ferreira, e mescla o interesse nas experiências de uma mulher viajante, nômade não digital, com extensa experiência, tendo viajado por 138 países até o momento da entrevista, e o desenvolvimento de habilidades de escrita acadêmica.

A experiência relatada por Maria Claudia Magnani sintetiza dois períodos de pós-doutorado e dois de licença capacitação na Itália, investigando a presença das sibilas nas artes

visuais, com um resgate histórico desde sua origem, passando por sua disseminação na Europa e chegada ao Brasil, em especial em Diamantina/MG, com foco na hibridação cultural.

Para além de um convite mineiro para um dedo de prosa, científica e bem sustentada, gostaríamos de registrar nesse editorial uma oportuna homenagem à Profa Dra. Maria Claudia Magnani, por ocasião de sua aposentadoria recente. Maria Claudia esteve, desde a fundação e dedicou cerca de 19 anos de trabalho ao curso de Turismo da UFVJM, nos quais, com sua leveza e serenidade, fez parte da construção desta revista, faz parte do nosso conselho editorial, do grupo de estudos PATTTUR, tendo contribuído em vários eventos, debates e comissões, além de dezenas de projetos de pesquisa e extensão, sendo autora frutífera e contumaz, seja na escrita de artigos, capítulos ou livros, se configurando como uma autoridade reconhecida quando se trata de sibilas no país. Parte dessa trajetória pode ser conferida na seção de relatos de experiência do presente volume da REVISPATTUR. Registramos aqui nosso agradecimento e votos de que essa nova fase seja permeada por muitas alegrias e realizações!

Por fim, destacamos que muitos são os desafios em torno da manutenção, hospedagem, crescimento, divulgação e indexação de uma revista científica, principalmente em tempos de baixos recursos para as universidades públicas e das novidades da inteligência artificial. Nesse sentido, trilhando com determinação o caminho das possibilidades, apresentamos esse terceiro volume da REVISPATTUR, com registro ISSN (International Standard Serial Number).

Boa leitura a todos e todas!

O Ofício dos Abridores de Letras da Amazônia: entre Proteção e Exploração Cultural

Flávio Aparecido Santos Souza Junior¹
Marina Furtado Gonçalves²

Submissão em: 21 jan. 2025

Aceite em: 19 mar. 2025

Resumo: Este estudo integra uma pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado acadêmico em Turismo e Patrimônio e explora a relação entre a salvaguarda do patrimônio cultural e o turismo, analisando o impacto da apropriação cultural sobre as tradições tipográficas da Amazônia, em especial as letras ornamentais utilizadas nos barcos da região, conhecidas como “letras que Flutuam”. Essas letras representam um símbolo da identidade cultural amazônica e refletem o universo visual dos povos ribeirinhos. A pesquisa destaca os desafios de equilibrar valorização e exploração cultural, considerando o risco de mercantilização quando esses elementos são descontextualizados e transformados em produtos comerciais. Utilizando uma metodologia exploratória baseada em revisão bibliográfica e análise de conteúdos audiovisuais, o estudo investiga o papel do turismo cultural na promoção e preservação desses elementos. Os resultados indicam uma ambiguidade: enquanto a popularização das letras amazônicas ressalta seu valor cultural, também pode levar à perda de significado para as comunidades de origem. A pesquisa sugere a necessidade de políticas públicas que protejam as tradições locais e envolvam as comunidades na valorização cultural, garantindo o reconhecimento e a sustentabilidade da prática dos abridores de letras.

Palavras-chave: patrimônio cultural; tipografia amazônica; turismo cultural; sustentabilidade cultural.

The Craft of the Letter Openers of the Amazon: between Protection and Cultural Exploitation

Abstract: This study is part of research developed within the framework of an academic master's program in Tourism and Heritage and explores the relationship between cultural heritage safeguarding and tourism, analyzing the impact of cultural appropriation on the typographic traditions of the Amazon, particularly the ornamental lettering used on boats in the region, known as "Floating Letters." These letters symbolize Amazonian cultural identity and reflect the visual universe of riverside communities. The research highlights the challenges of balancing cultural appreciation and exploitation, considering the risk of commodification when these elements are decontextualized and transformed into commercial products. Using an exploratory methodology based on a literature review and audiovisual content analysis, the study investigates the role of cultural tourism in promoting and preserving these expressions. The findings reveal an ambiguity: while the popularization of Amazonian lettering emphasizes its cultural value, it can also lead to a loss of meaning for the originating communities. In light of this, the research points to the need for public policies that protect local traditions and encourage community participation in cultural appreciation, ensuring the recognition and sustainability of the craft of letter openers.

Keywords: cultural heritage; amazonian typography; cultural tourism; cultural sustainability.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Endereço eletrônico: flavios25junior@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-0522-8722> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3183928388709205>

² Docente do Departamento de Museologia da Universidade Federal da Bahia, Professora permanente junto ao Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio da Universidade Federal de Ouro Preto. Endereço eletrônico: marinagoncalves@ufba.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6557-1785> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1279409696749814>

Introdução

De acordo com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI, 2016), o artesanato tradicional requer técnicas e habilidades especializadas, além de conhecimentos que, muitas vezes, são antigos e passados de geração em geração. As peças de artesanato podem ser expressões culturais tradicionais em sua concepção, aparência e estilo, e podem incorporar conhecimentos tradicionais por meio das aptidões e do *know-how* necessários para sua produção.

Os conhecimentos tradicionais e as expressões culturais tradicionais, incluindo o artesanato, são recursos culturais, sociais e históricos de grande valor para as comunidades que os preservam, praticam e desenvolvem. Além disso, possuem valor econômico, podendo ser utilizados, comercializados ou licenciados para gerar renda e promover o desenvolvimento econômico. No entanto, essas técnicas tradicionais, bem como a concepção, a reputação e o estilo associados ao artesanato, estão vulneráveis à imitação e à apropriação indevida. Com frequência, cópias de baixo custo prejudicam as vendas de artigos artesanais autênticos, além de comprometer a reputação de qualidade dos produtos originais (OMPI, 2016).

Nesse sentido, Carvalho (2012) argumenta que a cultura popular sofre um processo de canibalização quando é transformada em espetáculo e descolada de seu contexto original, ou seja, desterritorializada. Nesse processo, a cultura, que possui raízes e significados específicos em suas comunidades de origem, é reconfigurada para atrair pessoas que frequentam eventos culturais, estabelecimentos e espaços elitizados.

Ainda em consonância com Carvalho (2012), os termos "canibalização" e "espetacularização" expressam a percepção de que as culturas populares estão cada vez mais sujeitas a um processo contínuo de apropriação, exploração e descaracterização. Esse movimento está diretamente ligado à demanda das indústrias do entretenimento e do turismo, bem como à manipulação de artistas populares por políticos regionais de perfil populista.

Aguiar (2006) acrescenta que as culturas e populações locais são transformadas em atrações turísticas e utilizadas como matéria-prima para a indústria cultural. Esse processo resulta na reapropriação de festas tradicionais, saberes, costumes e construções antigas, que são modificadas conforme novas dinâmicas produtivas e convertidos em produtos de consumo dentro do turismo cultural. Nesta pesquisa, abordaremos especificamente a exploração cultural referente ao ofício do artesanato dos povos ribeirinhos da Amazônia.

Em conformidade com a Rede de Artesanato Brasil (2021), a regulação do artesanato é bastante complexa devido à diversidade de agentes e contextos envolvidos, que abrangem aspectos socioculturais, políticos e econômicos. A Rede destaca a importância de discutir propostas que melhorem as condições para os indivíduos e instituições em todas as etapas do processo produtivo. Além disso, ressalta a necessidade de uma visão ampla que contemple sujeitos e suas relações, comunidades, trajetórias, tempos, instituições, estruturas, demandas e conflitos, promovendo uma abordagem universal e inclusiva na regulação do artesanato.

Com o objetivo de superar os desafios enfrentados pelo setor, o Projeto Estruturação do Sistema de Gestão do Artesanato Brasileiro oferece capacitação remota em Políticas Públicas e Desenvolvimento do Artesanato. Essa iniciativa promove a integração de saberes e fomenta políticas públicas que fortalecem o segmento artesanal. Nos módulos do curso, são abordados temas relevantes, como a Portaria Nº 1.007-SEI/2018, que institui o Programa do Artesanato Brasileiro (PAB), e o Marco Jurídico do Artesanato Brasileiro, destacando a necessidade de regulamentação e a proteção dos direitos dos artesãos (Rede de Artesanato Brasil, 2021). Nesse contexto, o ofício dos abridores de letras amazônicos (Figura 1) emerge como objeto central desta pesquisa, refletindo a riqueza cultural e a importância de preservar e valorizar essa prática tradicional.

Figura 1

Abridor de letra fazendo uma pintura em uma embarcação.



Fonte: Nailana Thiely, 2021. n.p.

Para Carvalho (2009), práticas culturais tradicionais, como as dos "abridores de letras" exercida pelos povos ribeirinhos da Amazônia (Figura 2), são mais do que expressões artísticas: são pilares da identidade coletiva e do pertencimento. Os "abridores de letras" são artistas que criam letras ornamentais que adornam embarcações, simbolizando a estética e o universo visual dos povos ribeirinhos (SECULT, 2021).

Nesse sentido, a preservação do patrimônio cultural tem se tornado uma preocupação crescente entre pesquisadores de diversas áreas (Azevedo, 2013). Dentre elas pode-se

mencionar turismólogos, historiadores, conservadores-restauradores, instituições públicas e privadas e entusiastas. Nesse contexto, os conceitos de patrimônio e turismo, desenvolvidos no final do século XVIII, emergem como construções sociais que atribuem novos significados a espaços e objetos. Embora cada elemento tenha um propósito original, eles são simbolicamente recriados para exercer novas funções. Historicamente, a relação entre turismo e patrimônio foi moldada pelo valor econômico atribuído aos monumentos (Camargo, 2005).

O turismo, especialmente o de segmento cultural, utiliza bens patrimoniais como produtos autênticos, carregados de história e memória, promovendo trocas culturais e preservação do patrimônio cultural (SEBRAE, 2022). Contudo, quando esse segmento de turismo não é utilizado de maneira correta, pode ter algumas consequências, como por exemplo a apropriação cultural.

Considerando os pontos de vista mencionados, percebe-se que, embora a preservação do patrimônio cultural seja um tema de crescente importância, ainda há um longo caminho a percorrer para garantir a proteção e valorização adequadas desses bens. Muitos desafios dificultam o progresso nessa área, exigindo o envolvimento de diversos setores da sociedade para serem superados. Segundo Amaral (2015), a Constituição Federal brasileira destaca algumas diretrizes em relação à proteção do patrimônio cultural. Para o autor, o estado, com o apoio da comunidade, é responsável por proteger as manifestações culturais de diferentes grupos, como culturas populares, indígenas, afrodescendentes e outros que compõem a sociedade brasileira. O patrimônio cultural é definido como o conjunto de bens materiais e imateriais que remetem à memória, identidade e ação desses grupos (Amaral, 2015).

De acordo com Sant'Anna (2015), a preservação envolve a gestão prática do patrimônio cultural por meio de instrumentos de identificação, proteção e manejo, constituindo um processo de patrimonialização. Esse processo começa com a atribuição de valor a determinados objetos, construções, paisagens, saberes e práticas, com base em critérios históricos, estéticos e culturais. Ele se completa com a implementação de ações concretas destinadas a manter ou dar continuidade a esse patrimônio.

Diante disso, é notável que a política de preservação cultural no Brasil tem mudado o foco dos próprios bens para a importância da dinâmica social e dos valores atribuídos a eles. Isso implica uma aproximação com as pessoas que vivenciam essas práticas culturais, permitindo que elas participem mais ativamente das decisões sobre a preservação de seu patrimônio. Essa perspectiva favorece práticas de gestão voltadas à autonomia e sustentabilidade das culturas e promove uma nova relação de conhecimento, na qual os próprios

detentores das manifestações culturais colaboram na construção do saber sobre suas tradições e práticas.

Neste contexto de preservação do patrimônio cultural, a prática dos povos ribeirinhos da Amazônia, também conhecida como “Letras que Flutuam” (Figura 1) se torna objeto desse estudo. Esses elementos decorativos, são parte integrante da identidade cultural amazônica e refletem o universo visual dos povos ribeirinhos (SECULT, 2021).

Este estudo tem como objetivo realizar uma pesquisa bibliográfica abrangente para reunir dados e informações sobre a prática tipográfica utilizada na Amazônia, especialmente no contexto das letras ornamentais dos povos ribeirinhos, inscritas em equipamentos náuticos como os barcos. Além disso, será conduzido um estudo de caso sobre um possível episódio de apropriação cultural realizado por um artista, que empregou essa técnica tradicional em sua obra. A justificativa do estudo reside na necessidade de uma análise crítica dos limites entre valorização e exploração cultural, enfatizando a importância de respeitar e preservar esses elementos em seu contexto cultural original. Em sequência essa pesquisa apresenta os procedimentos metodológicos empregados no estudo.

Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa de caráter exploratório-descritivo, estruturada em múltiplas etapas que visaram ampliar a compreensão sobre o ofício dos abridores de letras na Amazônia e as questões relacionadas à apropriação cultural no *design* gráfico. Inicialmente, foi realizada uma revisão bibliográfica para embasar o estudo teórico sobre a prática dos abridores de letras amazônicos, investigando suas origens, características e relevância cultural. Essa etapa incluiu artigos acadêmicos e publicações especializadas, que forneceram um panorama geral sobre o tema. Para complementar esse levantamento, foram analisados materiais audiovisuais disponíveis em plataformas *online*, como vídeos documentais, entrevistas e reportagens, que ofereceram uma perspectiva visual e narrativa do contexto cultural desses profissionais.

A fim de explorar os conflitos relacionados à apropriação cultural, foram consultadas reportagens jornalísticas, que destacaram as tensões entre a preservação do patrimônio cultural e sua exploração comercial. Essa etapa permitiu identificar as principais controvérsias e narrativas em torno do tema, evidenciando diferentes perspectivas sobre os impactos culturais e econômicos envolvidos. Como parte do estudo empírico, foram analisados dois casos

específicos de apropriação cultural, envolvendo duas lojas de renome e um artista, que foram publicamente acusados de explorar elementos culturais dos abridores de letras sem a devida autorização ou reconhecimento. Esses casos serviram como base para aprofundar a discussão sobre os limites éticos e legais da apropriação cultural no campo do *design*.

A pesquisa também incluiu entrevistas com três profissionais de áreas distintas, todos com experiência na criação artística e no *design* gráfico. Essas entrevistas buscaram capturar diferentes perspectivas sobre questões éticas, práticas criativas e os desafios relacionados à inspiração versus apropriação cultural. Os depoimentos desses profissionais enriqueceram a análise e trouxeram contribuições práticas para o debate. A seguir o estudo irá contemplar uma abordagem preliminar sobre os povos ribeirinhos. Essa etapa busca ampliar a compreensão do cenário cultural em que o ofício dos abridores de letras está inserido.

Breve contexto sobre os Ribeirinhos da Amazônia

A Amazônia, maior bioma brasileiro, possui um vasto território e rica biodiversidade, com fronteiras difíceis de delimitar, pois ultrapassam o Brasil e variam conforme o critério adotado (como floresta, clima, relevo ou bacia hidrográfica) (Marques, 2019). Além de sua extensão e recursos naturais, a região é marcada por uma diversidade étnico-cultural resultante da colonização e miscigenação, incluindo quilombolas, indígenas, ribeirinhos, caboclos e seringueiros (Fernandes & Moser, 2021). Dentro deste contexto, destacam-se as comunidades ribeirinhas, foco deste estudo.

Essas comunidades, apesar das mudanças trazidas pela expansão da cultura ocidental e do sistema capitalista, preservam um modo de vida tradicional, centrado na pesca e na agricultura de corte e queima (Da-Glória & Piperata, 2019). De acordo com o Instituto ECO BRASIL (2024), além da pesca, os ribeirinhos cultivam pequenos roçados para consumo próprio e realizam atividades de caça e extrativismo, integrando práticas que são transmitidas de geração em geração.

Chaves (2001) descreve os ribeirinhos como uma população tradicional emblemática na Amazônia, caracterizados pela sua forma única de comunicação e pelas representações de seus lugares e tempos em conexão com a natureza. A relação que mantêm com a água, junto aos seus sistemas de classificação da fauna e flora, compõem um vasto patrimônio cultural. Segundo Chaves, essas comunidades:

vivem em agrupamentos formados por várias famílias, localizados ao longo dos rios e seus afluentes. A localização em áreas de várzea, nos barrancos, e o conhecimento socio-histórico que molda seu modo de produção e estilo de vida nas comunidades

ribeirinhas contribuem para a construção de sua identidade sociocultural (Chaves, 2001, p. 78).

O reconhecimento formal das comunidades ribeirinhas como parte das populações tradicionais brasileiras ocorreu com o Decreto Presidencial nº 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Esse decreto ampliou o reconhecimento dado pela Constituição de 1988 aos indígenas e quilombolas, abrangendo também faxinalenses, pantaneiros, caiçaras, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco de babaçu e outras populações (ECO BRASIL, 2024).

No campo das ciências sociais, o termo "comunidade tradicional" é amplamente discutido, especialmente em referência às populações ribeirinhas, pois está associado à ideia de um espaço físico específico. Entre os autores clássicos, Wagley (1957) foi um dos primeiros a empregar o termo "comunidade tradicional" para descrever as sociedades amazônicas. Segundo ele:

Nas comunidades, existem relações humanas de indivíduo para indivíduo, onde as pessoas estão sujeitas aos preceitos de sua cultura diariamente. É nesses contextos que os habitantes educam seus filhos, mantêm uma vida familiar, formam associações, praticam sua religião e seguem os valores de suas culturas. A economia, religião, política e outros aspectos da cultura são interligados e formam parte de um sistema cultural geral (Wagley, 1957, p. 43-44).

Diegues (2008), por sua vez, define as comunidades tradicionais, em uma perspectiva marxista, como aquelas em que a organização social e econômica é marcada pela baixa acumulação de capital e pela ausência de trabalho assalariado. Nessas comunidades, os produtores independentes se dedicam a atividades de pequena escala, como agricultura, pesca, coleta e artesanato, fundamentando sua subsistência no uso de recursos naturais renováveis.

De acordo com o inciso I, Art. 3º, Decreto 6.040/2007 da Constituição Federal do Brasil, povos e comunidades tradicionais são grupos culturalmente distintos que se identificam como tal e possuem formas próprias de organização social. Eles ocupam e utilizam territórios e recursos naturais como base para a preservação de suas práticas culturais, sociais, religiosas, ancestrais e econômicas, empregando conhecimentos, inovações e práticas transmitidas ao longo das gerações.

Diante dos contextos apresentados, percebe-se que a diversidade étnica e populacional da Amazônia, destacada neste estudo pelos povos ribeirinhos, está diretamente ligada ao manejo sustentável e à conservação do patrimônio cultural. As comunidades e povos tradicionais da Amazônia dependem da caça, pesca e extrativismo para obter alimento e gerar renda. Além disso, incorporam a esses meios de subsistência conhecimentos e práticas transmitidos de geração em geração, o que contribui para a preservação dos saberes tradicionais

e reforça o potencial dessas atividades no reconhecimento do patrimônio cultural amazônico. A seguir, apresenta-se um breve contexto sobre a tradição naval da Amazônia.

A tradição naval amazônica

A partir do século XVII, com o interesse de Portugal em ocupar a Amazônia, os portugueses, ao chegarem ao Brasil, depararam-se com alguns “objetos náuticos” já utilizados pelos povos indígenas, como as canoas. Dessa forma, desde o início da colonização, os portugueses testemunharam as habilidades dos indígenas na construção dos primeiros meios de transporte náuticos da região (Lima & Sousa, 2021). Isso evidencia que o uso de embarcações no Brasil já ocorria antes da chegada dos colonizadores portugueses.

Para aproveitar a rica ictiofauna³ da floresta amazônica, os povos indígenas criaram soluções para atender tanto às suas necessidades de locomoção quanto de alimentação. Com engenhosidade, transformaram árvores em ubás e igarités, desenvolvendo, assim, uma cultura de pesca e técnicas associadas, como a construção de embarcações. Esse conhecimento foi transmitido entre nativos e ribeirinhos, espalhando-se por grande parte da região norte (Corrêa, 2021).

Segundo Bittencourt (1957), a canoa era o principal meio de transporte dos indígenas na Amazônia, permitindo vencer grandes distâncias a remo. Os troncos que caíam nos rios e eram levados pela correnteza serviram de inspiração para as primeiras embarcações indígenas. No entanto, com a chegada dos portugueses que possuíam conhecimentos avançados em construção naval, iniciou-se a fabricação de embarcações maiores do que as canoas tradicionais dos povos indígenas (Corrêa, 2021).

Ferreira (2009) corrobora essa visão em seu trabalho “Nota sobre a Construção Naval no Brasil nos Séculos XVII e XVIII”. O autor destaca que a indústria de construção naval no Brasil já viveu períodos de grande importância e que isso não é surpreendente, uma vez que o país foi colonizado por uma nação com fortes tradições nesse setor.

A importância dos estaleiros está inserida nessa dinâmica. Esses locais tiveram sua primeira instalação no Brasil no final do século XVI, com a iniciativa oficial de estabelecer o estaleiro Ribeira das Naus, na Bahia, durante o governo de D. Francisco de Souza. Posteriormente, esse estaleiro passou a ser conhecido como Arsenal da Marinha, nome que também foi adotado em outras regiões do país, como Recife e Belém. Devido à abundância de

³ Ictiofauna é o termo que se refere ao conjunto de espécies de peixes que vivem numa determinada região.

madeiras de alta qualidade, o estaleiro de Belém rapidamente se destacou como um importante centro de construção naval (Ferreira, 2009).

De acordo com o pesquisador e ativista socioambiental João Meirelles Filho, autor de Livro de Ouro da Amazônia (2006), aproximadamente cem mil barcos navegam pelos rios amazônicos. A maioria dessas embarcações é de pequeno porte, construída artesanalmente para uso familiar. São esses barcos, principalmente, que mantêm viva a tradição da pintura popular (Meirelles, 2006).

Ainda em conformidade com Corrêa (2021), a construção de barcos pelos mestres caboclos foi se aprimorando ao longo do tempo, adaptando-se às particularidades da Amazônia. Esse processo exigiu o desenvolvimento de técnicas e o surgimento de atividades associadas à construção naval, como carpintaria, calafetagem e pintura. Com a Amazônia entrelaçada por rios, as embarcações se tornaram meios de transportes necessários para a região. Nesse contexto Náutico foi que surgiu a profissão de "abrir letras" para nomear os barcos, um ofício visível nos estaleiros artesanais ao longo dos rios amazônicos. A seguir, a pesquisa irá explorar mais a fundo o trabalho desses profissionais especializados nas letras navais amazônicas.

O ofício de “abrir letras”

Segundo Martins (2018), a prática de "abrir letras" em barcos é uma arte tradicional ligada à pintura com pincel, onde os nomes das embarcações são escritos em letras coloridas e decoradas (Figura 2). Esse ofício é realizado por profissionais que se destacam em várias cidades amazônicas, todas interligadas pelos rios.

Figura 2

Embarcação com letras decorativas.



Fonte: Idaias Freitas, 2024. n.p

Em conformidade com a SECULT (2021), esse ofício é uma tradição ribeirinha de pintar os nomes dos barcos na Amazônia. Os abridores de letras são profissionais responsáveis por aplicar as letras e os nomes nas embarcações, etapa que é considerada o processo final da construção do barco.

Para Finizola et al. (2013), determinar a origem do ofício do “pintor de letras” e dos letreiramentos manuais é uma tarefa desafiadora. Existem poucos registros históricos dessa forma de comunicação gráfica, devido à sua natureza efêmera, pois são produtos do cotidiano e têm uma vida útil curta.

De acordo com pesquisas conduzidas por Martins (2018), alguns artesãos aprenderam a técnica de "abrir letras" através de cursos por correspondência, enquanto outros adquiriram o conhecimento sob a orientação de um mestre experiente. Os "abridores" frequentemente mencionam a influência dos barcos de outros municípios que circulam pelos rios, trazendo inspiração e incentivando uma competição saudável para que "um queira fazer mais bonito que o outro". A autora ainda ressalta que essa é uma característica exclusiva da Amazônia, demonstrando como esse ofício tem sido passado de geração em geração e como os artesãos locais buscaram formas de estudo para aprimorar a técnica.

Conforme publicado pelo Connectarch (2022), a arte dos abridores de letras é um ofício dominado por poucos artesãos e é uma característica marcante da região amazônica, cuja tradição geralmente é transmitida de pai para filho. Esses artistas são conhecidos por pintar nomes, frases e palavras em barcos, muros e fachadas da região. Inicialmente, a criação dessas letras era aplicada apenas em embarcações, mas com o tempo, expandiu-se para fachadas de comércio e até residências, atualmente repletas de cores vibrantes, detalhes e ornamentos.

Para Corrêa (2021), a pintura de embarcações faz parte do conjunto de profissões navais e que essa prática é especialmente comum em barcos artesanais. Esses barcos, por meio de seus nomes, refletem a identidade de um povo, seus costumes, práticas e visão de mundo. Com o passar do tempo, essas embarcações foram sendo cada vez mais ornamentadas. Não apenas os nomes apresentam técnicas gráficas decorativas, mas o próprio barco se torna um espaço para imagens que expressam os costumes, a fé e as emoções de uma comunidade específica.

Os responsáveis por esse trabalho são especialistas nessa forma de arte, que desenvolveram suas técnicas, em grande parte, de forma empírica. Em Portugal, as pinturas dos barcos moliceiros demonstram como o ato de decorar uma embarcação pode se tornar uma expressão cultural, pois essas pinturas refletem a identidade local (Corrêa, 2021). Clara Sarmiento (2000) afirma que o processo pelo qual os objetos ganham significado está vinculado

a valores e influências socioeconômicas, que os transformam em meios de expressão e afirmação de uma identidade regional.

A prática de ornamentar embarcações é algo presente em diversas civilizações. Esse costume é observado no arquipélago de Nova Guiné, na Melanésia, onde os trobriandeses cercam suas canoas de tradições, decorando-as com entalhes, cores vibrantes e adornos para embelezá-las, transformando-as em verdadeiros espetáculos visuais (Malinowski, 2018).

Segundo Corrêa (2021), essa prática ressaltada por Malinowski (2018) nos conduz à compreensão da profunda conexão entre o homem e sua embarcação, uma relação que ultrapassa o aspecto material, pois, para os trobriandeses, a canoa é uma extensão de suas vidas. Assim, a prática de decorar embarcações faz parte do cotidiano daqueles que veem nos barcos elementos essenciais para sua existência. Em sua pesquisa intitulada “Letras que Flutuam: territórios fluidos da Amazônia”, Fernanda Martins (2008) descreve com precisão uma expressão cultural local. A autora aborda a maneira como os barcos de madeira são identificados na cidade de Belém, Pará, onde as embarcações têm um papel significativo, especialmente na vida dos ribeirinhos. Segundo Martins (2008):

Os barcos trazem o morador para o trabalho, para comprar artigos de subsistência, transportam a produção, levam as crianças para a escola. Não apenas, o barco é uma segunda casa, deve estar sempre arrumado, deve ser seguro. E todos os barcos ribeirinhos são identificados de uma mesma forma, através de letras pintadas de uma maneira específica, com raízes formais baseadas na tipografia vitoriana do século XIX. (Martins, 2008, p. 336).

Diante desses contextos, percebemos que a relação entre o homem e sua embarcação vai além do uso funcional, refletindo uma conexão emocional e cultural profunda. Como observam os autores mencionados, decorar as embarcações é uma prática que reforça essa ligação, tornando o barco uma extensão da vida do indivíduo, especialmente em culturas como a do Norte do país. Na Amazônia, essa prática ganha contornos únicos, e os barcos assumem um papel central na vida dos ribeirinhos, funcionando como meios de transporte, espaços de trabalho e até como segundas casas. As palavras de Martins (2008) enfatizam que as embarcações da Amazônia são ornamentadas em um estilo específico, reforçando a identidade cultural dessas embarcações.

Ao investigar o surgimento da letra decorativa na Amazônia, Martins (2008) destaca exemplos de outros países que utilizam estilos de pintura influenciados pela estética vitoriana. Entre os casos mencionados, a autora cita o fileteado argentino, uma tradição de decorar carrocerias de caminhões, prática que também ocorre no Brasil. Assim, podemos entender que essa atividade se manifesta na Amazônia através de seu principal meio de transporte e um dos

principais instrumentos de trabalho: a embarcação. Esse contexto certamente contribuiu para o surgimento da profissão de abridor de letras na região amazônica. A seguir, serão tratados aspectos sobre turismo cultural responsável, com o intuito de demonstrar a sua importância para a preservação de práticas e expressões culturais como as que envolvem o ofício do abridor de letras na Amazônia.

Turismo cultural responsável

Historicamente, o desenvolvimento do turismo esteve marcado, prioritariamente, por aspectos econômicos e quantitativos. O que mais importava eram os aviões lotados de passageiros e destinos repletos de viajantes, demandando o crescimento exponencial de equipamentos e serviços turísticos para atender a essa demanda. Com o passar das décadas, estudos e pesquisas revelaram uma série de impactos negativos oriundos de uma lógica de mera exploração do turismo, tais como: degradação ambiental dos destinos, aumento do custo de vida à população local, perda de elementos da identidade cultural, aumento da criminalidade, entre outros (Barreto & Lanzarini, 2023).

Pinheiro & Oliveira (2023), afirmam que a preservação do patrimônio cultural se tornou mais ampla e reflete, de forma mais intensa, a diversidade e as múltiplas identidades que constituem nações, povos e etnias. Em especial, aqueles grupos sociais mais restritos, frequentemente marginalizados e com pouca representatividade demográfica e econômica, estão em maior risco de desaparecer.

Nesse sentido, emerge a necessidade de se desenvolver um turismo mais responsável, alinhado a preceitos sustentáveis, capaz de envolver as comunidades locais em seus processos de planejamento, gestão e monitoramento e trazer benefícios como bem-estar, renda e a preservação do patrimônio natural e cultural dos destinos, preocupando-se com as gerações atuais e futuras. É nessa perspectiva que surge o turismo responsável movido por princípios sustentáveis, éticos, participativos e inclusivos (Nascimento, 2018).

O turismo cultural é hoje uma realidade para muitos municípios que buscam desenvolver-se de forma sustentável e agregar mais valor à sua cidade. Ao valorizar as manifestações culturais, folclóricas, artesanais e a arquitetura da cidade, o turismo cultural melhora a autoestima da população local. Mas, para tornar-se realmente atrativo aos visitantes o turismo cultural deve envolver a comunidade em torno deste objetivo, não só pela possibilidade do desenvolvimento da economia local com a entrada de divisas, mas

principalmente visando o aproveitamento do turismo cultural como propulsor do espírito comunitário e da melhoria na qualidade de vida da população (Schneider, 2006).

O turismo está em expansão no Brasil, com grande potencial de desenvolvimento (Guimarães & Morano, 2020). Para gerar benefícios para as regiões turísticas, é necessário promover uma gestão que equilibre interesses diversos e busque soluções cooperativas. Esse modelo deve fortalecer o turismo responsável, melhorar a segurança e a qualidade de vida das comunidades locais, além de contribuir para o desenvolvimento social e humano das áreas onde o turismo ocorre (Barreto & Lanzarini, 2023).

Nesse contexto, o Ministério do Turismo definiu como prioridade o incentivo ao turismo responsável. Esse modelo busca equilibrar sustentabilidade ambiental, social e econômica, respeitando o meio ambiente, promovendo justiça social, valorizando a cultura e economia locais, e colocando a comunidade como protagonista do desenvolvimento turístico em seu território (Costa et al., 2024).

Segundo Oliveira et al. (2022), no âmbito da sustentabilidade, os valores pessoais e o estilo de vida parecem ser fatores relevantes para prever os comportamentos individuais. Analisar o comportamento ético do turista é um indicador importante para compreender a dinâmica indivíduo-sociedade-ambiente e seus impactos de curto, médio e longo prazos. Ademais, essas informações são relevantes para que as partes interessadas e os formuladores de políticas públicas gerenciem de maneira sustentável as paisagens naturais, bem como, os produtos e serviços envolvidos nessa atividade.

Diante dos pontos apresentados, essa pesquisa aponta que o turismo cultural responsável surge como uma possibilidade de contribuição para o desenvolvimento sustentável do setor. Nesse contexto, a implementação de políticas públicas e estratégias de gestão podem desempenhar um papel fundamental ao promover o envolvimento das comunidades locais, respeitar as especificidades culturais e ambientais de cada destino e garantir a distribuição equitativa dos benefícios gerados pelo turismo. Para aprofundar essa discussão, o próximo tópico apresenta os resultados da pesquisa, que incluem a análise de dois estudos de caso relacionados a marcas de renome e a um artista, além de entrevistas com profissionais de áreas ligadas à criação e ao *design*.

Resultados

Os resultados indicaram uma relação ambígua entre apropriação cultural e o reconhecimento dessas práticas artísticas. De um lado, o uso das letras amazônicas em produtos comerciais e o crescente interesse por essa estética ribeirinha destacam o valor cultural desse patrimônio; por outro lado, há o risco de que essa popularização leve à perda de significado para as comunidades de origem.

De acordo com o portal da rede Globo G1-Pará (2024), a difusão desse vocabulário imagético ribeirinho o fez reconhecido em todo o Brasil. Isso se comprova pela enorme quantidade de produtos que estão utilizando as letras decorativas da Amazônia, sem contar produtos publicitários e marcas de empresas. Em entrevista ao portal, Fernanda Martins, uma pesquisadora da arte dos Ribeirinhos afirmou que isso não surtiu efeitos positivos para os artesãos e muito menos refletiu na ampliação do mercado de trabalho aos abridores de letras, que são, originalmente, os autores dessa obra singular, mas permanecem invisíveis.

Diante desse cenário, o Instituto Letras que Flutuam foi criado em 2004 pela *designer* e pesquisadora Fernanda Martins, com o objetivo de promover ações para a valorização e preservação das letras decorativas amazônicas. Entre suas iniciativas, o Instituto vem documentando esse saber, mapeando os artistas populares responsáveis por essa representação estética marcante da região amazônica, lutando pelos direitos desses artesãos e promovendo campanhas de reconhecimento pela arte de abrir letras, além de combater a apropriação cultural desse conhecimento (Letras que Flutuam, 2023).

Segundo a entrevistada é muito comum vermos designers e publicitários reproduzindo o trabalho desses artistas, o que torna o debate sobre direitos autorais essencial. A grande prioridade do Instituto é não apenas divulgar esse conhecimento, como foi feito anteriormente, mas também buscar novas formas de reconhecimento e geração de renda para os verdadeiros mestres do saber de abrir letras em barcos na Amazônia (Globo, 2024).

Conforme destacado por Mandel (2006), o vocabulário de uma língua representa o conjunto de todos os seres, objetos e ideias de uma comunidade. As formas escritas que expressam essa língua utilizam, por sua vez, o repertório visual e cultural acumulado pelo grupo. Uma língua e uma escrita situam o indivíduo dentro de uma comunidade social e cultural. Nesse sentido, quando alguém de fora dessa comunidade utiliza a língua e as formas visuais que representam o repertório cultural do grupo, isso pode ser considerado um exemplo

de apropriação cultural se não houver respeito, reconhecimento e colaboração com os membros originais da comunidade.

Em uma postagem da rede social *Instagram* (Figura 3), feita pela página da organização, foi observada uma acusação de apropriação cultural supostamente cometida pelas Lojas Renner. Na ocasião, o perfil que fez a denúncia marcou o usuário das Lojas Renner (@lojasrenner).

Figura 3

Publicação no *Instagram* acusando as Lojas Renner de apropriação cultural.



Fonte: Letras que Flutuam, 2023. n.p.

Ao observar a imagem (Figura 3), é notória uma coleção de roupas em uma das unidades das Lojas Renner no Shopping Belém, utilizando uma estampa com a “caligrafia” dos abridores de letras amazônicos. Na publicação, também foi redigida a seguinte frase: “Quais os limites da apropriação cultural pela moda? Usar a letra decorativa amazônica como inspiração é apropriação cultural? Qual a nossa responsabilidade, enquanto amazônidas e consumidores, diante da explosão da letra de barco fora do seu uso comunicacional nas embarcações e letreiros regionais?” (Letras que Flutuam, 2023, n.p.). Outras informações contidas na publicação podem ser conferidas na transcrição abaixo:

O projeto Letras que Flutuam vem desde 2004 documentando esse saber e mapeando os artistas populares responsáveis por essa representação estética marcante da nossa região. Nosso interesse não é cercear a divulgação da letra de barco, e sim de valorizar esse saber e promover o reconhecimento dos artistas invisíveis que sobrevivem dessa arte. A nós, cabe conhecer e adquirir peças DIRETO DOS ARTISTAS, evitando atravessadores e desenvolvendo produtos JUNTO COM ELES. Assim evita-se a apropriação e o benefício da divulgação das letras é compartilhada com o autor. VALORIZE O ARTISTA DA AMAZÔNIA. CONHEÇA E CONTRATE OS ABRIDORES DE LETRAS. E mais importante: NÃO USE A LETRA DE UM ABRIDOR SEM A SUA AUTORIZAÇÃO (Letras que Flutuam, 2023, n.p.).

Foi visto na publicação pessoas recriminando o episódio de apropriação cultural por parte da empresa e outros comentários marcando o usuário das Lojas Renner, no entanto a rede

lojista não se pronunciou na publicação e nem respondeu a nenhum dos comentários. Em 2024, foi observada uma possível reincidência de apropriação cultural, envolvendo a arte dos povos ribeirinhos. Nessa ocasião, o Instituto Letras que Flutuam emitiu uma carta pública expressando sua insatisfação com o uso não autorizado desses elementos culturais por grandes marcas comerciais. A polêmica surgiu após o lançamento da coleção “Manifesto do Afeto”, criada por Filipe Grimaldi para a Loja Riachuelo (Figura 4) (Duarte, 2024).

Figura 4

Capa da coleção “Manifesto de Afeto” criada por Filipe Grimaldi.



Fonte: Riachuelo, 2024. n.p.

A imagem (Figura 4) revela uma fusão entre os letreiros amazônicos e sua apropriação por marcas de renome, como a Riachuelo e a Disney. Essa junção demonstra como elementos tradicionais são desconectados de seu contexto original e inseridos em um cenário totalmente globalizado. Ao associar símbolos da cultura amazônica a personagens icônicos da cultura norte-americana, a coleção traduz a colonialidade dos processos de consumo, evidenciando como culturas locais podem ser moldadas e comercializadas sob a ótica das grandes corporações ocidentais. Essa dinâmica expõe um aspecto da colonialidade cultural, em que o patrimônio local é esvaziado de seu significado original, sendo recontextualizado em um espaço que, muitas vezes, desconsidera ou distorce a história e os valores da cultura de origem.

Para o Instituto Letras que Flutuam, a coleção incorporou letreiros tradicionais amazônicos sem dar o devido reconhecimento ou compensação aos artesãos locais (Duarte, 2024). De acordo com uma reportagem do portal BT Amazônia (2024), o artista Filipe Grimaldi e a Riachuelo foram acusados publicamente de apropriação cultural ao lançar a coleção em parceria entre as marcas. Para o portal, a linha de produtos apresenta tanto personagens clássicos da Disney quanto uma variedade de símbolos, bordas e combinações de cores inspiradas nas letras amazônicas.

Após a divulgação dos produtos da coleção, muitos internautas observaram uma semelhança entre os itens desenvolvidos (Figura 5) e a arte dos abridores de letras amazônicas,

acusando Grimaldi de apropriação cultural. O artista respondeu às acusações explicando que há 10 anos pesquisa tradições populares latino-americanas, como o Fileteado Portenho, a Carroceria de Caminhão e a Letra de Barco Amazônica. Grimaldi afirmou ainda que recebeu autorização de seus mestres para replicar esses saberes e que, em relação à coleção da Riachuelo, usou um alfabeto amazônico de sua própria autoria, criado três anos atrás em homenagem aos mestres abridores, especialmente o mestre Luís (BT Amazônia, 2024).

Figura 5

Itens que compõem a coleção Manifesto de Afeto no *website* da Riachuelo.



Fonte: Riachuelo, 2024, adaptado pelo autor, 2024. n.p.

Analisando as imagens (Figura 04; Figura 05), fica clara a semelhança entre os itens da coleção da Riachuelo e a letra de barco amazônica. A principal crítica nas redes sociais aponta que Grimaldi teria adotado o estilo artístico nortista, dada a grande semelhança entre as obras. Além disso, há alegações de que o artista estaria excluindo comentários negativos sobre os produtos em suas redes sociais, incluindo mensagens de pessoas indígenas que questionaram a coleção (Pará Web News, 2024).

A loja Riachuelo não se pronunciou em relação às acusações (BT Amazônia, 2024). No entanto, ao consultar o *website* da referida marca, encontram-se textos que confirmam a fala de Grimaldi sobre a inspiração para a coleção, e diversos produtos ainda estão disponíveis para compra (Riachuelo, 2024). O artista também esclareceu que, devido a limitações de produção, as peças foram feitas digitalmente e parte de seus ganhos foi destinada ao mestre Luís. Grimaldi ainda criticou o uso da internet como ferramenta de cancelamento, afirmando que isso prejudica discussões significativas e gera desinteresse dos verdadeiros mestres na transmissão desses saberes (BT Amazônia, 2024).

Em uma entrevista com Mateus Barcelos, residente em Belo Horizonte, Minas Gerais, com Graduação Tecnológica em Produção Multimídia e *Master in Business Administration* (MBA) em *Marketing & Branding*, o entrevistado relatou que, além de sua atuação no mercado de trabalho, ele também presta serviços como *designer*. Mateus mencionou que, durante o curso

de graduação, estudou tipografia como disciplina optativa, abordando desde a história das fontes e *letterings*⁴ até sua aplicação prática.

Mateus destacou, que no processo criativo, a pesquisa e o uso de *moodboards*⁵ são fundamentais para inspirar e direcionar os projetos. Além disso, enfatizou que a ética no *design* é tratada em disciplinas sobre direitos autorais, que ensinam a referenciar corretamente artistas e fontes para evitar plágio, promovendo boas práticas na área, mesmo sem a regulamentação de um órgão específico.

Na segunda parte da entrevista, Mateus foi questionado sobre artistas que fazem apropriação cultural em suas criações. Ele comentou que, quando um projeto envolve temas religiosos, étnico-raciais, regionais/demográficos e/ou de gênero, é essencial dar espaço adequado para as pessoas que realmente fazem parte daquele contexto. "Ao tirar o protagonismo da causa e se apropriar de algo que não lhe pertence, você ofusca a verdadeira razão pela qual aquela cultura merece espaço e visibilidade, abrindo precedentes para achismos e erros que não seriam cometidos por aqueles que vivenciam isso na pele todos os dias", afirmou.

Uma segunda entrevista, desta vez com Tainá Souza, arquiteta e urbanista, natural de Rondônia, região norte do Brasil, e que atua com criação de conteúdos para *Instagram* e desenvolvimento de logomarcas para eventos, ela relatou que, durante a graduação, teve uma disciplina focada em *design* e criação de materiais gráficos, como portfólios artísticos e marcas. Essa disciplina abordou conceitos de tipografia e *design*, ensinando a criação de identidades visuais para marcas próprias e de terceiros.

No campo profissional, Tainá destaca que, embora a graduação não tenha orientado para buscar inspirações regionais específicas, essa prática pode ocorrer de acordo com a demanda do projeto. A ética no uso de *designs* existentes também foi enfatizada, pois a utilização de materiais registrados sem autorização pode gerar problemas. Sobre apropriação cultural, Tainá considera inadequado o uso de elementos culturais sem conexão com o trabalho ou sem o devido crédito à cultura referenciada, mas acredita que homenagens e difusão cultural são válidas quando realizadas com respeito.

Como residente da região norte do país, Tainá relata que episódios de apropriação cultural da estética amazônica são frequentes. Segundo ela, muitos apreciam o estilo visual da Amazônia, mas poucos se interessam em conhecê-la de verdade. "A Amazônia aparece em

⁴ É uma técnica artística que combina texto e arte, permitindo criar composições tipográficas decorativas.

⁵ É uma ferramenta visual que tem como finalidade transmitir conceitos e propostas de projetos.

estampas de roupas e é tema de filmes, mas sempre de forma extremamente estereotipada", comentou. Tainá destaca que a visão limitada da região norte abrange apenas a floresta, as comunidades ribeirinhas em palafitas e a fauna local, ignorando as cidades grandes e outros aspectos da vida na região. Para ela, embora seja positivo valorizar as raízes culturais, o norte é muito mais complexo e diverso do que esses estereótipos.

Uma terceira e última entrevista, desta vez com Letícia Maciel, Conservadora-restauradora e Historiadora, a entrevistada compartilhou que também atua na criação de conteúdo sobre moda, com enfoque na moda artesanal, mais especificamente no crochê. Letícia comentou que, durante sua formação acadêmica, não teve disciplinas focadas em tipografia, escrita, *design* ou criação de conteúdos que envolvem escrita ou *lettering*, e por isso não adquiriu esse conhecimento no ambiente universitário.

Ao ser questionada sobre a orientação para buscar inspiração em estilos de letras ou artes regionais para práticas de *lettering* ou para a criação de produtos com elementos de escrita, a entrevistada afirmou que sua formação acadêmica não abrange esses temas, uma vez que sua área de atuação não se relaciona diretamente com tipografia ou *design*. Em relação à ética na criação e ao uso de referências, Letícia mencionou que essa questão também não é abordada em sua área de formação. Entretanto, sobre apropriação cultural, destacou que o debate é intenso, especialmente em temas relacionados a grupos minoritários.

Na conclusão da entrevista, Letícia salientou a importância de diferenciar inspiração de cópia e levantou uma questão crítica sobre como certas culturas são rebaixadas ou desvalorizadas, mas têm elementos apropriados e comercializados por grupos que não pertencem a essas culturas. "Penso, por exemplo, na cultura afro-brasileira: de um lado, há intolerância às religiões de matriz africana; por outro, vemos elementos dessas religiões sendo utilizados em espaços tradicionais, como semanas de moda", afirmou. Letícia concluiu que, nesse contexto, a apropriação cultural pode ser entendida como uma forma de violência contra a cultura original.

Para Idaias Freitas, abridor de letras do Marajó, a apropriação indevida da arte amazônica representa uma ameaça ao conhecimento tradicional dos ribeirinhos. O Artista afirma que não se pode permitir que outros lucrem copiando o trabalho que é próprio dessa comunidade (Duarte, 2024). A seguir um trecho da fala do artista: "Não podemos permitir que outros se apropriem indevidamente do que é nosso, dos ribeirinhos, copiando nosso trabalho para lucrar. As letras amazônicas são parte integrante de um conhecimento que é nosso" (Freitas, 2024, n.p.).

Ainda em conformidade com o relato do Artista Idaias Freitas, foi enfatizado por ele sobre a importância de uma valorização justa e do respeito pelos saberes tradicionais. Ele afirma que essa arte é uma parte essencial da identidade cultural da região e que os artistas devem ser incluídos e respeitados sempre que ela for evocada (Duarte, 2024). A fala do artista pode ser conferida a seguir:

“Precisam nos incluir! As letras amazônicas são um conhecimento nosso. Se alguém de São Paulo compara ou copia nossas letras de barco para uso próprio, tudo bem, mas usar nossas letras decorativas para lucro sem nossa autorização é algo que sou completamente contra. É uma questão de respeito pelo nosso trabalho e pelo conhecimento que temos aqui na Amazônia” (Freitas, 2024, n.p.).

A crítica do Instituto aponta que os artesãos enfrentam um duplo apagamento: sua presença é ignorada e suas técnicas são apropriadas sem o devido crédito. Por fim, a instituição solicita que futuras colaborações respeitem e envolvam esses mestres em todas as etapas do processo criativo (Duarte, 2024). Idaias Freitas destaca ainda o impacto positivo que o instituto trouxe para sua vida e a de outros artesãos: “O projeto Letras que Flutuam mapeou a ilha do Marajó e nos reconheceu, posso dizer que ele resgatou nossa cultura e nos deu visibilidade, não apenas nos nomeando, mas também nos incluindo” (Freitas, 2024, n.p.).

Com o intuito de promover a difusão dessa arte, o projeto Letras que Flutuam, iniciado como uma pesquisa acadêmica exploratória, evoluiu para uma iniciativa destinada a aumentar a visibilidade desse ofício e colaborar na melhoria da renda dos abridores. Desenvolvido de forma empírica, o projeto não contou com cases ou modelos preestabelecidos, nem com um embasamento teórico robusto, exceto pela experiência dos designers envolvidos. A participação de uma *designer* paulista na região amazônica e seu contato com grupos sociais muito diferentes do cenário comercial urbano impulsionaram, naturalmente, a busca por novas formas de atuação (Martins, 2017).

Por fim, Fernanda Martins destaca, ao portal da rede Globo G1-Pará (2024), que o papel do Instituto Letras que Flutuam é proteger e valorizar a arte dos abridores de letras da Amazônia, garantindo que os artistas locais recebam o devido reconhecimento e benefício econômico pelo seu trabalho. A organização busca não só divulgar essa tradição, mas também fomentar o debate sobre direitos autorais e criar mecanismos para que esses artesãos possam gerar renda de forma justa e sustentável. Diante da crescente apropriação de elementos culturais por *designers* e publicitários, o Instituto se posiciona como um defensor dos direitos dos artistas amazônicos, promovendo formas de reconhecimento que protejam e respeitem esse saber tradicional.

Krucken (2009) afirma que promover o reconhecimento das qualidades e valores associados a um produto local — vinculados ao território, aos recursos, ao conhecimento envolvido em sua produção e ao seu significado para a comunidade que o cria — é uma maneira de revelar à sociedade a história que está por trás desse produto. Esse reconhecimento permite que o produto seja apreciado de forma mais profunda, com seu valor indo além da utilidade ou estética, integrando-se à identidade cultural e ao patrimônio coletivo da comunidade de origem.

Diante desse cenário, o turismo cultural presente na região pode se tornar um aliado na preservação de tal arte, considerando como a exposição desses elementos pode atrair visitantes interessados na cultura amazônica, levantando questionamentos sobre a preservação e o respeito à autenticidade cultural. Essa abordagem sugere que, quando bem direcionado, o turismo cultural pode ser uma força positiva que contribui para a sustentabilidade e reconhecimento das tradições amazônicas.

Considerações finais

A difusão desse vocabulário imagético ribeirinho o fez reconhecido em todo o Brasil. Isso se comprova pela enorme quantidade de produtos que estão utilizando as letras decorativas da Amazônia, sem contar produtos publicitários e marcas de empresas. A pesquisa também apontou como o turismo responsável poderia atuar para contribuir para a salvaguarda do patrimônio cultural da região, considerando como a exposição desses elementos pode atrair visitantes interessados na cultura amazônica, mas também levantar questionamentos sobre a conservação e o respeito à autenticidade cultural. As implicações deste estudo estendem-se ao campo da proteção do patrimônio cultural, enfatizando a importância de políticas públicas que protejam as tradições amazônicas contra apropriações comerciais sem contexto.

Diante disso, a valorização da arte amazônica por meio do turismo sustentável apresenta um grande potencial para gerar um ciclo virtuoso, no qual a própria tradição se torna um atrativo cultural, incentivando sua preservação e continuidade. Ao atrair turistas interessados na cultura autêntica da Amazônia, criam-se oportunidades para que os abridores de letras e outros artesãos locais compartilhem seus conhecimentos e histórias, estabelecendo uma conexão direta entre visitantes e comunidade. Esse contato pode contribuir para uma maior conscientização dos turistas sobre a importância da preservação cultural, tornando-os aliados na valorização dessas tradições e apoiadores de iniciativas que respeitem o patrimônio cultural da região.

Entretanto, para que esse processo ocorra de maneira respeitosa e sustentável, é essencial evitar a comercialização descontextualizada, que poderia levar à reprodução em massa da arte local, dissociando-a de seus significados originais. A implementação de políticas públicas e iniciativas comunitárias pode desempenhar um papel fundamental nesse sentido, garantindo que o turismo cultural na Amazônia valorize e beneficie diretamente os artistas locais. Dessa forma, assegura-se que os lucros gerados retornem para as comunidades e que o contexto cultural seja preservado. Nesse cenário, o turismo cultural pode se tornar não apenas uma fonte de renda, mas também um meio de proteção da autenticidade e do valor simbólico da cultura amazônica.

Nesse sentido, políticas públicas voltadas à valorização da arte dos abridores de letras poderiam ser implementadas no contexto amazônico, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural local e o desenvolvimento sustentável. Entre essas iniciativas, destacam-se programas de capacitação voltados aos artesãos, permitindo que a comunidade tenha acesso a oportunidades de formação dentro da própria região, em vez de depender de cursos a distância, como mencionado ao longo desta pesquisa.

O financiamento de iniciativas culturais locais e a oferta de cursos ministrados por artesãos experientes podem impulsionar a formação de novos abridores de letras. A criação de uma escola de artes voltada à profissionalização também fortaleceria a categoria, possibilitando a emissão de um registro artístico. Esse reconhecimento formal atuaria de forma a valorizar a autoria, garantindo o devido crédito às obras e coleções no mercado. Como consequência, os artesãos da Amazônia poderiam alcançar uma distribuição mais justa dos lucros, promovendo a sustentabilidade da arte local.

Existem regiões do Brasil onde o turismo de base comunitária tem se mostrado uma estratégia eficaz para fortalecer práticas culturais e impulsionar a economia local. Um exemplo disso é a comunidade de Coqueiro campo, localizada na região nordeste do estado de Minas Gerais. Durante uma visita de campo a essa comunidade, realizada em 2019, observou-se que ela se sustenta principalmente pela extração de argila, utilizada na produção de cerâmica artesanal. Nesse contexto, os visitantes têm a oportunidade de adquirir pacotes turísticos que incluem hospedagem no local, além de cursos sobre a arte ceramista, proporcionando uma experiência imersiva e incentivando o aprendizado da técnica local. Com base nesse modelo, iniciativas similares poderiam ser desenvolvidas no contexto dos abridores de letras da Amazônia, respeitando as particularidades culturais e socioeconômicas da região.

Outra possibilidade a ser explorada é a realização de feiras e eventos que ampliem a visibilidade do trabalho dos abridores de letras, tanto no cenário nacional quanto internacional. Além disso, poderia ser estudada a viabilidade de um museu amazônico dedicado a essa arte, possivelmente vinculado à escola de artes, para preservar e difundir esse conhecimento. Paralelamente, a proteção dos direitos de propriedade intelectual dos artesãos se apresenta como uma demanda essencial, a fim de garantir o reconhecimento e a remuneração justa de suas criações. Dessa forma, ao adotar políticas públicas que integrem diferentes frentes de valorização cultural, seria possível contribuir para a preservação das tradições amazônicas, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento econômico e social das comunidades envolvidas.

Recomenda-se que práticas de valorização cultural envolvam as comunidades locais, promovendo o reconhecimento e a sustentabilidade da tradição dos abridores de letras. Espera-se que esse estudo possa contribuir para o entendimento das dinâmicas entre cultura, mercado e identidade, oferecendo pontos de vistas sobre o impacto da globalização e da mercantilização nas tradições locais e propondo estratégias para equilibrar valorização e preservação.

As principais limitações deste estudo residem na dependência de fontes secundárias, como bibliografia e materiais audiovisuais, o que restringe a profundidade das perspectivas individuais dos artesãos envolvidos. A ausência de entrevistas diretamente com os artesãos e observações *in loco* onde a prática de abrir letras acontece dificultaram a compreensão dos aspectos mais subjetivos e culturais. Além disso, a análise sobre apropriação cultural e proteção jurídica das práticas dos abridores de letras é complexa, podendo deixar algumas questões em aberto para um estudo mais abrangente.

Essas limitações ressaltam a importância de estudos futuros que utilizem fontes primárias e aprofundem tanto os desafios legais quanto as políticas públicas voltadas à preservação cultural na Amazônia. Recomenda-se, também, a realização de entrevistas com a comunidade ribeirinha, possibilitando uma compreensão mais rica e detalhada das percepções e necessidades dos próprios artesãos em relação à proteção de suas práticas culturais.

Referências

- Aguiar, L. B. (2006). *Turismo e preservação nos sítios urbanos brasileiros: O caso de Ouro Preto* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense.
- Amaral, J. P. P. (2015). *Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial* (Dissertação de Mestrado). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

- Azevedo, P. O. D. de. (2013). Prefácio. In P. O. D. de Azevedo & E. L. Corrêa (Orgs.), *Estado e sociedade na preservação do patrimônio* (pp. 9–11). Salvador: EDUFBA: IAB. <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/16772/1/estado-sociedade-na-preservacao-patrimonio.pdf>
- Barreto, L. M. T. S., & Lanzarini, R. (Coord.). (2023). *Turismo responsável no Brasil: Tendências, estratégias e fomento em sustentabilidade, turismo de base comunitária e segurança turística*. UFRN/SEDIS.
- Bittencourt, A. (1957). *Bacia Amazônica: Vias de comunicação e meios de transporte*. ACA.
- Brasil. (2007). *Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Diário Oficial da União. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm
- BT Amazônia. (2024). *Artista é acusado de apropriação cultural ao lançar coleção da Riachuelo com letras inspiradas em arte amazônica; entenda*. https://btmais.com.br/artista-e-acusado-de-apropriacao-cultural-amazonida/#google_vignette
- Camargo, H. L. (2005). Patrimônio e turismo, uma longa relação: História, discurso e práticas. *Revista Eletrônica Patrimônio: Lazer & Turismo*. <https://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/artigosdc19.html?cod=33>
- Carvalho, K. D. (2009). Turismo e preservação do patrimônio cultural na visão dos moradores do bairro da Praia Grande em São Luís/MA. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 3(1), 25–45. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v3i1.128>
- Carvalho, J. J. (2012). ‘Espetacularização’ e ‘canibalização’ das culturas populares na América Latina. *Revista Antropológicas*, 21(1), 39-76. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaantropologicas/article/view/23675/19331>
- Chaves, M. P. S. R. (2001). *Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.
- ConnectArch. (2022). *Conheça os abridores de letras*. <https://www.connectarch.com.br/conheca-os-abridores-de-letras/>
- Corrêa, E. C. S. (2021). *Nomes a navegar: Saberes, práticas e significados nos nomes das embarcações pesqueiras de Bragança-Pará* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Pará, Castanhal.
- Costa, M. O., Proença, A. R. G. B., Solha, K. T., & Pinto, G. P. (2024). *Turismo responsável: Resultados que inspiram!* (Coord. K. T. Solha). ECA-USP. (Coleção Cadernos aplicados de turismo / coord. Karina Toledo Solha; 3).
- Da-Gloria, P., & Piperata, B. A. (2019). Modos de vida dos ribeirinhos da Amazônia sob uma abordagem biocultural. *Ciência e Cultura*, 71(2). <http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602019000200014>
- Diegues, A. C. (2008). *O mito moderno da natureza intocada* (2. ed.). Hucitec, Nupaub/USP.
- Duarte, L. (2024). *Arte das Letras Flutuantes: Apropriação Cultural e/ou Valorização?* Amazônia Latitude. <https://www.amazonialatitude.com/2024/07/29/arte-letras-flutuantes-apropriacao-cultural-valorizacao/>
- Lima, A. S., & Sousa, R. M. (2021). Povos indígenas da Amazônia: Do caminho da canoa à ressignificação das culturas e línguas. *Tellus*, (44), 31–52. <https://doi.org/10.20435/tellus.vi44.726>
- Eco Brasil. (2024). *Comunidades tradicionais: Ribeirinhos*. Instituto Eco Brasil: Ecoturismo - Ecodesenvolvimento. http://www.ecobrasil.eco.br/site_content/30-categoria-conceitos/1195-comunidades-tradicionais-ribeirinhos
- Fernandes, J. S. N., & Moser, L. (2021). Comunidades tradicionais: A formação socio-histórica na Amazônia e o (não) lugar das comunidades ribeirinhas. *Revista Katálysis*, 24(3). <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e79717>
- Ferreira, S. H. (2009). *Nota sobre a construção naval no Brasil nos séculos XVII e XVIII*. Academia Paulistana de História. <http://www.hottopos.com/videtur2/sivar.html>
- Finizola, F., Coutinho, S., & Santana, D. (2013). *Abridores de letras de Pernambuco: Um mapeamento da gráfica popular*. Blucher.
- Freitas, I. (2024). *Embarcação com letras decorativas*. <https://www.amazonialatitude.com/2024/07/29/arte-letras-flutuantes-apropriacao-cultural-valorizacao/>
- Globo - G1/Pará. (2024). *Instituto Letras que Flutuam: Belém ganha o primeiro instituto do Brasil dedicado à cultura ribeirinha*. <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/14/instituto-letras-que-fluam-belem-ganha-o-primeiro-instituto-do-brasil-dedicado-a-cultura-ribeirinha.ghtml>
- Guimarães, C. R. F. F., & Morano, C. B. (2020). Revisão sistemática de trabalhos acadêmicos sobre turismo e emprego no Brasil, entre os anos de 2010-2020. *RITUR - Revista Iberoamericana de Turismo*, 10(2), 123-135. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.182>
- Krucken, L. (2009). *Design e território: Valorização de identidades e produtos locais*. Nobel.
- Letras que Flutuam. (2023). *Quais os limites da apropriação cultural pela moda?* https://www.instagram.com/letrasqflutuam/p/CsuB9_uO_qv/?img_index=1
- Malinowski, B. (2018). *Argonautas do Pacífico Ocidental*. Ubu Editora LTDA-ME.
- Mandel, L. (2006). *Escritas: Espelho dos homens e das sociedades*. Rosari.

- Marques, G. S. (2019). *Amazônia: Riqueza, degradação e saque*. Expressão Popular.
- Martins, F. O. (2017). *Letras que Flutuam: Territórios fluidos da Amazônia*. In *Ecovisões projetuais: Pesquisas em design e sustentabilidade no Brasil* (pp. 335-348). Blucher Open Access. <https://doi.org/10.5151/9788580392661-26>
- Martins, F. O. (2008). *Letras que Flutuam – O universo ribeirinho e a tipografia vitoriana*. Monografia apresentada ao Curso de especialização em Semiótica e Cultura Visual da Universidade Federal do Pará.
- Martins, F. D. O. (2018). *Letras que Flutuam: tradição cultural e memória gráfica da Amazônia*. Trama: indústria criativa em revista ISSN 2447-7516, 7(1).
- Meirelles Filho, J. (2006). *O livro de ouro da Amazônia* (5ª ed.). Ediouro.
- Nascimento, D. S. (2018). *Estratégia de turismo para o desenvolvimento rural sustentável*. Escola Nacional de Administração Pública. https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3495/?locale=pt_BR
- Oliveira, T. D., De Callai, H. C., Zamin, L. P., Rocha, M. M. Da, & Tolfo, J. P. (2022). *Preservação do patrimônio arquitetônico: A educação patrimonial como possibilidade de manter viva e latente a história das cidades*. *Concilium*, 22(2), 15–23. <https://doi.org/10.53660/CLM-082-104>
- Organização Mundial da Propriedade Intelectual. OMPI (2016). *Nota informativa nº 5 – A propriedade intelectual e o artesanato tradicional*. OMPI. https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/pt/wipo_pub_tk_5.pdf
- Pará Web News. (2024). *Artista é acusado de apropriação cultural após lançar coleção inspirada em arte amazônica pela Riachuelo*. <https://parawebnews.com/artista-e-acusado-de-apropriacao-cultural-apos-lancar-colecao-inspirada-em-arte-amazonida-pela-riachuelo/>
- Pinheiro, A. R. S., & Oliveira, R. R. G. (Orgs.). (2023). *Cadernos do patrimônio cultural: Memórias, gestão e sustentabilidade*. Armazém da Cultura. <https://bd.iphan.ibict.br/items/a952b1bb-390f-485d-8183-3d2628673657/full>
- Rede Artesanato Brasil (2021). *Curso Políticas Públicas - Marco Jurídico do Artesanato Brasileiro*. <https://redeartesanatobrasil.com.br/2021/10/29/marco-juridico/>
- Riachuelo. (2024). *Disney e Riachuelo + Filipe Grimaldi: Conheça a coleção Manifesto do Afeto*. Em parceria com a Disney e o artista visual e professor-letrista Filipe Grimaldi, a Riachuelo apresenta a coleção-cápsula “Manifesto do Afeto”. <https://www.riachuelo.com.br/filipe-grimaldi>
- Sant’Anna, M. (2015). *Preservação como prática: sujeitos, objetos, concepções e instrumentos*. *Dicionário IPHAN de patrimônio cultural* (Vol. 1, pp. 245–279). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Preserva%C3%A7%C3%A3o%20pdf.pdf>
- Sarmento, C. (2000). *O barco moliceiro: Texto icônico e inscrição popular*. *Anais do IV Congresso Internacional da Associação Portuguesa de Literatura Comparada*. <https://www.portosdeportugal.pt/UserFiles/o-barco-moliceiro-.pdf>
- Schneider, C. S. (2006). *Turismo cultural: Uma proposta de preservação do patrimônio material*. *Anais do Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL*, 4. <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/3/23.pdf>
- Secretaria de Estado de Cultura do Pará. SECULT (2021). *SECULT lança o livro "Letras que Flutuam", que registra a tipografia dos barcos da Amazônia*. <https://secult.pa.gov.br/noticia/1404/secult-lanca-o-livro-letras-que-flutuam-que-registra-a-tipografia-dos-barcos-da-amazonia>
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. SEBRAE. (2022). *Turismo cultural: Arte, cultura e história pelo mundo*. <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/turismocultural-arte-cultura-e-historia-pelomundo,bcba198074952810VgnVCM100000d701210aRCRD>
- Thiely, N. (2021). *Abridor de letra fazendo uma pintura em uma embarcação*. <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/297-documentario-mostra-producao-e-mapeia-os-abridores-de-letras-do-marajo>
- Wagley, C. (1957). *Uma comunidade amazônica: Estudos do homem nos trópicos* (C. da S. Costa, Trad.). Companhia Editorial Nacional. (Série Biblioteca Pedagógica Brasileira Brasileira, 5).

Esse artigo apresenta resultados parciais de mestrado no Programa de Pós-Graduação em Turismo e Patrimônio, financiado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).



Trabalho no Agenciamento de Viagem: Evidências da Divisão Sexual nas Vivências e Rotinas de Trabalho

Thiago Eduardo Freitas Bicalho ¹
Raquel Quirino ²

Submissão em: 06 mar. 2025
Aceite em: 28 mai. 2025

Resumo: Este artigo teve como objetivo problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres, evidenciando os aspectos das vivências, experiências e rotinas de trabalho no agenciamento de viagens. Optou-se por uma abordagem qualitativa nesta pesquisa científica, categorizada como exploratória e crítica. Dividida em dois momentos, primeiramente realizou-se uma revisão da literatura sobre as temáticas analisadas, incluindo a pesquisa documental para se aproximar do lócus de pesquisa e a pesquisa teórica, que foi triangulada para avançar nas análises da educação tecnológica como campo do saber. Em seguida, adotou-se a realização da pesquisa empírica sob uma perspectiva etnossociológica. Para a coleta de dados, utilizou-se, na primeira etapa, um questionário online e, na segunda etapa, uma entrevista semiestruturada. Os resultados apresentam uma revisão da literatura com as teorias da Divisão Sexual do Trabalho de base materialista, de gênese francófona, associada às teorias de carreira, às discussões da educação tecnológica e do mundo do trabalho no turismo. Na sequência, apresenta-se uma análise comparativa entre homens e mulheres, destacando a materialização do exercício profissional, vivências, experiências e rotinas de trabalho no turismo. Constata-se que, quanto às desigualdades no exercício profissional, percebe-se que, no dia a dia da atuação profissional, muitos são os desafios enfrentados pelas mulheres, como o tratamento junto aos passageiros, as relações estabelecidas com os motoristas (uma classe majoritariamente masculina), o cuidado com os filhos e até a transposição de práticas do trabalho doméstico para o universo empresarial. Esses desafios são enfrentados através da colaboração entre os profissionais, das redes de apoio existentes em torno das mulheres e da descontinuidade da atuação junto a empresas exploradoras.

Palavras-chave: educação tecnológica, turismo, divisão sexual do trabalho, carreira, profissionais de turismo e hospitalidade.

Work in Travel Agency: Evidence of Gender Division in Experiences and Work Practices

Abstract: This article aims to examine gender inequalities in the careers of men and women, highlighting aspects of experiences, work practices, and daily routines in travel agency work. A qualitative approach was chosen for this scientific research, categorized as exploratory and critical. It was divided into two phases: initially, a literature review was conducted on the topics analyzed, including documentary research to approach the research locus and theoretical research, which was triangulated to advance analyses in technological education as a field of knowledge. Subsequently, empirical research was conducted from an ethnosociological perspective. Data collection involved an online questionnaire in the first phase and a semi-structured interview in the second phase. The results present a literature review incorporating materialist-based theories of the Sexual Division of Labor from a Francophone origin, associated with career theories, discussions of technological education, and the world of work in tourism. Following this, a comparative analysis between men and women is presented, highlighting the

¹ Doutorando em Educação no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Endereço eletrônico: contato@thiagobicalho.com.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3289-1955> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3400737056863248>

² Docente do Programa de Pós-graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Endereço eletrônico: quirinoraquel@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9256-656X> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3286747885641896>

materialization of professional practice, experiences, and work routines in tourism. It is found that regarding professional inequalities, women face numerous challenges in their daily professional activities, such as dealing with passengers, interactions with drivers (a predominantly male profession), childcare, and the transfer of domestic work practices into the business sphere. These challenges are addressed through professional collaboration, existing support networks around women, and the discontinuation of work with exploitative companies.

Keywords: technological education, tourism, sexual division of labor, career, tourism and hospitality professionals.

Introdução

A relação entre o turismo, o trabalho e sua divisão entre os sexos se manifesta nas trajetórias de vida e na relação com a educação profissional e tecnológica. Várias pesquisas já analisaram essas relações, porém, sem considerar o trabalho no agenciamento de viagens (Barreto, 2010; Carvalho, 2013; Correa, 2018; Johann, 2018; Lima, 2007; Meira, 2013; Nicolau, 2015; Santos, 2018; Silva, 2021; Soares, 2012). Buscando cobrir essa lacuna, o movimento de compreender as vivências, experiências e rotinas de trabalho no agenciamento de viagens contribui na compreensão das carreiras de homens e mulheres no turismo.

Com a abertura dos mercados brasileiros na década de 1990, o turismo no Brasil cresceu rapidamente, impulsionado por transformações na infraestrutura de comunicação, informação e no desenvolvimento e popularização dos transportes (Oliveira, 2010). Essas mudanças facilitaram o deslocamento de pessoas entre territórios, fomentando trocas econômicas nas cidades turísticas, também conhecidas como destinos turísticos. Meios acadêmicos, políticos e midiáticos destacaram prontamente a importância econômica do setor na geração de emprego e renda (Oliveira, 2010). Assim, os destinos turísticos acompanharam o crescimento do setor e, no Brasil, “a atividade turística se desenvolve como uma das principais empregadoras do setor de serviços” (Alves, 2018, p. 17).

Paralelamente ao crescimento do setor, percebe-se que a empregabilidade e geração de renda no turismo são diretamente afetadas por eventos mundiais e locais que impactam o turismo como fenômeno. Por exemplo, durante a realização desta pesquisa, o contexto mundial passou por inúmeras transformações, como a pandemia de COVID-19 em 2020, a corrida pela vacinação em todo o mundo, a realização das Olimpíadas de Verão com público restrito em 2021, episódios de violência e o início de uma guerra na Ásia em 2022 entre a Ucrânia e a Rússia.

As limitações de deslocamento impostas pela pandemia de COVID-19 tiveram um efeito direto no turismo. Cañada e Murray (2021) afirmam que houve uma queda generalizada

de empregos em vários segmentos da atividade turística, principalmente devido ao isolamento e ao impedimento de deslocamento. Em 2019, o turismo representava 10,4% do PIB mundial e 7,7% do PIB brasileiro. Com a pandemia em 2020, houve uma queda de 32,6%, resultando em uma perda de 61,6 milhões de empregos no Brasil (Brasil, 2021a; WTTC, 2021). Abellan et al. (2021) apontam que a pandemia levou a um aumento nas contratações temporárias e de trabalhadores autônomos no setor de turismo, evidenciando a vulnerabilidade e as desigualdades de gênero.

A queda no setor de turismo desvelou a fragilidade dos vínculos empregatícios e a importância da venda da força de trabalho de homens e mulheres atuantes neste setor para sua manutenção. Analisando o trabalho pela perspectiva do trabalhador, verifica-se que é o trabalho produtivo – aquele que proporciona ganhos financeiros – associado ao trabalho reprodutivo, que garante a manutenção da vida e gera “valor de uso e não valor de troca” (Antunes, 2009, p. 102), possibilitando o lucro dos empresários.

No mercado de trabalho, não existe uma única classificação e delimitação das ocupações e profissões ligadas ao setor de turismo. As atividades que contemplam a maior parte dos gastos dos turistas são agrupadas sob a terminologia Atividades Características do Turismo - ACT. O Sistema de Informações sobre o Mercado de Trabalho no Setor Turismo – SIMT considera oito grupos de ACT: Alojamento; Agências de Viagem; Transporte Terrestre; Transporte Aéreo; Transporte Aquaviário; Aluguel de Transportes; Alimentação e Cultura e Lazer. Dentre esses, as atividades de alojamento, agências de viagens e transporte aéreo compõem o chamado Núcleo das ACTs ou Núcleo do turismo (IPEA, 2015).

Pesquisas sobre o trabalho no setor de turismo em âmbito nacional (IPEA, 2015) não podem ser comparadas diretamente com as realizadas em âmbito estadual (OTMG, 2019) devido a diferenças metodológicas. Todavia, ambas apontam que trabalhadores com ensino médio completo representam a maior parcela de empregados no setor e que, “quanto maior o nível de instrução do trabalhador, maior será o salário recebido” (OTMG, 2019, p. 5).

Um olhar sexuado sobre o trabalho mostra que há mais mulheres trabalhando no setor de turismo do que a média de outros setores econômicos do Brasil. No “núcleo do turismo, a maioria dos trabalhadores formais são mulheres (55%)” (IPEA, 2015, p. 16). A participação feminina na força de trabalho do turismo cresce em ritmo acelerado em todas as regiões (IPEA, 2015). No entanto, essa maior presença feminina não acompanha uma valorização social e econômica do trabalho. A remuneração média dos homens é 43% superior à das mulheres (IPEA, 2015). Entre junho de 2018 e junho de 2019, houve um aumento nominal de 4,9% na

média salarial dos homens - R\$1.405,93 - contra um aumento de 3,8% na média salarial das mulheres - R\$1.192,77 (OTMG, 2019, p. 6). Mesmo com esses dados, “não se pode afirmar que a remuneração da mulher é menor que a dos homens ao exercerem a mesma função. Para isso, deve-se comparar a remuneração na função específica” (IPEA, 2015, p. 21).

A questão central consiste em problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres, evidenciando os aspectos das vivências, experiências e rotinas de trabalho no agenciamento de viagens. Como apontado por Mooney (2016), o status de igualdade entre homens e mulheres não existe em nenhum lugar do mundo. Mesmo com os progressos para diminuir essa desigualdade, há diferenças entre ser profissional homem e ser profissional mulher (Bonelli, 2010). Este estudo é importante porque o setor de turismo carece de estudos que demonstrem “as relações profissionais em áreas vinculadas ao turismo e à vulnerabilidade destas às tradições sexistas” (Silveira & Medaglia, 2016, p. 111). A análise comparativa ao longo do artigo demonstrou em que medida as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres são evidenciadas pelas relações no trabalho.

Espera-se que, ao fim da leitura desta investigação, seja possível problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres, evidenciando os aspectos das vivências, experiências e rotinas de trabalho no agenciamento de viagens.

Metodologia

Esta investigação³ foi desenvolvida segundo uma abordagem qualitativa, dado que sua expectativa está no “aprofundamento da compreensão de um grupo social” (Quirino, 2017, p. 3), visando compreender e problematizar as relações sociais e a inserção dos sujeitos de um determinado grupo no mundo do trabalho. Quanto aos objetivos, esta pesquisa tem caráter exploratório e crítico, proporcionando “maior familiaridade com o problema, com vista a torná-lo mais explícito” (Gil, 2002, p. 41) e contribuindo para a compreensão das carreiras e a problematização das desigualdades entre homens e mulheres no setor de turismo por meio de um olhar crítico do trabalho.

Inicialmente, foi formulada a problemática de pesquisa e realizada uma revisão da literatura, incluindo pesquisa teórica e documental, para compreender o desenvolvimento do

³ Destaca-se que este artigo é oriundo do projeto de pesquisa intitulado Divisão Sexual do Trabalho no Agenciamento de Viagem: formação, carreiras e atuação profissional que tem como produto uma dissertação defendida no Mestrado em Educação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

assunto em livros e periódicos, bem como teorias e abordagens sobre as concepções de mundo do trabalho e a divisão social do trabalho entre os sexos. A construção do arcabouço teórico-conceitual seguiu a compilação das teorias e diálogo entre os autores expoentes das temáticas em materiais obtidos (Gil, 2008).

A pesquisa empírica está situada no campo das ciências da educação e do trabalho, concentrando-se na educação tecnológica e nos processos formativos dos trabalhadores. Seguindo os preceitos de Bertaux (2005), a abordagem desta pesquisa dialoga com a perspectiva etnossociológica, combinando "uma técnica de observação empírica, o relato de vida, [...] importada (da etnografia) para ser usadas na pesquisa sociológica" (Costa & Santos, 2020, p. 325) para descobrir como funciona uma fração da sociedade através de suas práticas sociais. Considerando a existência de mundos sociais organizados por princípios de coerência e regras específicas em torno de uma atividade (Bertaux, 2010), o agenciamento de viagens foi considerado um microcosmo que compõe o mundo social do turismo.

As carreiras dos trabalhadores, expressas pelos relatos de vida dos entrevistados, foram o caminho para a compreensão deste mundo social específico, sua lógica de funcionamento e as experiências vividas. A delimitação do microcosmo precede da categorização das ACTs, especificando o olhar para o núcleo de atividades que reúne alojamento, agência de viagens e transporte aéreo (IPEA, 2015). Internamente ao núcleo de ACT, a pesquisa identificou os sujeitos atuantes nos serviços de agenciamento de viagens, expandindo a compreensão para incluir ferramentas de agenciamento, montagem e operação de viagem, programas, roteiros e serviços de viagem (Rejowski, 2018).

A amostra foi selecionada seguindo a lógica de variedade das posições, diferencialidade e exigência de variação (Bertaux, 2010). Esta investigação utilizou a variedade das posições de forma distinta de acordo com a função de gestão, administrativa e operacional; a diferencialidade foi definida com base no sexo biológico - masculino e feminino -; e, por fim, a exigência de variação foi atendida ao analisar trabalhadores de empresas distintas.

O acesso à amostra para a coleta de dados foi feito por exaustão mediante resposta ao questionário inicial disponibilizado online entre os dias 31 de agosto e 5 de novembro de 2021, divulgado em redes sociais, e-mails de grupos de pesquisa e entidades ligadas ao setor de turismo. A amostra, sem pretensão de ser representativa, foi constituída de acordo com a acessibilidade e disponibilidade dos profissionais em participar da pesquisa. Foi definido apenas uma pergunta filtro que determinava os seguintes sujeitos de pesquisa:

- Guias de Turismo, profissionais reconhecidos e regulamentados pela Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, sendo egresso do curso técnico em guia de turismo, obrigatório para o exercício da profissão, e com registro ativo no Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos no Ministério do Turismo (Cadastur);
- Agentes de Viagem, profissionais atuantes em agenciamento de viagens e associados às ocupações de operador de turismo, tecnólogo em gestão de turismo e agente de viagem (Brasil, 2016; Brasil, 2021b). Seu itinerário formativo pode incluir o Curso Técnico em Agenciamento de Viagens, o Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo ou Bacharelado em Turismo;
- Gestores em empresas de agenciamento de viagens, profissionais não delimitados por uma profissão, ocupação ou formação específica, que estejam em atuação, ou já tenham atuado, em cargos de supervisão, gerência ou direção de empresas relacionadas ao agenciamento de viagens.

A coleta de dados ocorreu em duas etapas utilizando dois instrumentos distintos: um questionário online e uma entrevista semiestruturada online, considerando as limitações impostas pela pandemia da COVID-19. A primeira etapa, realizada de forma não presencial, consistiu na divulgação eletrônica do questionário em grupos de profissionais atuantes no agenciamento de viagem, páginas relacionadas ao turismo e contatos dos prestadores de serviço disponíveis publicamente no Cadastur. A resposta ao questionário foi livre e aberta a todo território brasileiro, contribuindo para a criação de um entendimento inicial mais amplo.

A segunda etapa envolveu relatos de vida dos sujeitos que assinalaram a possibilidade de participação. Foram realizadas entrevistas narrativas (Bertaux, 2010) com dois guias de turismo, dois agentes de viagens e dois gestores de empresas de agenciamento de viagem, distribuídos de forma igualitária entre os sexos (três mulheres e três homens), sem considerar especificações de faixa etária, cor/raça, classe social, orientação sexual ou outros dados pessoais. Os participantes receberam um e-mail convite para agendamento da entrevista, realizada por videoconferência. Durante a videochamada, a coleta de áudio foi autorizada pelos entrevistados e gravada em gravador externo.

Bertaux (2010) destaca a importância da diacronia na coleta e análise das narrativas, para obter uma estrutura diacrônica dos percursos de vida, sistematizada à luz dos estudos de carreira (Ribeiro, 2009). Os relatos de vida foram transcritos integralmente pouco após a coleta, com a análise começando cedo e se desenvolvendo paralelamente à coleta de testemunhos, permitindo adaptações nos roteiros das próximas entrevistas.

A problematização das desigualdades nas carreiras de homens e mulheres, evidenciadas nas relações de trabalho no agenciamento de viagem, foi enriquecida com excertos dos relatos de vida e fundamentada em aspectos teóricos.

Divisão sexual do trabalho no agenciamento de viagens: vivências e rotinas de trabalho

A carreira, a profissão e até mesmo a ideia de ciência se consolidaram no século XIX e adentraram no século XX, tendo como plano de fundo uma sociedade dividida pelo gênero, o que provoca a afirmação de que “as questões envoltas à tecnologia, à formação profissional, ao trabalho” (Hirata, 2003, p. 144) e “à profissão” (Bonelli, 2010, p. 115) são construções majoritariamente masculinas.

Antes de adentrar na divisão sexual do trabalho é importante a compreensão da diferença entre sexo e gênero. Tomando como base a concepção de Mooney (2016) o sexo pode ser compreendido por uma classificação biológica ao passo que o gênero constitui a partir das expectativas e as definições socialmente perceptíveis associadas ao ser feminino (mulher) e masculino (homem).

Opta-se pela realização deste estudo considerando o conceito binário de sexo e gênero mesmo reconhecendo que exista na sociedade outras configurações de sexo e gênero não binários e pesquisas específicas que fundamentaram a segunda onda do feminismo ao abordar estas realidades⁴. Aqui, problematizamos as carreiras de homens e mulheres no setor de agenciamento de viagens para evidenciar as relações no trabalho, que em âmbito metodológico, representam a consolidação da segunda etapa da pesquisa empírica que foi conduzida com um grupo reduzido de participantes.

Inicialmente, foram previstas entrevistas com seis profissionais: dois gestores de agências de viagens, dois agentes de viagens e dois guias de turismo. No entanto, devido ao número significativo de respondentes com dupla atividade, a amostra final incluiu três proprietários/gestores de agências de viagens, dois agentes de viagens e dois guias de turismo, com representação de ambos os sexos em cada categoria.

⁴ Para ampliar a percepção de gênero recomenda-se a leitura do artigo Gêneros não-binários, identidades, expressões e educação escrito por Neilton dos Reis e Raquel Pinho e publicado na Revista Reflexão e Ação, volume 24, número 1, p. 7-25, Jan./Abr. 2016.

As entrevistas realizadas foram sistematizadas, transcritas uma a uma e posteriormente analisadas individualmente enquanto seu percurso de carreira a fim de problematizar as desigualdades nas relações de trabalho. Além disso, através das narrativas e da compreensão da carreira dos/as trabalhadores/as foi possível compreender as relações de trabalho e os enfrentamentos utilizados por cada um dos sujeitos.

Seguindo os preceitos da pesquisa etnossociológica, que busca apresentar um mundo social, esta pesquisa cruza as informações dos entrevistados para analisar nos momentos de transição das carreiras. As narrativas de vida são organizadas em relação entre narrativas masculinas e femininas, traçando um caminho de compreensão do agenciamento de viagens, ressaltando que a inclusão "de extratos excertos de narrativas de vida, isto é, de suas passagens mais significativas, parece-me essencial" (Bertaux, 2010, p. 146).

Para preservar a identidade dos entrevistados os seus nomes serão substituídos por pseudônimos e conheceremos a trajetória de Susana e Lívia que são duas proprietárias de empresas de agenciamento de viagem; Fabiana e Alexandre que são dois agentes de viagem; Joana que é uma profissional guia de turismo e o Rodrigo que é proprietário de uma empresa de agenciamento de viagens e guia de turismo que responderá pelos dois papéis profissionais. Além disso, devido ao caráter regionalizado do turismo, optou-se por renomear algumas localidades, empresas e instituições.

A organização dos dados dispostos a seguir perpassa pela materialização da experiência profissional por considerar as rotinas, o dia a dia do profissional com seus desafios e precariedades incluindo, ainda, alguns relatos do período pandêmico.

A materialização do exercício profissional corresponde às relações no trabalho, aquelas que são realizadas entre os homens e as mulheres no ambiente de trabalho. No aspecto da prática cotidiana, estão envolvidas as atividades diárias, questões discriminatórias, dificuldades enfrentadas no trabalho, desvalorização social, questões hierárquicas, precariedades e, no contexto desta investigação, relatos de atuação durante o período pandêmico. Por fim, a satisfação que se tem em realizar uma atividade profissional também emerge do exercício cotidiano do trabalho.

Nos moldes toyotistas de organização do trabalho, muito relacionado ao ambiente fabril, Pinto (2007) aponta uma forma de controle patronal chamada "gestão pelos olhos" onde a gerência poderia acompanhar facilmente os setores e os postos de trabalho que precisavam de ajustes, com os avanços da tecnologia da informação nos tempos atuais, o controle fica ao passo de uma mensagem enviada através de um aplicativo de conversas instantâneas.

Neste contexto informatizado, vamos refletir sobre o dia a dia dos profissionais e suas atribuições rotineiras no exercício de suas funções.

Do ponto de vista operacional, os guias de turismo são responsáveis por executar os serviços planejados e comercializados pelas agências de viagens, garantindo suporte ao passageiro e a disponibilidade de todos os serviços. Rodrigo afirma que sua rotina nas semanas de preparação para receber um grupo de turistas inclui a confirmação do “roteiro, se tiver seguro-viagem, restaurante, alimentação, transporte eu faço contato para poder ajustar tudo [além de separar] a minha rotina, minha bolsa ou a minha mala, microfone, a plaquinha de recepção” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem). Joana relata uma percepção comum entre alguns contratantes que não reconhecem a responsabilidade dos guias de turismo. Ela afirma: “a gente ouve muito: olha lá... só passeia, ganha para poder viajar [riso irônico], mas acho que a responsabilidade da gente como guia está muito além disso, muito além do que simplesmente passear” (Joana, guia de turismo).

Estes preconceitos sobre a atuação do profissional Guia de turismo emergem do senso comum e, infelizmente, são recorrentes até mesmo entre alguns proprietários de agências de viagens. Rodrigo, que além de guia de turismo é proprietário de uma agência de viagem, aponta algumas atribuições importantes: “seguir o roteiro conforme planejado com o contratante [...] trabalhar com toda a segurança, produtividade e sustentabilidade possível para ter a satisfação e agradar os clientes em todos os sentidos” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem).

Na perspectiva gerencial, os proprietários de agências de viagem têm uma agenda repleta de reuniões com parceiros e fornecedores, buscam atualizar os serviços, apresentar novos roteiros ao mercado para garantir qualidade, além de realizar orçamentos, cotações e efetivar vendas, o que é prática comum. Ao relatar o dia a dia de trabalho, Susana destaca a importância de os proprietários de agência de viagens atuarem de forma transparente com os clientes, um posicionamento que a mantém no mercado há muitos anos. Ela compartilha uma narrativa para ilustrar essa prática:

eu lembro como se fosse hoje o cliente sentou e falou queria um pacote da operadora X aí eu falei: ‘olha essa operadora eu não vou te vender’. Ele falou assim comigo: ‘a agência da esquina vende, ou melhor a do lado aqui vende’. Do meu lado tinha uma agência e eu falei: ‘eu vou ter que te perder enquanto cliente nesse momento mas você pode comprar lá pois essa operadora realmente eu não vendo’. Ele disse: ‘você não vende porque?’ respondi que ‘eu não vendo porque tem algumas coisas que ela promete e não cumpre e eu que vou ser a intermediadora e eu sou corresponsável por tudo isso’. Ai o cliente foi lá e comprou o pacote, deu tudo errado, e o segundo pacote ele comprou na minha mão e nunca mais largou (Susana, proprietária de uma agência de viagem)

O que foi feito por Susana corresponde a cultivar o relacionamento e ser responsável quanto aos fornecedores e ao produto que ela comercializa, visto que na situação deste pacote especificamente ela não realizava a operação, apenas comercializava. A outra proprietária de uma agência de viagens, Lívia, afirma que o relacionamento entre a captação e a prospecção de novos clientes é uma função recorrente e importante na sua atuação.

Lívia ao relacionar as suas atividades na empresa afirma que por “não ter capital para poder pagar uma agência de marketing digital para trabalhar as redes sociais e trabalhar o google para colocar o ranqueamento” (Lívia, proprietária de uma agência de viagem) assumiu esta atribuição o que levou ela a iniciar o estudo de marketing digital em uma faculdade. Além da gestão das redes sociais, a proprietária aponta que realiza reuniões, responde aos clientes via e-mail e Whatsapp e que tem um foco juntamente com o sócio em atender empresas. Essas dificuldades apresentadas pelas mulheres nos cargos de gestão são agravadas, pois mesmo com uma sub-representação das mulheres nestes cargos em relação aos homens, historicamente o trabalho da mulher “no setor reprodutivo (privado) e produtivo (público), [o que levou ao] seu trabalho nunca foi considerado produtivo, só o do homem” (Muraro, 2002, p. 127).

No âmbito administrativo não percebemos muitas diferenças no que foi relatado pela Lívia em se tratando da atuação do agente de viagens, isso se deve pelo fato da empresa dela não possuir este profissional, o que leva a uma sobrecarga de trabalho para os sócios. Alexandre, por exemplo, que atua apenas no âmbito administrativo como agente de viagem, afirma que sua atuação é muito voltada à prestação de atendimento ao cliente na loja física, por e-mail e por WhatsApp. Segundo Alexandre “o atendimento físico é raro, mas tem aqueles que gostam de sentar, conversar e bater um papo, mas a maioria das vezes [o atendimento] é pelo WhatsApp mesmo” (Alexandre, agente de viagem).

O atendimento realizado pelos agentes de viagens normalmente é direcionado a uma espécie de consultoria de destinos, no qual o profissional descreve para o potencial turista o que ele pode conhecer, o que ele pode fazer no destino e as possibilidades de passeio. Na empresa que Alexandre atua tinha uma prática de apenas vender as viagens operadas pela própria agência e, com a chegada dele, foi sugerido ao proprietário a abertura da oferta de viagens de forma personalizada para atender pessoas que desejava viajar para um destino diferente ou fora das datas disponibilizadas, o que foi acatado e levou o Alexandre a realizar o atendimento, a definição do financeiro e a jornada do cliente do início ao fim. Este relato de Alexandre mostra

a abertura de algumas empresas ao novo e contribui para o nosso entendimento sobre o agenciamento.

Fabiana é uma trabalhadora atuante no agenciamento de viagem que aponta um desestímulo à atuação como agente de viagens por não ter o treinamento que precisava para cumprir as tarefas e, mesmo assim, realizava atendimento via telefone, e-mail e participava de evento de turismo representando as agências. A falta de uma orientação foi um fator desestimulante para a Fabiana que leva a necessidade de refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelos/as trabalhadores/as no exercício do trabalho.

Fabiana realiza um relato forte que mostra a dificuldade que um profissional pode enfrentar ao assumir uma atividade quando diz “não tive o treinamento específico, me ensinaram as coisas tipo assim você se vira” (Fabiana, agente de viagem) e isto a desestimulou a continuar na atividade. Alexandre já se mostra preocupado em continuar sendo útil para seus clientes porque segundo ele

essa pandemia ao meu ver ela acelerou muita coisa que era o meu medo, ela acabou acelerado a tecnologia que em parte é bom, tanto para o cliente quanto para gente né, mas aquela insegurança das pessoas dominarem a tecnologia e ter segurança de fazer a própria compra do pacote turístico pela internet né e acabar colocando o agente de viagens de lado [...] é a nossa maior insegurança (Alexandre, agente de viagem)

O risco da automatização do trabalho do agente de viagem é iminente e uma real dificuldade do profissional que precisa oferecer segurança, apresentar diferenciais e buscar uma alternativa possível, como já dito por Rodrigues (2020, p. 110) “os agentes de viagens desde há algum tempo, com a entrada das vendas online, se posicionam mais como consultores de viagens [...]. Parece-me que no futuro breve, tudo se vai passar online”.

Alexandre afirma ainda que, além de competir com a tecnologia, os fornecedores apresentam-se como um desafio, pois a presença digital amplia o poder de negociação dos players digitais, inibindo boas condições de valores e disponibilidades para os operadores e agências de pequeno porte. Rodrigo afirma que suas dificuldades como proprietário de agência de viagens estão vinculadas a compreensão dos parceiros comerciais, fornecedores de hospedagem e alimentação, quanto a importância da parceria e a compreensão de parte dos negócios em ficar barganhando o menor preço dentre os fornecedores.

Lívia como proprietária de uma agência de viagens reforça a dificuldade que possui com os fornecedores no aspecto de sentir uma escassez de guias de turismo que possuem um conhecimento maior sobre determinado tema ou que estejam preparados para atender alguns nichos de mercado. Rodrigo contrapõe parcialmente a Lívia em sua argumentação, relatando

que, em sua experiência como guia de turismo, “tem contratante que quer que qualidade de mais, quer que o Guia faça muito serviço, muitas coisas ao mesmo tempo ou durante ao longo do serviço contratado, e não aceita pagar um valor que seja minimamente justo” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem).

A fala do Rodrigo quanto ao reconhecimento da atuação do guia de turismo por parte dos proprietários de agências de viagens demonstra outra condição precária aos profissionais operacionais que assumem uma sobrecarga de trabalho em busca do valor acordado pelo serviço freelancer, muitas vezes caracterizado pela “pejotização” que burla o direito dos/as trabalhadores/as (Antunes, 2018). Rodrigo continua sua argumentação dizendo que

Eu já ouvi essa questão do: 'se eu aumentar o valor que eu vou te pagar [Rodrigo] eu vou perder cliente por que a minha clientela não vai aceitar a pagar o valor que eu vou ter que cobrar se eu for pagar o valor que você está pedindo (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem)

Pela experiência de Rodrigo também no agenciamento de viagem ele sabe que, em um ônibus de aproximadamente 40 pessoas, o valor justo por seu trabalho corresponde ao valor de aproximadamente um passageiro. A questão econômica relaciona com a exploração realizada pelas empresas que atinge os homens e as mulheres pela condição de trabalhadores, todavia, Joana, ao apontar as suas dificuldades já foca na relação com os turistas afirmando que “as vezes a gente lida com os passageiros que são bem complicados” (Joana, guia de turismo) e soma no caso das mulheres a uma opressão por sua condição feminina.

Desta forma, a presente investigação corrobora com o entendimento de Kérigoat (1996) ao compreender o homem e a mulher como dois grupos oriundos das construções sociais que possuem uma relação, sendo denominada, relações sociais de sexo. As relações na sociedade possuem uma base material (o trabalho) que demonstra um domínio masculino e uma subordinação feminina moldada pela divisão social do processo produtivo entre os sexos, sendo conhecido como divisão sexual do trabalho (Kérigoat, 1996; Mooney, 2016).

Hirata e Kérigoat afirmam que a divisão sexual do trabalho é

a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Pode assumir diferenciadas configurações ao longo da história tendo como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares, etc.) (Hirata & Kérigoat, 2007, p. 599).

A opressão sofrida por mulheres trabalhadoras é percebida nas relações entre as pessoas no trabalho, motivo das reflexões a partir deste ponto da investigação.

A dupla atividade de Rodrigo como guia de turismo e proprietário de agência de viagens permite, mais uma vez, ter um olhar relacional, pois ele afirma que, como guia de turismo, já foi “dispensado ou parado de ser chamado por causa dessa mistura de fatores [...] não ser muito conformado com o conformismo, [...] algumas empresas não estar aberta ao novo, não estar aberta a mudar as coisas, de trabalhar novidades e tal” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem).

A resistência de alguns ao novo e ao tradicional é presente em algumas empresas de agenciamento de viagens e está ligado normalmente aos gestores que encontram-se à frente do negócio. Em relação às empresas que prestam serviço, Joana apresenta uma boa relação com elas e demonstra uma certa autonomia para conduzir os seus trabalhos junto aos turistas sem intervenções impostas pelas empresas.

Um destaque importante na atuação do guia de turismo é a sua relação com um parceiro fundamental de trabalho, o motorista. Joana descreve que “se a gente não tiver uma comunicação boa com os motoristas, a gente acaba não tendo como fazer um bom trabalho porque se tudo está desalinhado alguma coisa, em algum momento, dá errado” (Joana, guia de turismo). Uma viagem em que não há harmonia entre o guia e o motorista pode ser impactada e sentida pelos turistas, o que se torna mais difícil para as profissionais guia de turismo do sexo feminino, que tem que lidar com uma categoria profissional majoritariamente masculina. Todavia, Joana encerra sua fala informando da existência de uma rede de apoio entre os profissionais guia de turismo que a auxilia em casos de dúvidas, necessidades urgentes e com indicações de serviços.

O agente de viagem Alexandre afirma uma boa relação com o proprietário da agência onde atua e Livia com o seu sócio, ao passo que, a Susana afirma que era sócia de seu esposo e “depois que a gente se separou, separou sociedade, separou casamento, separou tudo” (Susana, proprietária de uma agência de viagem). A experiência de Susana aponta para o caráter familiar dos negócios e as dificuldades da vida cotidiana que impactam o negócio, sendo atrelado a presença das mulheres no mercado de trabalho que permite o olhar de estudiosos/as e pesquisadores/as aos estudos sociais que discutem as “diferenças existentes entre homens e mulheres no mundo laboral, sobretudo identificando e analisando a opressão e a dominação sofrida pela mulher desde o início dos tempos” (Quirino, 2015, p. 230).

Abrindo um breve espaço para a visão dos proprietários de empresas de agenciamento de viagens foi questionado a eles quanto às dificuldades enfrentadas com os trabalhadores e os questionamentos foram direcionados a formação para o trabalho.

Susana realiza um relato dizendo que costumava brincar com seus funcionários dizendo que

com 30 dias você pega o serviço, com um ano você aprende o que a agência de viagem mexe, pois é com mundo de coisas né, mexe com seguro, com navio, com rodoviário nacional e internacional é muita coisa mesmo (Susana, proprietária de uma agência de viagem)

A fala de Susana relata uma realidade de preparação do profissional, formado ou não, para a atuação no mercado de trabalho seguindo os preceitos da empresa. Rodrigo afirma que além de preparar os profissionais para a forma que a empresa deseja trabalhar, busca por profissionais abertos a interatividade, a melhorias e a aceitação a adaptação seguindo sua argumentação dizendo que sente como má condição de trabalho a “falta de abertura, essa falta de aceitar trabalhar em conjunto [...] de ouvir, aceitar ouvir, trabalhar né crítica construtiva” (Rodrigo, guia de turismo e proprietário de uma agência de viagem).

As más condições de trabalho são percebidas de forma diferente nas carreiras dos homens e das mulheres, como também no âmbito de trabalho administrativo ou operacional. No caso do âmbito gerencial não se fez presente nos relatos dos entrevistados, o que demonstra que os proprietários e gestores de agências de viagens não sofrem com a exploração do trabalho da mesma forma que os profissionais administrativos e operacionais, todavia, o fenômeno do teto de vidro, sob a ótica dos estudos de Lima (2013), ocorre nas dificuldades das mulheres em exercer cargos e posições de poder como nas funções de gerente/proprietária de empresas de agenciamento de viagens e na busca de identificar se existem entraves para a ascensão das mulheres no setor de turismo. A segregação vertical proposta por Olinto (2011) é muitas vezes associada ao teto de vidro nas organizações por compreender a estagnação das mulheres nas posições mais subordinadas impossibilitando a progressão nas escolhas e nas carreiras.

No âmbito operacional, enquanto os homens não relataram precariedades, a guia de turismo Joana relatou que existe uma disputa muito grande entre os trabalhadores no mercado de trabalho afirmando que grande parte dos profissionais “não tem uma boa vontade em ajudar e alguns até mesmo procuram te atrapalhar a trabalhar [...] existe muita conversa paralela sobre os colegas” (Joana, guia de turismo).

No âmbito administrativo, a Fabiana relatou uma vivência na empresa de agenciamento de viagem que se assemelha a um desvio de função e acúmulo de atividades associadas ao trabalho doméstico sendo atribuído às mulheres.

Fabiana trabalhava em uma agência de viagens com outra profissional que, devido a ter mais tempo de casa, era socialmente considerada uma gerente, embora não fosse remunerada ou reconhecida monetariamente dessa forma. Os turnos de trabalho entre as funcionárias eram opostos, porém se encontravam no dia de faxina. Fabiana afirma que

eu não tive muita relação [com o proprietário da agência], eu tive mais com ela [outra funcionária] do que com ele porque como eu trabalhava de manhã e ela trabalhava de tarde, o único dia que ela chegava mais cedo era o dia de fazer faxina. Ela limpava o banheiro e limpava a sala e eu limpava os armários e as mesas [...] e assim quando por exemplo eu tinha uma dúvida parecia que ela estava me fazendo um favor sabe, ela é daquele tipo de pessoa que 'ah eu não vou ensinar muito porque vai que ela fica melhor do que eu' essa era a impressão que eu tinha e eu me sentia muito reprimida sabe [... quanto a precariedade] tinha essa coisa da Faxina porque eu acho que a gente não foi contratada para isso, a gente não ganhava para isso, eu tinha isso como uma escravidão e toda vez que eu tinha que limpar esse armário era uma lamúria porque eu morria de medo porque tinha [vários souvenirs de miniaturas] e o medo que eu tinha de quebrar aquilo e também porque eu não tinha experiência com faxina (Fabiana, agente de viagem)

O relato de Fabiana expõe uma situação precária enfrentada pelas mulheres, não só na contemporaneidade, mas desde o século XX, quando a necessidade de maximizar receitas tornou “comum exigir dos trabalhadores, para além da execução de tarefas rotineiras, a responsabilidade pela manutenção dos equipamentos com que trabalham, a limpeza do local de trabalho” (Pinto, 2007, p. 77-78).

Uma precariedade vivenciada pelos profissionais no decorrer da realização desta pesquisa foi a adaptação da atuação ao longo da pandemia de Covid-19 aparecendo no relato de Alexandre que para suas tarefas como agente de viagem se sentia muito distraído no trabalho home office e assim que foi possível regressou ao escritório, já a Joana teve sua atuação drasticamente atingida e afirmou que a rotina de trabalho estava lenta se comparado com o período anterior a pandemia onde “chegava a ficar um mês inteiro... 50 dias, sem ir direito em casa né. E aí passado esse período agora mais crítico da pandemia eu tenho ficado uma semana em casa e uma semana trabalhando” (Joana, guia de turismo).

Os trabalhadores e trabalhadoras que atuam no turismo manifestam algumas satisfações no trabalho do turismo ao serem questionados sobre as experiências marcantes que tiveram ao longo da carreira.

Alexandre teve sua satisfação como agente de viagem quando contribuiu para a reforma do escritório que mesmo parecendo algo concreto simbolizou uma mudança de mentalidade de

todos na empresa. Fabiana que atua também no âmbito administrativo teve como experiência marcante a participação em um famtour representando a agência pois conseguiu conhecer uma pousada de luxo, realizar a refeição em um restaurante renomado e fazer *networking* com outras pessoas do mercado.

Rodrigo e Joana, dois profissionais guias de turismo, recordam de viagens a trabalho que marcaram positivamente a trajetória profissional e Joana finaliza referindo sobre a riqueza das experiências dos guias de turismo e afirma que “cada um de nós podemos escrever um livro né, com tanta história que a gente tem dá pelo menos uma trilogia” (Joana, guia de turismo).

Com isso, as formas de “apreender as relações que envolvem as profissões e gênero são diferenciadas entre as carreiras e seus níveis hierárquicos, pela origem social, a geração e a dupla jornada” (Bonelli & Barbalho, 2008, p. 277). Essa constatação demonstra a necessidade do olhar sexuado⁵, uma vez que “a diferença entre ser profissional homem e ser profissional mulher [...] e [essas diferenças] não mudarão no mercado de trabalho se não mudarem em casa, no ambiente privado, no ambiente doméstico” (Bonelli, 2010, p. 114).

Com todo o exposto até o presente momento foi possível problematizar as vivências, experiências e rotinas de trabalho dos homens e das mulheres, destacando situações complexas de exploração que afetam os dois sexos e outras situações de opressão que afetam diferencialmente as mulheres trabalhadoras.

⁵ Considera-se como olhar sexuado a dimensão sexuada do trabalho, ou seja, a distinção dos trabalhadores em homens e mulheres como preconizado nas análises da Divisão Sexual do Trabalho.

Considerações finais

O presente estudo, conduzido por meio de uma abordagem qualitativa e dialético-crítica, permitiu explorar as desigualdades de gênero no agenciamento de viagens, a partir da intersecção entre os relatos empíricos de homens e mulheres trabalhadores do setor. Ainda que a amostra não tenha sido representativa em termos estatísticos, foi possível acessar elementos significativos das vivências profissionais, o que contribuiu para a análise da divisão sexual do trabalho no turismo. Destaca-se, no entanto, uma limitação importante: a ausência de dados autorreferidos sobre a raça/cor dos participantes impediu uma abordagem mais robusta da consubstancialidade.

A investigação teve como eixo central problematizar as desigualdades nas carreiras de homens e mulheres, evidenciando as experiências, vivências e rotinas de trabalho no cotidiano do agenciamento de viagens. Para tanto, aprofundou-se na análise da materialização do exercício profissional, abordando transversalmente as relações de trabalho, os enfrentamentos à precarização, o sexismo, os preconceitos e as desigualdades de gênero.

Os dados indicam múltiplas perspectivas de desigualdade no cotidiano profissional. As mulheres enfrentam desafios específicos relacionados ao atendimento de passageiros, à interação com motoristas (categoria majoritariamente masculina), à conciliação com os cuidados familiares e à transferência de práticas domésticas para o contexto empresarial. Essas situações são enfrentadas por meio da solidariedade entre colegas, das redes de apoio e, em alguns casos, da ruptura com empresas exploradoras.

Importa ressaltar que esta pesquisa não pretende encerrar o debate, tampouco definir a dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor turístico como algo homogêneo. Ao contrário, propõe uma nova lente analítica sobre as práticas sociais vivenciadas por trabalhadores e trabalhadoras do turismo. Mesmo com essa cautela, é possível afirmar que o agenciamento de viagens manifesta traços sexistas, uma vez que as mulheres seguem sendo discriminadas com base em seu sexo biológico.

Uma contribuição metodológica relevante deste trabalho foi o uso das narrativas de vida não apenas como reconstrução biográfica, mas como um corpus coletivo, articulado por categorias analíticas que permitem compreender o percurso de carreira dos sujeitos. Assim, articulou-se uma leitura psicossocial das trajetórias profissionais com uma perspectiva etnossociológica da realidade investigada.

Referências

- Abellan, N., Izcara, C., & Salvador, M. (2021). Una mirada feminista a los impactos de la crisis de la COVID-19 y el turismo. In E. Cañada & I. Murray (Eds.), *#TourismPostCOVID19. Turistificación confinada* (Colección Turismos, nº 7, pp. 171-180). Alba Sud.
- Alves, K. S. (2018). Trabalhar no turismo: Entre afetos e (im)potências de agir. *Revista Ateliê do Turismo*, 1(2), 16-30.
<https://periodicos.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/7478/TRABALHAR%20NO%20TURISMO%203A%20ENTRE%20AFETOS%20E%2028IM%29POT%C3%84NCIAS%20DE%20AGIR>
- Antunes, R. L. C. (2008). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho* (13ª ed.). Cortez.
- Antunes, R. L. C. (2018). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital* (1ª ed.). Boitempo.
- Barreto, R. E. (2010). *Efetividade social na política de educação profissional de nível tecnológico: O caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFCE* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Fortaleza, CE, Brasil.
- Bertaux, D. (2005). La perspectiva etnosociológica. In D. Bertaux, *Los relatos de vida: Perspectiva etnosociológica* (pp. 15-34). Edicions Bellaterra.
- Bertaux, D. (2010). *Narrativas de vida: A pesquisa e seus métodos*. EDUFRN; Paulus.
- Bonelli, M. G. (2010). Os desafios que a juventude e o gênero colocam para as profissões e o conhecimento científico. In C. A. Ferreira (Org.), *Juventude e iniciação científica: Políticas públicas para o ensino médio* (pp. 107–119). EPSJV, UFRJ.
- Bonelli, M. G., & Barbalho, R. M. (2008). O profissionalismo e a construção do gênero na advocacia paulista. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 275–284. <https://doi.org/10.5216/sec.v11i2.5287>
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.623*, de 28 de janeiro de 1993. Dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8623.htm
- Brasil. Ministério da Economia, KPMG. (2021a). *Guia de Retomada Econômica do Turismo - Resumo executivo*. Ministério da Economia.
- Brasil. Ministério da Educação. (2016). *Catálogo nacional de cursos superiores de tecnologia* (3ª ed.). Ministério da Educação.
- Brasil. Ministério da Educação. (2021b). *Catálogo nacional de cursos técnicos* (4ª ed.). Ministério da Educação.
- Cañada, E., & Murray, I. (2021). Turistification confinada. In E. Cañada & I. Murray (Eds.), *#TourismPostCOVID19. Turistificación confinada* (Colección Turismos, nº 7, pp. 14-81). Alba Sud.
- Carvalho, Á. B. (2013). *Webquest no facebook: uma experiência no curso técnico em guia de turismo do IFS usando uma rede social como ambiente de ensino-aprendizagem online* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Sergipe, Programa de Pós-Graduação em Educação, São Cristóvão, SE, Brasil.
- Correa, J. C. (2018). *Educação, turismo e hotelaria: percepções dos egressos do curso de hotelaria da universidade federal do maranhão sobre sua formação e o mercado de trabalho* (Tese de doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Costa, L. R., & Santos, Y. G. (2020). O “relato de vida” como método das ciências sociais - Entrevista com Daniel Bertaux. *Tempo Social*, 32(1), 319-346. <https://revistas.usp.br/ts/article/view/159702/160165>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª ed.). Atlas.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Atlas.
- Hirata, H., & Kérigoat, D. (2007). Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, 37(132), 595–609. <https://www.scielo.br/j/cp/a/cCztcWVvvtWGDvFqRmidsBWQ/?format=pdf&lang=pt>
- Hirata, H. (2003). Tecnologia, formação profissional e relações de gênero no trabalho. *Revista Educação & Tecnologia*, (6), 144–156.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. (2015). *Relatório com as estimativas da caracterização da ocupação formal e informal do turismo, com base nos dados da RAIS e da PNAD 2013, para o Brasil e regiões*. Ministério do Turismo; IPEA. https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/160204_caracterizacao_br_re.pdf
- Johann, M. D. (2018). *A formação dos guias de turismo do campus Florianópolis-Continente do Instituto Federal de Santa Catarina: uma análise com enfoque educacional ciência-tecnologia-sociedade (CTS)* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Educação Científica e Tecnológica, Florianópolis, SC, Brasil.
- Kérigoat, D. (1996). Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In M. J. M. Lopes, D. E. Meyer & V. R. Waldow (Orgs.), *Gênero e saúde* (pp. 19–27). Artes Médicas.

- Lima, E. D. B. (2007). *Formação de guias de turismo nacional e internacional: Uma proposta de curso a distância* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação de EAD, Brasília, DF, Brasil.
- Lima, B. S. (2013). O labirinto de cristal: As trajetórias das cientistas na Física. *Revista Estudos Feministas*, 21(3), 883–903. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000300007>
- Meira, C. M. (2013). *Curso técnico em turismo: aproximações e distanciamentos dos documentos oficiais a partir de um estudo de caso* (Dissertação de mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.
- Mooney, L. A. (2016). *Problemas sociais: Uma análise sociológica da atualidade*. Cengage Learning.
- Muraro, R. M. (2002). *A mulher no terceiro milênio*. Rosa dos Tempos.
- Nicolau, T. S. (2015). *Construção do conhecimento do turismo: Competências necessárias para o exercício da profissão do turismólogo* (Dissertação de mestrado profissional). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Observatório do Turismo de Minas Gerais. (2019, junho). *Boletim do emprego no turismo* (Ano 4, ed. 41). <https://seturmg.wixsite.com/observatorioturismo/boletim-do-emprego-no-turismo>
- Olinto, G. (2011). A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, 5(1), 68–77. <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>
- Oliveira, F. M. (2010). Trabalho em turismo e suas diferenças regionais no Brasil. In A. Moretto, J. D. Krein, M. Pochmann, & J. Macambira (Orgs.), *Economia, Desenvolvimento Regional e Mercado de Trabalho no Brasil* (pp. 177-219). Instituto de Desenvolvimento do Trabalho; Banco do Nordeste do Brasil; Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.
- Pinto, G. A. (2007). *A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo* (1ª ed.). Expressão Popular.
- Quirino, R. (2015). Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. *Trabalho & Educação*, 24, 229–246. <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9440>
- Quirino, R. (2017). *O processo de elaboração da pesquisa acadêmico-científica*. CEFET-MG; FORQUAP.
- Rejowski, M. (2018). *Tesouro brasileiro de turismo*. ECA-USP.
- Ribeiro, M. A. (2009). A trajetória da carreira como construção teórico-prática e a proposta dialética da carreira psicossocial. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 12(2), 203-216. <https://doi.org/10.11606/issn.1981-0490.v12i2p203-216>
- Rodrigues, J. M. S. de A. (2020). O papel dos GAL (Grupos de Ação Local) no modelo de turismo pós 2020. In L. M. Figueira & L. Oosterbeek (Orgs.), *Turismo mundial, crise sanitária e futuro: Visões globais partilhadas* (pp. 107–118). Instituto Politécnico de Tomar.
- Santos, C. S. A. (2018). *Qualidade de vida no trabalho: o caso de trabalhadores(as) do turismo na hotelaria de Caldas Novas-GO* (Dissertação de mestrado profissional). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Silva, M. C. (2021). *Conceitos de Educação Profissional e Tecnológica nas dissertações do Mestrado Educação Tecnológica do CEFET-MG* (Dissertação de mestrado). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.
- Silveira, C. E., & Medaglia, J. (2016). Relações entre gênero e mercado de trabalho de turismólogos em Minas Gerais. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(1), 109-125. <https://www.redalyc.org/journal/1154/115446822009/html/>
- Soares, M. L. S. (2012). *O mercado profissional do turismo e os egressos do Curso Técnico em Eventos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - IFPA/Campus Belém* (Dissertação de mestrado). Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- World Travel & Tourism Council. (2021). *Brazil Annual Research: Key Highlights*. <https://wttc.org/Research/Economic-Impact/moduleId/704/itemId/77/controller/DownloadRequest/action/QuickDownload>

Esse artigo apresenta resultados parciais de mestrado em Educação desenvolvido no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).



Condições de Trabalho em Restaurantes de Diamantina/MG: Entrevistas com Trabalhadores/as Informais

Gabriel Araujo Ferreira¹
Camila Teixeira Heleno²

Submissão em: 19 mar. 2025

Aceite em: 16 jun. 2025

Resumo: O trabalho no turismo apresenta características, como a sazonalidade, que pode contribuir na busca por trabalhadores informais. O objetivo desse estudo foi investigar as condições de trabalho de trabalhadores/as sem vínculo empregatício do setor de alimentação (garçons/garçonetes) de Diamantina/MG. Foram realizadas entrevistas com garçons/netes que atuam informalmente no município. Os principais resultados em relação às: condições contratuais e jurídicas, indicam condições precárias quanto ao pagamento de horas extras e taxas de serviço, de tempo mínimo de intervalo, de horas trabalhadas e remuneração variável; condições físicas e materiais, indicam uma percepção de ambiente seguro, mas com divergências sobre fornecimento de EPIs e desvios de função; sobre os processos e características da atividade destaca-se a falta de investimento na qualificação dos trabalhadores e de possibilidades de crescimento no trabalho; e, acerca do ambiente sociogerencial destacou-se a pressão e as cobranças, com grande carga de responsabilidades sem o devido treinamento. Por fim, foram realizadas reflexões acerca das interconexões entre trabalho decente e turismo sustentável.

Palavras-chave: condições de trabalho, trabalho informal, setor de alimentação, trabalho em turismo, trabalho.

Working Conditions in Restaurants in Diamantina/MG: Interviews with Informal Workers

Abstract: Work in tourism has characteristics, such as seasonality, which favors the search for informal workers. The objective of this study was to investigate the working conditions of workers without employment contracts in the food sector (waiters/waitresses) in Diamantina/MG. Interviews were conducted with waiters/waitresses who work informally in the municipality. The main results regarding: contractual and legal conditions indicate precarious conditions regarding payment of overtime and service fees, minimum break time, hours worked and variable remuneration; physical and material conditions indicate a perception of a safe environment, but with divergences regarding the provision of PPE and deviations from function; regarding the processes and characteristics of the activities, the lack of investment in the qualification of workers and possibilities for growth in the job stood out; and regarding the socio-managerial environment, the pressure and demands stood out, with a great burden of responsibilities without proper training. Finally, reflections were made about the interconnections between decent work and sustainable tourism.

Keywords: working conditions, informal work, food sector, work in tourism, work.

Introdução

Nos últimos anos, o Brasil tem enfrentado desafios econômicos significativos que têm moldado seu mercado de trabalho. A crise financeira e social, combinada com a recessão

¹ Graduado pelo Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: araujo.ferreira@ufvjm.edu.br

² Docente da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: camila.heleno@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3203-0648> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4396875037220514>

iniciada na última década, exacerbou a informalidade e a instabilidade nas relações empregatícias (Oreiro, 2017, Vahdat et al., 2022). A reforma trabalhista de 2017, por exemplo, embora tenha sido justificada como uma medida para gerar empregos, na prática, se mostrou como desregulação e flexibilização³ dos direitos dos trabalhadores em favor dos empregadores (Antunes, 2020). Essa crise enfrentada no país pode estar diretamente atribuída à deterioração dos cenários político e econômico (Tinoco & Giambiagi, 2018) e foi agravada, a partir de 2020, pelo advento da pandemia da COVID-19. A pandemia impactou não só a saúde, mas o mundo do trabalho, contribuindo para o crescimento do desemprego e para o aumento do trabalho informal, tornando as relações empregatícias ainda mais instáveis e precárias (Almeida & Souza, 2022).

No contexto do Brasil e, mais especificamente, de Diamantina/MG, após um cenário mais grave da pandemia, no qual houve restrições em bares e restaurantes a partir do decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020 (Minas Gerais, 2020), é provável que o retorno das atividades presenciais na cidade tenha sido acompanhado por um relaxamento nas questões trabalhistas em empreendimentos do setor de Turismo, a exemplo do que ocorreu em outros lugares do país. Um estudo no Rio Grande do Norte, por exemplo, revelou uma queda significativa na renda dos trabalhadores informais do setor, com quase metade deles ficando sem rendimentos durante o período analisado (Hofsteatter, 2021). Além disso, identificaram casos de demissões e flexibilização dos contratos de trabalho, afetando tanto os trabalhadores formais quanto os informais. Carvalho e Nogueira (2022), a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), destacaram que, em maio de 2020, aproximadamente 33,6% dos cozinheiros/as e garçons/netes foram afastados/desligados do trabalho na pandemia.

Segundo Proni (2013), existem estudos comprovando que a informalidade é um problema grave que prejudica muitos trabalhadores brasileiros e consequentemente acarreta a precarização do trabalho, como é evidenciado por meio do conceito de “trabalho precário”. De acordo com Heleno et al. (2021b), o trabalho precário, em síntese, está associado à ausência ou redução das garantias e dos direitos do trabalho, incerteza quanto à sua continuidade, condições de insegurança e vulnerabilidade econômica ou social.

Dessa forma, a realização da pesquisa no município de Diamantina/MG se justifica por se tratar de um polo turístico regional, reconhecido como Patrimônio Mundial Cultural pela UNESCO em 1999, que se configura um destino receptivo importante para a região e para

³ Desregulação está relacionada a uma noção de Estado mínimo no qual este deixa de regular questões sociais em favor de uma regulação autônoma; e, flexibilização ocorre mediante negociação coletiva a partir de um suposto rigor e imperatividade das normas jurídicas (Rafagnin & Nogueira, 2021).

geração de emprego e renda e que tem carência de estudos acerca dos impactos do trabalho informal na cidade. De acordo com os dados do IBGE (2022), Diamantina possui uma população de 47.702 habitantes, com salário médio mensal de 2,8 salários mínimos. Ainda segundo o instituto, a proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 25,71%, menor que das cidades históricas mineiras de Ouro Preto e São João del Rey (31,67% e 29,10%, respectivamente).

O presente estudo buscou investigar as condições de trabalho de trabalhadores/as sem vínculo empregatício do setor de alimentação (garçons/garçonetes) de Diamantina/MG.

Trabalho em Turismo

O turismo pode ser caracterizado, em uma abordagem simplificada, como "a soma de relações e serviços resultantes de um câmbio de residência temporário e voluntário motivado por razões alheias a negócios ou profissionais" (Barreto, 1995, citado por Dartora, 2003, p. 2). Segundo Sakowski (2015), existem duas formas de medir o emprego relacionado ao turismo: o "emprego no turismo" refere-se a empregos diretamente ligados aos bens e serviços consumidos por visitantes, seja produzido por indústrias do turismo ou outras; o "emprego nas indústrias do turismo" abrange todas as ocupações nas ACTs⁴, independentemente de estarem relacionadas ao consumo de turistas. Em resumo, o emprego no turismo está vinculado aos visitantes, enquanto o emprego "nas indústrias" do turismo inclui todas as ocupações nas atividades turísticas, independentemente do público-alvo, caso dos restaurantes.

Para trabalhar em turismo, é fundamental ter conhecimentos específicos sobre o setor, como as características dos diferentes segmentos, os tipos de produtos e serviços oferecidos, as normas e regulamentações vigentes, entre outros. Entretanto, alguns estabelecimentos negligenciam a qualificação de seus funcionários, priorizando a quantidade em detrimento da qualidade do emprego (Costa et al., 2017). Leva-se em consideração também que o turismo é mais que uma atividade de serviços, sendo um fenômeno cultural e histórico, enraizado na diversidade ambiental e em relações sociais (Kilbert, 2015).

O impacto do turismo na criação de empregos é um tema complexo, pois, ao mesmo tempo que a atividade turística expõe impactos positivos, como o incremento econômico, especialmente com geração de emprego e renda, ela também expõe as vulnerabilidades existentes (Soares, 2005). Nesse sentido, de acordo com Alves (2018), apesar do turismo ter o

⁴ Atividades Características do Turismo – ACTs são um conjunto de atividades que concentram a maior parte dos gastos dos turistas como "alojamento; alimentação; transporte aéreo; transporte terrestre; transporte aquaviário; agências de viagem; aluguel de transportes; e cultura e lazer" (Coelho & Sakowski, 2014, p. 8).

potencial de geração de emprego e crescimento econômico, ele não implica diretamente em redução da pobreza diante das inconstâncias do trabalho no setor. Esses aspectos tornam essencial uma análise cuidadosa dos impactos do turismo não apenas na geração de empregos, mas também nas condições de trabalho e na sustentabilidade econômica das comunidades locais. Diante disso, a autora ainda complementa que “a oferta de emprego no setor que, teoricamente, seria um benefício aos trabalhadores, haja vista a importância de criação de postos de trabalho, acaba também por ser uma arma contra a qualidade dos empregos oferecidos” (Alves, 2018, p. 09). Vale destacar que o turismo causa um impacto social onde se instala. Uma dessas causas que merece destaque é a oferta de emprego, que varia de acordo com a demanda turística e está relacionada diretamente às taxas de sazonalidade do setor, com uma parcela significativa de pessoas trabalhando de forma temporária em períodos de maior demanda e ficando desempregadas nos meses restantes (Lomba, 2005). Desse modo, “informalidade no turismo se alimenta da necessidade de sobrevivência e do mito do turismo como atividade ‘salvadora’ e unicamente positiva” (Lomba, 2005, p. 7).

De acordo com Heleno et al. (2021a), o turismo ao mesmo tempo em que impulsiona o desenvolvimento econômico e a criação de empregos, é criticado por oferecer empregos precários. Nesse sentido, o turismo apresenta características predominantes que podem incluir:

[...] jornadas extensas e flexíveis; baixa remuneração; formas contratuais pouco usuais e não legais; exigência de nenhuma ou pouca qualificação que se coaduna com baixa remuneração; desigualdade de gênero; pouco reconhecimento social; e pelo avanço do desemprego estrutural causado pelo uso mais intensivo das novas tecnologias digitais. Ou seja, as características que marcam a atual crise do capitalismo podem ser observadas nesse campo (Heleno et al., 2021a, p.141).

Diante desse cenário, é evidente que o turismo enfrenta desafios significativos no que diz respeito à sustentabilidade social e econômica de suas práticas laborais. A precariedade dos empregos oferecidos no setor não apenas coloca em xeque a qualidade de vida dos trabalhadores, mas também levanta questões sobre a viabilidade em longo prazo do desenvolvimento sustentável do turismo.

Trabalho Informal no Brasil

Nos últimos anos, o debate sobre o trabalho informal no Brasil tem sido central para entender as dinâmicas econômicas e sociais do país. No Brasil, a maioria dos contratos formais são regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) (Souza & Lussi, 2022). Em 2017, com a aprovação da chamada Reforma Trabalhista, foram legitimadas práticas que flexibilizam as relações de trabalho. Isso inclui formas de contratação mais instáveis, como contratos

temporários, além da despadronização do tempo de trabalho (Pereira & Falavina, 2023). Diante disso, existem diferentes padrões para definir e medir o trabalho informal, que podem incluir trabalhadores: sem carteira assinada ou CNPJ; com ausência de contribuição previdenciária como indicativo de informalidade; familiares sem contribuição previdenciária e não remunerados; empregados por empresas com até cinco funcionários (Roubaud et al., 2020).

Ao longo das últimas décadas, a informalidade tem sido um desafio persistente para o país. A informalidade é um problema estrutural na economia brasileira (Helena et al., 2021a) que, desde os anos 1980, caracteriza o mercado de trabalho brasileiro por uma elevada proporção (Ulysea, 2006). Ao longo da década de 1990, o trabalho informal cresceu cerca de 22%, (Jakobsen, 2000), e “após o Plano Real, as taxas de crescimento foram positivas, mas insuficientes para ampliar o nível de emprego, expandindo o desemprego” (Cardoso & Marques, 2010, p. 10). Na década seguinte, em 2007, mais de 50% da população economicamente ativa encontrava-se em situação de informalidade no país (Antunes, 2009). Dez anos depois, em 2017, entrou em vigor a "Reforma Trabalhista" por meio da Lei nº 13.467/2017 (Brasil, 2017b), que introduziu modificações em 201 pontos da CLT, tais como: ampliação do contrato temporário e parcial; estímulo à contratação como autônomo e pessoa jurídica; remuneração variável e fragilização da fiscalização (Krein & Colombi, 2019).

Até o ano de 2019, a dita reforma não cumpriu a promessa de retomada do crescimento econômico e da geração de emprego, mas agravou a crise do mercado de trabalho, com aumento do desemprego, da informalidade, da subocupação e da precarização das condições de trabalho (Krein & Colombi, 2019). Guimarães et al. (2022) examinaram o mercado de trabalho formal e informal nas ACTs da região Nordeste entre 2012 e 2019, e identificaram que, em todos os anos analisados, o mercado de trabalho informal superou o mercado formal. Tal pesquisa também destacou que o turismo é uma das atividades mais prejudicadas pela crise causada pela pandemia do COVID 19, iniciada em 2020, por conta da suspensão total de atividades em vários setores.

Em 2021, o setor informal brasileiro representava cerca de 38% da população economicamente ativa e estava associado a menor arrecadação, menor produtividade e má alocação de recursos (Ministério da Economia, 2021). Atualmente, em setores como o Cultural, a informalidade é a relação de trabalho predominante (Escobar, 2023). Tal autor, fez essa afirmação após analisar as características e os impactos da informalidade no setor cultural do município de São Paulo, considerando o contexto da pandemia de COVID-19 e as políticas públicas existentes. De acordo com Moraes et al. (2021, p. 05), a diminuição global de

empregos decorrente do isolamento social foi identificada nos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de 2021 como: “não homogênea, atingindo mais mulheres, trabalhadores jovens e trabalhadores informais”. Essa observação de que a diminuição global de empregos não foi uniforme evidencia disparidades em relação a grupos mais vulneráveis que merecem atenção.

Essa análise da OIT apresentada por Moraes et al. (2021) oferece uma visão valiosa sobre a complexidade das modificações socioeconômicas do isolamento social, destacando a importância de abordagens diferenciadas para garantir uma recuperação inclusiva e equitativa. Cardoso e Marques (2010) contextualizam essa informalidade como um fenômeno intrínseco ao capitalismo periférico, que se baseia na acumulação primitiva, na exploração da força de trabalho rural e urbana, na manutenção de relações atrasadas no setor moderno e na produção de bens voltados para o consumo das classes privilegiadas.

Essas considerações destacam as desigualdades e relações desvantajosas do setor informal em relação ao formal. Elas podem contrapor os argumentos de Cacciamali (1994), que criticou as visões que definem o setor informal por afirmações negativas ou que o associam a baixos níveis de renda e de qualidade dos produtos e serviços. Para a autora, o setor informal deve ser entendido como um conjunto de atividades que operam sem atender a todos os requisitos de uma empresa capitalista, mas que não são necessariamente residuais, marginais ou ilegais. Pelo contrário, o setor informal pode apresentar diferentes graus de integração e de concorrência com o setor formal, bem como diferentes perfis de renda e de demanda, dependendo das condições específicas de cada mercado. Nesse sentido, a autora afirmou que:

A remuneração no mercado informal, portanto, não está associada, obrigatoriamente, a baixos níveis de renda. Ela é determinada pelo tipo de atividade, pelos custos de produção e pela dimensão de cada mercado específico. Este último fator, por sua vez, é condicionado pelas demandas de empresas e, em grande parte, pelos consumidores individuais finais. (Cacciamali, 1994, p. 222).

Tal afirmação ressalta a interconexão entre o setor informal e as demandas do mercado, destacando que as atividades informais não são apenas uma resposta passiva, mas muitas vezes são moldadas pelas necessidades e preferências dos consumidores e empresas.

A ênfase nas características específicas de cada mercado e nas demandas dos consumidores, conforme abordado pela autora, são complementadas pela abordagem de Nogueira e Carvalho (2021) ao destacar a necessidade de diferenciação e clareza conceitual partindo da constatação de que há uma grande diversidade e imprecisão nos conceitos de

precariedade e informalidade, que muitas vezes se sobrepõem ou se confundem, sendo preciso diferencia-los, visto que eles têm origens, características e implicações distintas.

Trabalho informal e precarização do trabalho no setor de Turismo

A precariedade do trabalho é uma condição multifacetada, com desdobramentos econômicos, jurídicos, políticos e morais (Girardi, 2010). A noção de trabalho precário, com origens nos movimentos sociais, adquiriu diversas definições, como uma forma de emprego caracterizada pela incerteza, imprevisibilidade e riscos significativos para o trabalhador (Kalleberg, 2009). Nesse contexto, é o próprio trabalhador quem assume a maior parte dos riscos, em vez de serem atribuídos aos empregadores ou ao governo. Nogueira e Carvalho (2021), evidenciam que o trabalho precário pode se manifestar tanto no ambiente formal quanto no informal e, desse modo:

[...] o trabalho informal, entendido como aquele que não cumpre com a legislação social e trabalhista, não necessariamente é precário. Entretanto, essa é uma expressão minoritária da informalidade, sendo suas expressões típicas passíveis de ser classificadas como precárias (Nogueira & Carvalho, 2021, p. 20).

Ao analisar as definições de trabalho precário, observa-se uma necessidade de aprofundamento nas raízes históricas e estruturais do fenômeno, bem como nas possíveis soluções para mitigar as desigualdades de responsabilidades entre trabalhadores e empregadores. Tal discussão sobre a condição precária na sociedade contemporânea revela contrastes marcantes em relação ao proletariado. Essas diferenças estão, por exemplo, pela presença de direitos garantidos pela legislação social protetora do trabalho, representação sindical e, até, serem reconhecidos pelos empregos ou funções, no caso do proletariado; e por, muitas vezes, não trabalhar na função de formação, ausência de representação sindical e de direitos (sem garantias de emprego, sem proteção quanto a dispensas arbitrárias, sem horas de trabalho fixas), e sem identidade profissional, no caso do precariado (Standing, 2014).

A precarização do trabalho também vem se constituindo como uma realidade, diminuindo a produtividade, renda e expondo o trabalhador a condições irregulares de trabalho. Além disso, segundo Heleno et al. (2021b, p.63), “a precarização tem afetado a todos, pois o aumento de trabalhadores/as em situações de precariedade no trabalho afeta o poder de barganha dos demais de modo que há perdas de proteção, segurança e qualidade do emprego da maioria”. Cardoso e Oliveira (2020) acrescentam que a dificuldade de identificar o empregador é uma das características do trabalho precário e que gera vulnerabilidade para os trabalhadores. Para Soares (2005, p. 92), "tais fatos condicionam o trabalhador informal à perda

progressiva da cidadania: insegurança, marginalização social e afastamento dos aparatos de apoio oferecidos pelo Estado aos trabalhadores".

Essa realidade, ao ser relacionada ao setor informal, destaca uma interconexão entre a precariedade do trabalho e o surgimento do termo "setor informal"⁵. "A informalidade está comumente associada à precariedade, insegurança e ausência de proteção social, em oposição à seguridade e regulações que constituem o trabalho formal" (Abílio, 2021, p. 15), sendo que, o objetivo de evitar a contratação formal de trabalhadores é diminuir custos com direitos exigidos pela legislação trabalhista (Meliani & Gomes, 2010). Ambas as perspectivas convergem para a compreensão de que a informalidade não apenas representa uma alternativa operacional para as empresas, mas também reflete uma realidade que compromete a estabilidade e os direitos dos trabalhadores.

Na análise da precarização do setor turístico, destaca-se uma observação sobre a precarização das relações laborais, especialmente nos segmentos de hotelaria e de alimentação, caracterizados pela baixa qualificação dos trabalhadores (Costa et al., 2017). De acordo com Moraes et al. (2021), o turismo é historicamente precário, dependente e vulnerável, com baixos salários, contratos flexíveis e fraca organização coletiva. Meliani (2021), relatou que dentro da realidade brasileira, metade dos 2 milhões de trabalhadores, que em 2018 estavam ocupados na área do turismo, estavam na informalidade, destacando a magnitude do problema. Assim, essas características apresentadas do trabalho informal e suas complicações dentro do setor de turismo correspondem ao que pode ser entendido pela OIT como precariedade e desvalorização do trabalhador, visto que a organização "tem como premissas a redução da pobreza e o desenvolvimento de economias menos desenvolvidas e emergentes por meio dos empregos gerados pelo turismo na perspectiva do que denomina trabalho decente" (Alves, 2018, p. 06).

Incluído na agenda 2030 pelas Nações Unidas, o trabalho decente é o ponto de convergência dos quatro objetivos estratégicos da OIT, a saber:

- (1) o respeito aos direitos no trabalho, especialmente aqueles definidos como fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil); (2) a promoção do emprego produtivo e de qualidade; (3) a ampliação da proteção social; (4) e o fortalecimento do diálogo social, (OIT citado por Prado & Santos, 2023, p.539).

A despeito de seu papel 'salvador' de economias aparentemente desgastadas (Lomba, 2005), o turismo, por vezes, aumenta os índices de informalidade, excluindo essa parcela de

⁵ O termo 'setor informal' foi inicialmente identificado nos estudos voltados para o Programa Mundial de Emprego, realizados pela OIT no início da década de 1970 (Neto et al., 2012).

trabalhadores dos benefícios sociais (Soares, 2005). É nesse contexto que se encontra a oferta de emprego para a população com pouca ou nenhuma necessidade de qualificação profissional, como os setores do turismo de hotelaria e restaurantes. Essa oferta de emprego, apesar de representar uma oportunidade para a população com pouca qualificação, muitas vezes se traduz em condições laborais precárias e desvalorizadas. Além disso, Meliani e Gomes (2010) revelam uma dualidade nas funções desempenhadas pelos prestadores de serviços para o turismo, ressaltando as diferenças marcantes de qualificação e natureza do trabalho:

Na prestação de serviços de apoio ao turismo coexistem trabalhadores de maior qualificação profissional, que desempenham formas de trabalho sofisticadas, com trabalhadores menos qualificados que exercem formas de trabalho mais intensivas sob o ponto de vista físico (Meliani & Gomes, 2010, p. 122).

Essa realidade, muitas vezes marcada por formas intensivas de trabalho, ganha contornos de exploração da mais-valia em um contexto de precarização, conforme evidenciado por Meliani e Gomes (2010). Dito isso, as análises sobre a mais-valia e sua relação com a precarização do trabalho, partindo de uma visão marxista, proporcionam uma compreensão crítica da dinâmica econômica e social. A mais-valia “é a diferença entre o valor produzido pelos trabalhadores e o valor da força de trabalho” (Saad Filho, 2001, p. 27). Viana e Soares (2016, p. 46) complementam essa perspectiva, afirmando que “ela é considerada um conceito marxista que mostra uma desigualdade entre o valor pago ao trabalhador, por seus esforços e forças empregadas em determinada atividade, e o valor que realmente vale seu trabalho”.

Dessa forma, torna-se evidente que a mais-valia se caracteriza pela heterogeneidade, pela segmentação e pela informalidade, alimentando a economia informal, que de acordo com a OIT (2006), é definida como todas as atividades econômicas de trabalhadores e unidades econômicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais.

Metodologia

Para alcançar os objetivos, foi realizada uma pesquisa exploratória de caráter descritivo por meio de um levantamento, que, segundo Gil (2002) é caracterizado pela interrogação direta dos participantes.

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa (CAAE n. SUPRIMIDO), sendo cumpridos todos os cuidados éticos cabíveis. Optamos pela realização de entrevistas semiestruturadas, devido seu moderado grau de diretividade, com possibilidade de respostas

livres e de inserção de questões complementares a partir das respostas apresentadas (Bardin, 2011; Manzini, 2004).

As entrevistas seguiram um roteiro de 20 questões iniciais, construído a partir do modelo de condições de trabalho, sintetizado por Borges et al. (2013), contemplando quatro dimensões: (1) Condições contratuais jurídicas (regime jurídico; sistema de incentivo e tempo); (2) Condições físicas e materiais (fatores físicos do trabalho; lugar de trabalho; desenho espacial-arquitetônico e condições de segurança); (3) Processos e características da atividade (controle de autonomia; ritmos de trabalho; conteúdo do trabalho; processo e papel social); (4) Condições do ambiente sócio gerencial (igualdade de oportunidades; informação e participação; clima organizacional e violência no lugar de trabalho). Tal modelo foi adotado por englobar aspectos do entorno do trabalho, ampliando a noção de condições de trabalho para além das condições físicas e materiais.

Foram realizadas três entrevistas em local neutro, com duração máxima de uma hora. Segue a caracterização básica dos entrevistados.

Tabela 1
Caracterização dos participantes

Informações	Entrevistado A	Entrevistado B	Entrevistado C
Ocupação atual	Garçom	Garçonete	Garçom
Experiência	Um ano	Dois anos e meio	Dez anos
Idade	Entre 18 e 25 anos	Entre 36 e 45 anos	Entre 26 e 35 anos
Vínculo empregatício	Informal	Informal	Informal
Estudante	Sim	Não menciona	Sim

As entrevistas foram gravadas entre os meses de outubro e novembro de 2023 e posteriormente transcritas para o Word, onde foram analisadas de acordo com a análise de conteúdo (Bardin, 2011).

Resultados e Discussão

Os entrevistados compartilham suas experiências como garçons/netes, assumindo posições que variam desde uma visão pragmática e descomplicada até narrativas que evidenciam desafios e insatisfações. Os resultados e discussão serão apresentados conforme as quatro categorias das condições de trabalho consideradas: Condições Contratuais Jurídicas,

Condições Físicas e Materiais, Processos e Características da Atividade, e Condições do Ambiente Sociogerencial.

Condições Contratuais e Jurídicas

Ao analisarmos as entrevistas, os três entrevistados compartilham experiências na área de alimentação, especificamente como garçons/netes, destacando alguns aspectos do trabalho informal em restaurantes de Diamantina. O entrevistado A mencionou ser estudante em Diamantina e trabalhar como *freelancer* em um restaurante. Ele ressaltou a natureza informal de seu trabalho, sem contrato assinado, e a variação na carga horária dependendo da demanda dos estabelecimentos. A entrevistada B, também atua na cidade como garçonete e revelou uma experiência de dois anos e meio em um mesmo estabelecimento, caracterizando seu vínculo como informal. Ela destacou a falta de pagamento por horas extras, mesmo excedendo a jornada padrão, e a ausência de intervalos durante a jornada de trabalho. Além disso, a carga horária, apesar de ser teoricamente oito horas, frequentemente ultrapassa esse limite, sem compensação adicional. O último entrevistado (C), além de ser estudante, também trabalha como garçom, acumulando uma década de experiência. Ele revelou um histórico de trabalho informal, inclusive com um período de carteira assinada que foi desfeito por opção própria. Destacou a jornada diária de oito a nove horas, com possibilidade de realizar horas extras remuneradas, e a flexibilidade de acordo com o movimento do estabelecimento.

Cruz (2021, p. 85), com base em dados da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio e nos Serviços - Contrac, destacou que o trabalho na hotelaria no Brasil “envolve jornadas de trabalho de até 60h semanais; não pagamento de horas extras; e não pagamento de adicional noturno, entre outras formas de precarização do trabalho no setor”. Por outro lado, o pagamento por horas extras é um ponto em comum entre dois dos entrevistados pois são remunerados pelas horas excedidas, revelando essa prática, destoante da maioria observada pelo Contrac, nesses estabelecimentos da cidade. No entanto, essa prática parece ser uma exceção em meio à prevalência da precarização descrita por Cruz. Ainda assim, quando questionado sobre o pagamento, o entrevistado A explicou que, embora peçam para estender o horário, o pagamento continua sendo pelo mesmo valor da hora combinada inicialmente, sem um adicional pela prática de horas extras. Ele exemplifica que, se o valor acordado é de oito reais por hora, esse valor é mantido, mesmo em horas extras. Em contraponto, a entrevistada B apresenta um desafio de não ser remunerada mesmo ultrapassando suas jornadas regulares, não sendo devidamente compensada financeiramente. Ao decorrer da entrevista, a entrevistada B

complementou: “*Em Diamantina em si, a maioria dos estabelecimentos, eles não remuneram*”. Nesse sentido, há prejuízo em relação aos trabalhadores formais, visto que, segundo a CLT (Brasil, 1943/2017a), as horas extras devem ser pagas com um acréscimo de 50% sobre o valor da hora normal, o que não ocorre na situação descrita pelos entrevistados. O entrevistado C afirmou que é remunerado pelas horas extras, porém não especificou se recebe o adicional conforme estabelece a CLT, demonstrando a falta ou o estabelecimento de parâmetros individualizados sobre esse ponto.

A flexibilidade na jornada de trabalho, mencionada por todos os entrevistados, também é uma característica marcante. As horas trabalhadas podem variar de acordo com a demanda do estabelecimento ou evento, criando incertezas em relação à estabilidade financeira. Além do mais, notamos diferentes formas de fazer intervalos durante as jornadas de trabalho entre os três entrevistados. O entrevistado A afirmou que faz uma pausa apenas para lancha durante a jornada de trabalho. A entrevistada B informou que só para em dias de movimento fraco. Já o entrevistado C faz suas pausas para o almoço de forma regular. Quando questionado sobre a duração do intervalo, afirma que é menos de uma hora e menciona que “*só dá tempo de comer e voltar.*” Isso sugere que o intervalo é curto e, possivelmente, limitado ao tempo necessário para se alimentar, o que também vai contra a CLT, que estabelece legalmente os intervalos mínimos obrigatórios para repouso ou alimentação durante o trabalho contínuo. De acordo com o artigo 71, em qualquer trabalho contínuo com duração superior a seis horas, é obrigatória a concessão de um intervalo de, no mínimo, uma hora, podendo ser de até duas horas, para repouso ou alimentação (Brasil, 2017a). Além disso, quando a duração do trabalho não excede seis horas, é obrigatório um intervalo de 15 minutos quando ultrapassadas quatro horas de trabalho. Torna-se evidente então essa discrepância entre o que é estabelecido legalmente e a realidade vivenciada pelos trabalhadores, evidenciando outro prejuízo da informalidade.

Ao serem questionados sobre os 10% da taxa de serviço cobrados do cliente, a resposta do entrevistado C revela uma distinção na política de remuneração entre funcionários fixos e *freelancers* no estabelecimento: “*Os funcionários fixos recebem, mas a gente que trabalha com freelancer não recebe*”, evidenciando a existência de práticas distintas entre diferentes categorias de funcionários. Isso levanta dúvidas sobre a equidade e transparência no tratamento dos trabalhadores no que diz respeito aos 10% da taxa de serviço. No relato do entrevistado A, a fala: “*Cobra os 10%, mas não repassa*” resume a experiência do entrevistado, que afirma que nenhum estabelecimento na região realiza o repasse dos 10% do consumo do cliente ou gorjeta. A entrevistada B revela uma prática similar no estabelecimento em que trabalha. A empresa

continua cobrando 10% de taxa de serviço, mas “não repassa” esse valor aos funcionários. Os relatos revelam que, atualmente, o extra recebido pelos funcionários está vinculado apenas às gorjetas dadas diretamente pelos clientes.

No âmbito jurídico, o artigo 457 da CLT (Brasil, 2017a) estabelece que as gorjetas recebidas pelo empregado são parte integrante de sua remuneração, além do salário pago pelo empregador. Além disso, no parágrafo 3º “Considera-se gorjeta não só a importância espontaneamente dada pelo cliente ao empregado, como também o valor cobrado pela empresa, como serviço ou adicional, a qualquer título, e destinado à distribuição aos empregados”. Essa abordagem visa garantir que todas as formas de gratificação sejam consideradas parte da remuneração, promovendo uma maior qualidade nas relações de trabalho e assegurando que os trabalhadores recebam adequadamente por seu serviço, algo que evidentemente não ocorre com os entrevistados. A Súmula nº 354 do TST que diz: “as gorjetas, cobradas pelo empregador na nota de serviço ou oferecidas espontaneamente pelos clientes, integram a remuneração do empregado”, reforça essa integração das gorjetas à remuneração do empregado, seja cobrada pelo empregador na nota de serviço ou oferecida espontaneamente pelos clientes.

A informalidade no trabalho dos garçons/netes entrevistados em Diamantina mostra uma realidade de precarização que resulta em diversas desvantagens e inseguranças para os trabalhadores. A falta de um contrato formal, mencionada por todos os entrevistados têm resultado na ausência de garantias trabalhistas básicas, como a proteção contra demissão arbitrária e a falta de benefícios sociais, como aposentadoria, seguro-desemprego e auxílio-doença (Brasil, 2017a). Além do mais, a variação na carga horária, conforme é demandado pelos estabelecimentos, também contribui para uma instabilidade financeira, deixando os trabalhadores mais vulneráveis a oscilações das horas trabalhadas. Tais fatos evidenciam que a opção das empresas em evitar uma contratação formal, acarretando vulnerabilidade laboral, conforme apresentado por Meliani e Gomes (2010).

Condições Físicas e Materiais

As entrevistas revelam diferentes realidades em relação à segurança e ao fornecimento de equipamentos nos locais de trabalho. O entrevistado A percebe o ambiente como seguro, mas há falta de fornecimento adequado de EPIs para atividades como limpeza. No depoimento da entrevistada B, a preocupação com a segurança está na cozinha, "*A cozinha (é) um ponto não muito positivo. Muito pequena, muito apertada*", além disso, informa que também há uma clara deficiência no fornecimento de EPIs para tarefas adicionais (para além do atendimento às

mesas como apoio na cozinha e limpeza). Ela menciona a possibilidade de lavar banheiro e destaca que não recebe equipamentos de proteção individual (EPIs) para essas tarefas. Arelado a isso, o artigo 166 da CLT diz que “a empresa é obrigada a fornecer aos empregados, gratuitamente, equipamento de proteção individual adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento” (Brasil, 2017a). Apesar dos trabalhadores não terem contrato de trabalho formal e a rotatividade de funcionários ser uma possível justificativa em relação aos custos de EPIs, é fundamental garantir a segurança dos funcionários. Ademais, divergindo dos outros estabelecimentos, o entrevistado C destacou a segurança afirmando “*o local que eu trabalho é seguro*” e existe o fornecimento regular de EPIs em seu local de trabalho, no entanto, não especificou qual/is equipamento/s são disponibilizados.

Processos e características da atividade

Durante a entrevista, foram explorados diferentes aspectos da experiência profissional dos entrevistados, buscando entender melhor suas qualificações, percepção sobre o trabalho, as relações com o empregador e suas perspectivas de crescimento.

Ao questionar sobre as qualificações profissionais recebidas do empregador atual, o entrevistado A mencionou não ter recebido nenhum curso ou certificado específico. No entanto, ao ser questionado sobre cursos em empregos informais anteriores em Diamantina, ele revelou ter passado por treinamentos oferecidos por uma empresa de eventos, embora sem certificação formal. Conforme Gimenez et al. (2013), é destacada a importância da qualificação profissional por meio de cursos, capacitação, treinamento, reciclagem ou aperfeiçoamento, visando possibilitar ao profissional desempenhar suas funções de maneira eficaz e se destacar no campo de atuação.

A jornada de trabalho foi abordada, e esse mesmo entrevistado caracterizou-a como “*puxada*”, especialmente nos sábados, quando há um maior fluxo de turistas e clientes nos restaurantes, além do pouco descanso já mencionado. Quando questionado sobre a preparação do empregador para lidar com os funcionários, o entrevistado expressou uma visão negativa, afirmando que não considera o empregador atual preparado. Além disso, a razão atribuída pelo entrevistado para permanecer no emprego atual foi sua condição de estudante e à necessidade de uma renda extra, mas revela que tem poucas opções de emprego na cidade. Ele também observou que a maioria dos *freelancers* em Diamantina não são naturais da cidade, mas estudantes oriundos de outras localidades que buscam uma renda adicional. Quanto às perspectivas de crescimento no emprego atual, o entrevistado afirmou que não vê essa

possibilidade, e expressou desinteresse em assinar a carteira de trabalho, justificando ser apenas uma atividade para complementar renda proveniente da prestação de serviço através de seu MEI (Microempreendedor Individual), afirmando que sua atuação como garçom “*é só um bico*”.

A entrevista abordou a rotatividade de funcionários, com o entrevistado A informando que é comum a entrada e saída de *freelancers*. Ele destacou que a adaptação dos novos *freelancers* geralmente não apresenta problemas, mas observou que trabalhadores fixos que são naturais de Diamantina, especialmente os mais velhos, podem ter “*preconceito com os que não são de Diamantina*” e em relação aos mais jovens. Esse preconceito contra os universitários na profissão de garçom/nete não é algo identificado apenas em Diamantina, como exemplo em uma entrevista realizada pela ABRASEL que diz o seguinte: “garçom universitário não faz serviço difícil, não sabe muita coisa. Eles são mais a questão da beleza, de serem modelos, de serem despojados e tal” (ABRASEL apud Diniz et al., 2013, p. 701). Apesar do autor trazer discussões dentro de um contexto voltado para uma separação dos profissionais entre os que atuam em prol dos benefícios financeiros e os que atuam por amor à profissão, nota-se que é possível acontecer estranhamentos entre um garçom nativo e garçons estudantes universitários.

Adicionalmente, segundo Paim et al., (2017), a perda de um colaborador pode acarretar em diversos custos e desafios para a organização, desde a descontinuidade da atividade produtiva até a necessidade de investir tempo e recursos em recrutamento e capacitação de novos colaboradores. Esse pensamento pode ser uma das causas de problemas identificados ao longo das entrevistas, como o fornecimento de EPIs e de investimento em qualificação profissional dos funcionários. Sendo assim, é possível compreender que a rotatividade de funcionários é um fenômeno bastante complexo, influenciado por fatores tanto individuais e sociais quanto organizacionais.

A entrevistada B, ao ser questionada sobre a qualificação profissional fornecida pela empresa, afirmou que não recebeu nenhuma oferta de curso, indicando uma lacuna nesse aspecto. Ao abordar a jornada de trabalho atual, a entrevistada destacou a falta de um horário fixo de descanso, tornando a rotina cansativa. A fala “*Por que não tem um horário certo de descanso, não tem um horário fixo de descanso*” evidencia a irregularidade nesse aspecto, o que impacta diretamente no bem-estar e na possibilidade de fazer intervalos adequados. A situação se agrava quando a entrevistada mencionou seguir a carga horária inteira “*Sem fazer intervalo*”, ressaltando a intensidade do trabalho. Essa situação também envolve questões de saúde física e mental, conforme exemplifica o artigo 24 da Declaração Universal de Direitos

Humanos: "Toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer, especialmente a uma limitação razoável da duração do trabalho e a férias periódicas pagas" (ONU, 1948). Tal situação "Trata-se, portanto, de uma proteção oferecida ao trabalho visando, fundamentalmente, a sua saúde laboral e a sua integridade física, uma vez que as pausas evitam a sobrecarga muscular e a fadiga mental" (Martinez, 2019, p. 792).

Esses aspectos não devem ser encarados apenas como questões de conforto, mas sim como medidas essenciais para proteger a saúde física e mental dos trabalhadores, evitando sobrecargas, visto que "a capacidade que o trabalhador tem para executar suas funções está relacionada com seu estado de saúde e com suas capacidades físicas e mentais" (Penido, 2011, p. 02). Assim, é crucial que as empresas reconheçam a importância de oferecer qualificação profissional adequada e garantir condições de trabalho que respeitem os direitos básicos dos trabalhadores, visando não apenas a produtividade, mas também o bem-estar e a integridade de sua força de trabalho.

Além disso, ela aponta para horas extras não remuneradas, evidenciando uma condição desfavorável de trabalho. A frase "*não são remuneradas*" sublinha essa prática injusta. Ao questionar a preparação do empregador para lidar com os funcionários, o entrevistado afirma que "*eles não têm aptidão para lidar com funcionário*". Essa constatação é fundamentada em experiências desconfortáveis vivenciadas e na sobrecarga de responsabilidades assumidas sem a devida remuneração. A expressão "*Não remunerada por isso*" destaca a falta de reconhecimento financeiro para as múltiplas funções desempenhadas, que no caso, afirmou exercer na empresa "*bem dizer quatro funções*", incluindo liderança, no qual não recebe remuneração adicional por essas responsabilidades. A situação expõe a desvalorização do trabalho desempenhado. Diante desse cenário, a entrevistada permanece no emprego porque gosta da área, conforme expresso na frase "*Eu gosto da área*". No entanto, as condições de trabalho, a ausência de reconhecimento financeiro e as limitadas perspectivas de crescimento dentro da empresa deixam claro que sua motivação está mais relacionada à paixão pela área do que a oportunidades de desenvolvimento profissional. A entrevistada concluiu com a constatação de que as chances de crescimento dentro da empresa são praticamente inexistentes. No entanto, a entrevistada B enxerga a possibilidade de adquirir conhecimento para abrir seu próprio negócio no futuro, indicando um desejo de independência e autonomia profissional.

O entrevistado C adotou uma postura concisa ao responder às perguntas, caracterizando suas respostas como breves e diretas. Inicialmente, ao ser questionado sobre as qualificações profissionais fornecidas pelo empregador, o entrevistado confirmou ter recebido cursos,

revelando um ponto positivo em relação ao investimento em capacitação por parte da empresa. A resposta afirmativa à pergunta sobre a preparação do empregador para lidar com os funcionários se destaca na entrevista. A palavra "*Sim*" sugere uma satisfação ou confiança na gestão do empregador, mas essa resposta é acompanhada por uma leve risada, o que pode indicar uma ambiguidade ou uma possível discordância disfarçada. Essa nuance acrescenta complexidade à percepção positiva inicial. No entanto, essa percepção positiva é contrastada com a revelação subsequente sobre as limitações de oportunidades de emprego na localidade. A fala "*Diamantina não fornece lá essa estrutura de emprego*" destaca a falta de oferta de empregos adequados às condições do entrevistado, revelando que a satisfação inicial pode ser influenciada pela escassez de opções na região. A revelação mais significativa ocorre quando o entrevistado justifica sua permanência no emprego atual ao mencionar que "*não tem muita opção não*" devido à sua condição de estudante. Essa expressão evidencia que a necessidade de complementar a renda é uma motivação crucial para a permanência no emprego atual, indicando uma decisão mais pragmática e circunstancial do que uma escolha motivada por aspirações profissionais. A análise do conjunto de respostas revela uma dinâmica complexa entre a satisfação com a gestão do empregador e as restrições impostas pelas oportunidades de emprego disponíveis na região. Em suma, as respostas concisas do entrevistado oferecem uma visão intrigante sobre as motivações por trás de sua permanência no emprego atual, destacando a importância de fatores externos, como a escassez de oportunidades, em sua tomada de decisão.

Ambos os relatos dos três entrevistados sublinham a complexidade das escolhas profissionais dos entrevistados, destacando a interação entre paixão pela área, condições adversas de trabalho e as oportunidades limitadas oferecidas pela localidade. Essas narrativas ressaltam a importância de considerar não apenas as situações individuais, mas também o contexto mais amplo, ao avaliar as motivações e os desafios enfrentados pelos trabalhadores. Atrelado a isso:

É certo que Diamantina tem se favorecido com o turismo e que a atividade tem gerado emprego. Mas para a atividade se consolidar como a principal atividade econômica do município são necessários mais investimentos na rede hoteleira e nos estabelecimentos prestadores de serviços ao turista. É certo que serão necessários investimentos na qualificação e capacitação dos trabalhadores ligados ao turismo, (Mendonça et al., 2006, p. 18).

Considerando as discussões sobre as condições precárias de trabalho apresentadas nos relatos dos entrevistados, é evidente a necessidade de uma abordagem mais ampla e estrutural para lidar com essas questões. A falta de investimento em qualificação e capacitação dos trabalhadores, junto com a escassez de oportunidades de emprego na cidade, vai na contramão

do que Mendonça et. al. (2006) acreditam ser essenciais para o desenvolvimento da economia local, com a rede hoteleira investindo em qualificação para os profissionais, ou seja, a falta de oportunidade de emprego é um problema, mas a falta de qualificação profissional só agrava ainda mais a precarização do trabalhador.

Condições do Ambiente Sociogerencial

A relação com os empregadores, as perspectivas de crescimento e permanência revelam percepções distintas sobre o ambiente sociogerencial. Enquanto o entrevistado A percebeu seu empregador como não preparado e aponta falta de valorização do trabalho informal, a segunda destacou a necessidade de valorização e melhorias na comunicação interna. O terceiro, no entanto, considera seu empregador preparado, sem fornecer informações específicas sobre as relações de trabalho existentes.

Durante as entrevistas, o entrevistado A revelou uma visão pragmática em relação ao seu emprego atual em Diamantina. Ao ser questionado sobre a possibilidade de crescimento e a assinatura da carteira, sua resposta foi enfática: *"Não, e eu também nem quero."* Essa recusa parece ser guiada por uma abordagem mais utilitária, onde o emprego é percebido como *"só um bico"*, uma maneira de garantir uma renda adicional e, ao mesmo tempo, servir como um *"porto seguro"* dentro da cidade, especialmente considerando as demandas acadêmicas. Contudo, ao discutir a pressão no trabalho, o entrevistado apontou para uma dinâmica mais desafiadora. Ele menciona uma *"cobrança muito forte"* por parte do empregador, ilustrando um exemplo específico relacionado ao rigor em relação à organização e arrumação de panos de uso comum na cozinha. Quando questionado sobre possíveis infrações às leis ou padrões éticos, o entrevistado caracteriza a situação como *"implicância"* do empregador, indicando uma relação distante e uma tentativa de estabelecer padrões sem justificativa.

A entrevistada B revelou uma realidade desafiadora no ambiente de trabalho, expondo que *"Muitos reclamam"* da falta de oportunidades de crescimento dentro da empresa, e a pressão constante sobre suas responsabilidades gera um desgaste psicológico significativo. O relato sobre uma situação limite, na qual teve que enfrentar um conflito decorrente de uma decisão que contava com o aval dos superiores, ressalta a complexidade do ambiente. *"A pressão é maior"*, especialmente relacionada às questões financeiras do estabelecimento, é destacada como um fator adicional de estresse. O cansaço psicológico, associado à grande carga de responsabilidades, parece ser um aspecto recorrente na rotina da entrevistada. *"É muito exaustivo essa cobrança que eles fazem sem um curso."* A pressão sobre ela, especialmente

relacionada às questões financeiras do estabelecimento, é destacada como um fator adicional de estresse. *"A jornada de trabalho ser grande e o pagamento ser pouco"* é uma fonte de insatisfação entre os funcionários, contribuindo para o desgaste emocional. A questão do xingamento, apesar de não ter evoluído para violência física, evidencia um ambiente tenso. O fato dela ter que interferir em situações delicadas para manter a equipe em momentos de escassez de funcionários ressalta a precariedade da estrutura organizacional. Ao ser perguntada se já vivenciou situações desconfortáveis, a entrevistada respondeu que *"Xingamento sim"* mostrando um episódio revelador das tensões presentes no ambiente de trabalho. Além disso, a sobrecarga de funções e a ausência de treinamento adequado são apontadas como problemas significativos. A entrevistada destacou a falta de preparo para lidar com a pressão e sugeriu a necessidade de treinamentos mais efetivos. *"Atendimento ao público ele requer uma aptidão física e mental tudo ao mesmo tempo."* A responsabilidade total sobre diversas áreas do estabelecimento, sem suporte adequado, contribui para o cansaço extremo. Por fim, a entrevistada acredita que um aumento no número de funcionários poderia aliviar a carga de trabalho e melhorar o atendimento. *"Tudo sob minha responsabilidade"* ressalta a sobrecarga enfrentada pela entrevistada.

O entrevistado C revelou uma perspectiva prática e adaptativa em relação ao seu emprego atual em Diamantina. Ao ser questionado sobre sua permanência no atual emprego, sua resposta destacou a condição de estudante como um fator determinante. Ele mencionou: *"Hum, no momento por ser estudante né. Então assim não tem muita opção não."* Essa declaração sugere uma escolha baseada nas circunstâncias, indicando uma falta de opções dadas às responsabilidades acadêmicas. Quando questionado sobre a razão de trabalhar no estabelecimento atual, o entrevistado enfatizou a necessidade de complementar a renda, destacando a falta de estrutura de emprego em Diamantina. A frase *"Diamantina não fornece lá essa estrutura de emprego"* revela a escassez de oportunidades na localidade, levando-o a trabalhar com o que está disponível e, talvez, até a sua baixa qualificação. Em relação às condições de trabalho, o entrevistado negou ter se sentido pressionado ou ter vivenciado momentos desconfortáveis, como xingamentos, assédio moral ou violência física. Ao final da entrevista, quando questionado se há algo mais que gostaria de abordar sobre seu trabalho informal, o entrevistado responde de forma direta: *"deixa quieto o que tá quieto né."* Essa resposta sugere uma atitude de aceitação das condições atuais, talvez refletindo uma aceitação diante das limitações ou desafios percebidos.

As entrevistas revelam percepções diversas sobre as condições do ambiente sociogerencial entre os entrevistados. Enquanto alguns destacam a falta de preparo e valorização por parte dos empregadores, outros mencionam a necessidade de melhorias na comunicação interna e reconhecimento do trabalho. Neste sentido, é relatado a falta de oportunidades de crescimento e o desgaste psicológico decorrente da pressão constante existente no local de trabalho. Por outro lado, um entrevistado demonstra estar adaptado, aceitando as condições do trabalho informal como resposta às limitações de oportunidades na localidade. Essas diferentes perspectivas em apenas três entrevistas destacam a complexidade e as nuances do ambiente de trabalho no setor em Diamantina.

Considerações Finais

Este estudo explorou a complexidade do trabalho informal no setor de alimentação em Diamantina/MG, destacando os desafios enfrentados pelos trabalhadores informais em restaurantes da cidade. Através de entrevistas foi possível compreender alguns aspectos da realidade desses profissionais e das suas condições de trabalho.

O trabalho informal “não é necessariamente precário” (Nogueira; Carvalho, 2021, p. 20), no entanto, os autores explicam que essa é uma situação minoritária dentro da informalidade, revelando muitas vezes as condições precárias do trabalhador. Neste sentido, os entrevistados, que são informais por não estarem protegidos pela legislação social e trabalhista vigente no país, revelaram a vulnerabilidade em que se encontram, pois lidam com condições de trabalho precárias em diferentes aspectos, como não pagamento de horas extras e taxas de serviço, de ausência de intervalos, variação de horas trabalhadas e remuneração, de ambiente seguro, mas não necessariamente com equipamentos de proteção, desvios de função, falta de investimento na qualificação dos trabalhadores e de possibilidades de crescimento no trabalho além de pressões e cobranças exacerbadas.

O estudo cumpriu seu objetivo, mas sinalizamos a necessidade de atenção quanto a generalização dos achados devido ao número limitado de entrevistas e à dificuldade de acesso aos participantes, muitas vezes relacionadas à natureza informal de seus trabalhos e a medos associados.

Este estudo lança luz sobre importantes desafios do setor de alimentação no turismo de Diamantina e salvaguarda que esforços em conjunto com o poder público municipal, o diálogo com representantes dos empresários e principalmente por meio de sindicatos atuantes que

representam aos trabalhadores do setor, garantindo seus direitos e interesses coletivos da categoria, conforme está estabelecido no Art. 8º da Constituição Federal, para assim garantir que o crescimento do turismo não aconteça à custa daqueles que são fundamentais para a hospitalidade e o serviço que definem a experiência turística, afinal, “trabalho exercido em condições de seguridade e com respeito à dignidade humana integra o conteúdo da decência laboral” (Zandonai, 2023, p. 162).

A adesão da noção de trabalho decente, conforme orientações da OIT, pode pavimentar o caminho para uma evolução mais igualitária e sustentável, onde o turismo seja de fato um dos motores da economia com inclusão social e qualidade laboral. Para alcançar uma transformação social neste sentido, é importante que os trabalhadores também participem da construção de uma política pública de forma mais ativa, defendendo seus interesses, pois “quando os indivíduos não só fazem parte desse processo, mas também acompanham ativamente, há mais possibilidades de mudanças da realidade” (Hamoy, Bahia, & Nóbrega, 2021, p. 8).

A valorização das funções de garçom/nete, a oferta de cursos de qualificação e a criação de canais de diálogo e participação, são elementos cruciais para promover um turismo mais sustentável e inclusivo. Essas medidas podem contribuir para um ambiente de trabalho mais digno e, conseqüentemente, para o desenvolvimento socioeconômico da cidade, alinhando-se aos objetivos da Agenda 2030 da ONU. Para resolver esses desafios, é crucial implementar indicativos de resolução de problemas mais graves como o cumprimento estrito da legislação sobre as horas extras, intervalos intrajornadas e uma política de qualificação e treinamento profissional para os trabalhadores.

Diante disso, “A valorização do trabalho como afirmação do ser humano, na ordem socioeconômica, está presente em todas as Declarações e Constituições que elevam os direitos sociais a direitos fundamentais” (Zandonai, 2023, p. 154). De acordo com a autora, a OIT sugere não apenas a implementação de medidas para criar empregos e lidar com o desemprego, mas também a “superação de formas de trabalho que geram renda insuficiente ou que se baseiam em atividades insalubres, perigosas, inseguras ou degradantes, a fim de que os indivíduos e suas famílias superem a pobreza.” (p. 159), que se configuram em trabalho digno.

Além do mais, “a informalidade no Brasil vai permanecer alta enquanto as leis trabalhistas continuarem ambíguas e inexístirem programas de seguridade social equilibrados com relações estreitas entre a magnitude das contribuições e dos benefícios percebidos” (Neri, 2000, p. 41). Enquanto essas questões não forem ajustadas, a informalidade no mercado de trabalho brasileiro e conseqüentemente no setor de alimentação de muitas cidades, como

Diamantina, tende a continuar desalinhada dos princípios de trabalho decente e da busca pela dignidade humana no ambiente laboral.

Referências

- Abílio, L. C. (2021). Relatório de pesquisa: Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: L. Marques (Org.). *Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo*. (pp. 13-39). Fundação Perseu Abramo. https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/07/Trabalho-e-informalidade-web_final.pdf
- Almeida, E. P., & Souza, M. (2022). Pandemia de COVID-19 e trabalho informal: A realidade dos Bike Boys. *Educação sem Distância*, (5), 1-21. [file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ursulafarias,+142-Artigo-294-2-20220509+\(1\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/ursulafarias,+142-Artigo-294-2-20220509+(1).pdf)
- Alves, K. S. (2018). Trabalhar no turismo: entre afetos e (im)potências de agir. *Revista Ateliê do Turismo*, 1(2), p. 16-30. <https://www.seer.ufms.br/index.php/adturismo/article/view/7478>
- Antunes, R. (2009). *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a formação e a negação do trabalho*. Boitempo.
- Antunes, R. (2020). *O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviços na era digital*. Boitempo.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Borges, L. O., Costa, M. T. O., Alves Filho, A. S., Souza, A. L. D., Falcão, J. T. R.; Leite, C. P. R. L. A, & Barros, S.C. (2013). Questionário de condições de trabalho: Reelaboração e estruturas fatoriais em grupos ocupacionais. *Revista Avaliação Psicológica*, 12(2), 213-225. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v12n2/v12n2a12.pdf>
- Brasil (2017a). *Consolidação das leis do trabalho: CLT e normas correlatas*. Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 189 p. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/535468/clt_e_normas_correlatas_led.pdf.
- Brasil (2017b). Lei Nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm
- Brasil (1943). Decreto-lei nº 5.452, de 1 de maio de 1943. *Diário Oficial da União*. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm
- Brasil. Ministério da Economia (2021). Juventude e informalidade no Brasil: É possível reduzir as barreiras à entrada no mercado formal de trabalho? *Nota Técnica n. 03*. https://www.gov.br/fazenda/pt-br/central-de-conteudo/publicacoes/conjuntura-economica/estudos-economicos/2021/nota_jovens_spe.pdf/view
- Cardoso, A. C. M., & Oliveira, M. C. B. (2020). A e-economia e suas empresas-plataforma: modus operandi e precarização do mercado de trabalho no setor de turismo. *Revista Anais Brasileiros de Estudos Turísticos/Abet*, 10, 1-17. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/abet/article/view/30151/21168>
- Cardoso, L. H. S., & Marques, R. M. (2010). A informalidade no Brasil do século XXI: As contribuições do estruturalismo cepalino e de Francisco de Oliveira. *Caderno CRH*, 23(58), 171-190. https://enep.sep.org.br/uploads/1639_1677782574_%C3%81rea_3_A_Informalidade_no_Brasil_do_s%C3%A9culo_XXI_com_autoria_pdf_ide.pdf
- Carvalho, S. S., & Nogueira, M. O. (2022). O trabalho precário e a pandemia: Os grupos de risco na economia do trabalho. In: P. S. Silva, C. H. Corseuil, & J. S. Costa (Orgs.). *Impactos da pandemia de Covid-19 no mercado de trabalho e na distribuição de renda no Brasil* (pp. 101-120). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11561/9/218212_LV_Impactos_Cap05.pdf
- Cacciamali, M. C. (1994). A economia informal 20 anos depois. *Revista de Economia Política*, 13(4), 5-25. <https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/indicadores/article/viewFile/626/871>
- Coelho, M. H. P., & Sakowski, P. A. M. (2014). *Perfil da mão de obra do turismo no Brasil nas atividades características do turismo e em ocupações*. Ipea. https://www.ipea.gov.br/extrator/arquivos/td_1938.pdf
- Costa, N. D., Melo, A. S., & Pimenta, M. L. (2017). Turismo e trabalho em pequenas cidades. *Rosa dos Ventos*, 9, 228-241. <https://www.redalyc.org/journal/4735/473557628006/473557628006.pdf>
- Cruz, R. C. A. (2021). Trabalho no turismo: Reflexões acerca do caso brasileiro. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (76), 76-89. <https://portal.sescsp.org.br/files/artigo/1869dc0a/2a49/433d/8774/8aeffc071a5f.pdf>
- Dartora, J. S. (2003). Turismo e suas implicações teóricas. <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/49-turismo-e-suas-implicacoes-teoricas.pdf>
- Diniz, A. P. R., Souza, M. M. P., Carrieri, A. P., & Barreto, R. O. (2013). “Ser garçom não é somente carregar bandeja...”: estratégias discursivo-identitárias de garçons. *Psicologia & Sociedade*, 25(3), 695-705. <https://www.scielo.br/j/psoc/a/cHjGsrVcRXLlG88SVKDYwpM/?format=pdf>

- Escobar, L. C. S. (2023). *O trabalho informal na cultura: O impacto da pandemia de COVID-19 no município de São Paulo (2019 - 2021)*. (Dissertação de Mestrado em Economia), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/258731/001170242.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Girardi, S., Carvalho, C. L., Maas, L. W. D., Farah, J., & Freire, J. A. (2010). O trabalho precário em saúde: tendências e perspectivas na estratégia da saúde da família. *Divulgação em Saúde para Debate*, (45), 11-23. http://epsm.nescon.medicina.ufmg.br/dialogos2/biblioteca/artigos_pdf/f17_o_trabalho_precario_em_saude_tendencias%20e%20perspectivas.pdf
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisas?* 4. ed. Atlas.
- Gimenez, M., Reis, J. T., & Rejowski, M. (2013). Qualificação de garçons em São Paulo: Caracterização de cursos de formação. In: *Fórum Internacional de Turismo de Iguassu, VII*. <https://festival.deangelieventos.com/wp-content/uploads/2014/01/2.-QUALIFICA%C3%87%C3%83O-DE-GAR%C3%87ONS-EM-S%C3%83O-PAULO-CARACTERIZA%C3%87%C3%83O-DE-CURSOS-DE-FORMA%C3%87%C3%83O.pdf>
- Guimarães, C. R. F. F., Gois, A. S., & Rocha, S. O. (2022). Turismo e ocupações laborais na Região Nordeste do Brasil: uma análise entre os anos de 2012 a 2021. *Revista Iberoamericana de Turismo- RITUR*, 12(2), 129-145. <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/view/13610/10288>
- Hamoy, J. A., Bahia, M. C., & Nóbrega, W. R. M (2021). Desenvolvimento sustentável e turismo: o desafio da participação na Vila do Pesqueiro, na ilha do Marajó – Pará - Amazônia. *Revista Iberoamericana de Turismo*, 11(1), 36-59. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.190>
- Heleno, C. T., Alves, K. S., & Oliveira, I. C. C. (2021a). Trabalho em turismo: Um olhar sobre o/a trabalhador/a. In: M. C. A. O. Magnani, M. L. S. Ferreira, C. T. Heleno, G. F. D. C. Varajão, R. F. Scalco, & V. Martins Fonseca. (Org.). *Turismo ConsCiência: Diálogos em tempos de pandemia* (pp. 135-154). UFVJM. <https://repositorio.ufvjm.edu.br/items/cbe6fcb5-903c-4d3f-963a-98fe2b2c1bf6>
- Heleno, C. T., Borges, L. O., & Agulló-Tomás, E. (2021b) 4a Revolução industrial e precarização no trabalho: Dois discursos e o mesmo fenômeno? In: L. O. Borges, S. C. Oliveira Barbosa, & L. A. M. Guimarães (Orgs.), *Psicossociologia do trabalho: Temas contemporâneos* (pp. 43-76). CRV.
- Hofsteatter, M. (2021). *Turismo e parques eólicos no litoral norte potiguar: Espaços de valorização do capital e do aprofundamento das vulnerabilidades*. Tese (Doutorado em Turismo) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/37338>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE (2022). *Dados sobre a cidade de Diamantina*. Portal do Governo Brasileiro. <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/diamantina.html>
- Jakobsen, K. A. (2000). A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: K. A. Jakobsen, R. Martins, & O. Dombrowski (Orgs.). *Mapa do trabalho informal: Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo* (pp. 11-32). Fundação Perseu Abramo. Coleção Brasil Urgente. <https://fpabramo.org.br/editora/livro/mapa-do-trabalho-informal-perfil-socioeconomico-dos-trabalhadores-informais-na-cidade-de-sao-paulo/>
- Kalleberg, A. L. (2009). Trabalho precário, trabalhadores inseguros: relações de emprego em transição. *American Sociological Review*, 74(1), 1-22. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092009000100002>
- Kilbert, E. C. (2015). *Pirenópolis: Limites e possibilidades de desenvolvimento pelo turismo*. 251 f. (Dissertação de Mestrado em Turismo). Universidade de Brasília. https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/19415/1/2015_ErikaCristianeKilbert.pdf
- Krein, J. D., & Colombi, A. P. F. (2019). A reforma trabalhista em foco: Desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. *Educação e Sociedade, Campinas*, 40, <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302019223441>
- Lomba, G. K. (2005). A atividade turística e o mundo do trabalho. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais...*, Universidade de São Paulo. http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Geografiasocioeconomica/Geografiaturistica/1_3.pdf
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In: Seminário Internacional Sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos. 2. A pesquisa qualitativa em debate. *Anais...* USC. https://www.marilia.unesp.br/Home/Instituicao/Docentes/EduardoManzini/Manzini_2004_entrevista_semi-estruturada.pdf
- Martinez, L. (2019). *Curso de direito do trabalho: Relações individuais, sindicais e coletivas do trabalho*. 10. ed. Saraiva Educação. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7928006/mod_resource/content/1/Curso%20de%20Direito%20do%20Trabalho%20-%20Luciano%20Martinez%2C%202019.pdf

- Meliani, P. F., & Gomes, E. T. A. (2010). Contradições entre a importância do trabalhador e a precarização das relações de trabalho no turismo: notas primeiras de uma pesquisa de tese para doutoramento. *Journal of Tourism & Development*, 1(13/14), 117-126. <https://each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=6334>
- Meliani, P. F. (2021). Turismo e trabalho no Brasil: O perfil da força de trabalho ocupada no turismo brasileiro no contexto contemporâneo de flexibilização das relações de trabalho. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (12), 90-108. https://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/revista/Revista_CPFn12.pdf#page=90
- Mendonça, M. P., Bernardes, P., Silva, M. O., Costa, N. G. B. (2006). *Evolução do mercado de trabalho no turismo em Diamantina: Uma contribuição para reflexões de estratégias voltadas para o desenvolvimento local*. <https://core.ac.uk/download/pdf/6519838.pdf>
- Minas Gerais (2020). *Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020*. Reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19). <https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?num=47891&ano=2020&tipo=DEC>
- Moraes, C. C. A., Buscioli, R. R., Ribeiro, M. A. S., Trentin, F., & Serra, M. O. (2021). A pandemia da Covid-19 e a vulnerabilidade dos trabalhadores no/do turismo no Brasil. *Revista Franco-Brasileira de Geografia*, (56), 1-13. <https://journals.openedition.org/confins/48490>
- Neri, M. (2000). Direitos trabalhistas, encargos e informalidade. *Conjuntura Econômica*, 38-41. https://www.cps.fgv.br/ibre/cps/artigos/Conjuntura/2000/RCE_5.pdf
- Neto, J. H., Namir, K., & Kozovits, L. (2012). Setor e emprego informal no Brasil: Análise dos resultados da nova série do sistema de contas nacionais - 2000/07. *Economia e Sociedade*, 21(1), 93-113. <https://www.scielo.br/j/ecos/a/hXXTGZ8vCNzr6ypYdjfs54z/?lang=pt&format=pdf>
- Nogueira, M. O., & Carvalho, S. S. (2021). Trabalho precário e informalidade: Desprezando suas relações conceituais e esquemas analíticos. *IPEA* (2707). https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10948/1/td_2707.pdf
- Oreiro, J. L. (2017). A grande recessão brasileira: Diagnóstico e uma agenda de política econômica. *Estudos Avançados*, 31(89), 75-88. <https://www.scielo.br/j/ea/a/SxFbPNLxcStN6BKL7JTjtCT/?format=pdf>
- Organização das Nações Unidas. ONU. (s/d). *Objetivo 8: Trabalho decente e crescimento econômico*. <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/8>
- Organização das Nações Unidas. ONU. (1948). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Artigo 24. United Nations High Commissioner for Human Rights. Tradução oficial. [Microsoft Word - Declaração Universal dos Direitos Humanos.doc \(oas.org\)](https://www.unhcr.org/refugees/pdf/45e6215f.pdf)
- Organização Internacional do Trabalho. OIT. (2006). *A OIT e a economia informal*. OIT. https://www.ilo.org/sites/default/files/wcmsp5/groups/public/@europe/@ro-geneva/@ilo-lisbon/documents/publication/wcms_714564.pdf
- Paim, D. S., Favorini, F. B. & Gomes, R. F. (2017). A rotatividade no trabalho no Brasil: Uma análise baseada em práticas de RH e no mercado de trabalho. *Educação, Gestão e Sociedade: Revista da Faculdade Eça de Queirós*, 7(28), 1-17. <https://uniesp.edu.br/sites/biblioteca/revistas/20171218101723.pdf>
- Penido, L. O. (2011). Saúde mental no trabalho: Um direito humano fundamental no mundo contemporâneo. *Revista de Informação Legislativa*, 48 (191), 209-227. https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/48/191/ril_v48_n191_p209.pdf
- Pereira, S., & Falavina, R. (2023). O legado da reforma trabalhista brasileira de 2017. *Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano*, 6, 1-43. <https://www.revistatdh.org/index.php/Revista-TDH/article/view/157/159>
- Prado, V. J., & Santos, L. R. (2023). A Agenda 2030 e o contexto do desenvolvimento humano e da tecnologia assistiva para o acesso ao trabalho decente de pessoa com deficiência. *Revista Estudos Institucionais, Salvador*, 9(2), 531-554. <https://doi.org/10.21783/rei.v9i2.708>
- Proni, M. W. (2013). Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. *Economia e Sociedade*, 22(3), 825-854. <https://www.scielo.br/j/ecos/a/ZNcSnKbsFy7hcW8Qy3SCy5f/?format=pdf&lang=pt>
- Rafagnin, M. S. S., & Nogueira, V. M. R. (2021). Reforma trabalhista e trabalho digno: Uma combinação possível? *Argumentum*, 13(1), 153-166. <http://10.47456/argumentum.v13i1.28978>
- Roubaud, F., Razafindrakoto, M., Saboia, J., Simões, A., Hallak Neto, J., & Botelho, L. (2020). Conceitos, definições e mensuração do trabalho informal no Brasil. *Instituto de Economia da UFRJ/ Texto para Discussão*, (31), 1-48. https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2020/TD_IE_031_2020_ROUBAUD_et%20al.pdf
- Standing, G. (2014). *O precariado: Uma nova classe perigosa*. Autêntica.
- Saad Filho, A. (2001). Salários e exploração na teoria marxista do valor. *Economia e Sociedade*, 16(1), 27-42. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643103>

- Sakowski, P. A. M. (2015). Mensurando o Emprego no Setor Turismo no Brasil: Do nível nacional ao regional e local. *Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA / Texto para Discussão, 2073*. https://portalantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_2073.pdf
- Soares, L. A. S. (2005). Turismo e trabalho informal: Um binômio inevitável? *Revista Ibero Americana de Estratégia, 4*(1), 89-98. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=331227106010>
- Souza, M. B. C. A., & Lussi, I. A. O. (2022). Terapia Ocupacional e trabalho informal: Reflexões para a prática. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, 30*. <https://doi.org/10.1590/2526-8910.ctoAO21902901>
- Tinoco, G., & Giambiagi, F. (2018). *Perspectivas DEPEC 2018: O crescimento da economia brasileira 2018-2023*. Departamento de Pesquisa Econômica do BNDES, https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/14760/1/Perspectivas%202018-2023_P.pdf
- Tribunal Superior do Trabalho (TST). Súmula nº 354 do TST: Gorjetas. Natureza jurídica. Repercussões (mantida). Resolução 121/2003. *Diário da Justiça, 19, 20 e 21 de novembro de 2003*. <https://www3.tst.jus.br/jurisprudencia/Sumulas%20com%20indice/Sumulas%20Ind%20351%20400.html#:~:text=S%C3%BAmula%20n%C2%BA%20354%20do%20TST&text=As%20gorjetas%2C%20cobradas%20pelo%20empregador,extras%20e%20repouso%20semanal%20remunerado>
- Ulysea, G. (2006). Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: Uma resenha da literatura. *Revista de Economia Política, 26*(4), 596-618. <https://doi.org/10.1590/S0101-31572006000400008>
- UNESCO 1999. *Historic centre of the town of Diamantina*. <https://whc.unesco.org/en/list/890>
- Vahdat, V. S., Borsari, P. R., Lemos, P. R., Ribeiro, F. F., Benatti, G. S. S., Cavalcante Filho, P. G., & Farias, B. G. (2022). *Retrato do trabalho informal no Brasil: Desafios e caminhos de solução*. Fundação Arymax, B3 Social, Instituto Veredas <https://www.veredas.org/wordpveredas/wp-content/uploads/2022/08/Retrato-do-Trabalho-Informal-no-Brasil.pdf>
- Viana, J. P., & Soares, S. D. R. (2016). *A necessidade do empregado frente à exploração da mais-valia de Marx*. Inhumas: Faculdade de Inhumas. 63 f. (Monografia de Graduação em Ciências Contábeis). Centro de Educação Superior de Inhumas - FacMais.
- Zandonai, C. D. (2023). Trabalho digno, trabalho decente e contratos atípicos. *Revista Eletrônica do TRT-PR, 12*(123), 153-168. <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/225554>

Esse artigo apresenta resultados do trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Turismo, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), concluído em 2024.



Protagonismo Feminino no Encontro Cultural de Milho Verde em 2024

Sabrina Fernandes Cabral¹
Virginia Martins Fonseca²

Submissão em: 11 mar. 2025
Aceite em: 16 abr. 2025

Resumo: Em Minas Gerais, no Milho Verde – distrito do Serro, no Vale do Jequitinhonha – está localizada a sede da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes (APAEAV), unidade de conservação de uso sustentável, criada em 1998, com aproximadamente 80.000 hectares. Já o Encontro Cultural de Milho Verde, idealizado em 2000 com o objetivo de expandir os horizontes culturais e proporcionar maior autonomia para os moradores da região, ocorre anualmente na segunda quinzena de julho. Esta publicação pretende visibilizar um capítulo, em especial, do relatório final do projeto de iniciação científica denominado “Territórios Possíveis, Utopias Reais: Por uma efetiva parceria entre mulheres que protagonizam a economia solidária em áreas protegidas no Alto do Jequitinhonha”. Se trata de um relato de experiências referente às reflexões apreendidas pela bolsista, como uma das coordenadoras na 24ª edição do Encontro Cultural em Milho Verde, realizado entre os dias 21 e 28 de julho de 2024. Dentre os resultados obtidos, destacamos a importância de apoiar e fortalecer as iniciativas lideradas por mulheres em áreas protegidas, promovendo a justiça social e ambiental.

Palavras-chave: área de proteção ambiental, turismo comunitário, relato de experiência.

Protagonismo Femenino en el Encuentro Cultural en Milho Verde de 2024

Resumen: En Minas Gerais, en Milho Verde – distrito de Serro, en el Vale de Jequitinhonha – está ubicada la sede del Área Provincial de Protección Ambiental de Águas Vertentes (APAEAV), un área protegida de uso sustentable, creada en 1998, con aproximadamente 80.000 hectáreas. El Encuentro Cultural en Milho Verde, creado en 2000 con el objetivo de ampliar horizontes culturales y proporcionar mayor autonomía a los habitantes de la zona, se realiza anualmente en la segunda semana de julio. Esta publicación tiene como objetivo resaltar un capítulo, en particular, del informe final del proyecto de iniciación científica denominado “Territorios Posibles, Utopías Reales: Por una colaboración efectiva entre mujeres que protagonizan la economía solidaria en áreas protegidas del Alto do Jequitinhonha”. Este es un relato de experiencia referente a las reflexiones aprendidas por la becaria, como una de las coordinadoras de la 24ª edición del Encuentro Cultural en Milho Verde, realizado entre el 21 y el 28 de julio de 2024. Entre los resultados obtenidos, destacamos la importancia de apoyar y fortalecer iniciativas lideradas por mujeres en áreas protegidas, promoviendo la justicia social y ambiental.

Palabras clave: área de protección ambiental, turismo comunitario, relato de experiencia.

Introdução

Esta pesquisa foi realizada no Vale do Jequitinhonha, especificamente em Milho Verde, distrito de Serro (MG), por possuir uma economia local bastante diversificada por sua oferta turística. Em Milho Verde está localizada a sede da Área de Proteção Ambiental Estadual das

¹ Discente do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: sabrina.cabral@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-3558-3066> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0868636048980101>

² Professora Adjunta do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: virginia.martins@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1629-8812> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0844500125867329>

Águas Vertentes (APAEAV). Áreas de Proteção Ambiental, ou as APA, são categorias de área de proteção pertencente ao grupo de unidades de conservação (UC) de uso sustentável. São áreas extensas e com algum grau de ocupação que têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (Brasil, 2000).

Esta publicação pretende visibilizar um capítulo, em especial, do relatório final do projeto de iniciação científica denominado “Territórios Possíveis, Utopias Reais: Por uma efetiva parceria entre mulheres que protagonizam a economia solidária em áreas protegidas no Alto do Jequitinhonha”(Martins Fonseca; Cabral, 2024), que contou com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com o objetivo de entender o protagonismo das mulheres na gestão e conservação das áreas protegidas, considerando sua atuação na economia solidária e no turismo local. Neste capítulo em especial, que trata do relato de experiência da bolsista, dentre os resultados obtidos, destacamos a importância de apoiar e fortalecer as iniciativas lideradas por mulheres em áreas protegidas, promovendo a justiça social e ambiental.

Proposta metodológica: o relato de experiência como recorte

A pesquisa denominada “Territórios Possíveis, Utopias Reais: Por uma efetiva parceria entre mulheres que protagonizam a economia solidária em áreas protegidas no Alto do Jequitinhonha” foi classificada como aplicada, qualitativa, exploratória e descritiva, e para atingir os objetivos, foi realizada pesquisa bibliográfica, documental, trabalhos de campo e entrevistas com seis mulheres, diante de anuência do CEP/UFVJM³. Como resultados, houve a elaboração do marco teórico, que tratou de diversos aspectos que permeiam as temáticas das Áreas Protegidas, Turismo Comunitário e Ecofeminismo” (Martins Fonseca; Cabral, 2024). Nas entrevistas, observamos que as mulheres de Milho Verde são protagonistas na proteção da natureza e na economia solidária, pois elas se organizam coletivamente para realizar atividades produtivas, ainda que enfrentem desafios econômicos significativos. Essas mulheres demonstram resiliência e sensibilidade, contribuindo para a conservação ambiental de áreas protegidas e no desenvolvimento comunitário. Constatamos que a participação das mulheres em iniciativas ecofeministas e de economia solidária fortalece a comunidade e promove um desenvolvimento mais justo e inclusivo, principalmente considerando a valorização dos saberes

³ Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

locais e a promoção de práticas sustentáveis, essenciais para o futuro de Milho Verde e da APAEAV.

Este artigo pretende visibilizar as reflexões apreendidas pela bolsista, como uma das coordenadoras na 24ª edição do Encontro Cultural em Milho Verde, realizado entre os dias 21 e 28 de julho de 2024, por meio de duas seções, uma relacionada ao território e outra relacionada ao evento.

Para Martins Fonseca e Scalco (2023), o relato de experiência como metodologia vem sendo adotado em diversos trabalhos acadêmicos, já que faz parte do cotidiano dos indivíduos, contextualizando observações acerca das experiências particulares que provocaram a reflexão de determinados aspectos de interação dialógica entre a teoria e a prática. Tal qual, Daltro e Faria (2019) também compreendem que tal metodologia se configura como uma efetiva ferramenta para a produção de conhecimento, já que dá prioridade às interfaces entre a complexidade humana e o contexto da pós-modernidade. Segundo os autores:

O relato de experiência não tem como pretensão trazer a última palavra sobre determinado assunto, o mesmo traz uma condensação provisória, passível de análise e onde podem ser identificados novos saberes. Caracterizando-se como uma narrativa que aglomera a experiência, o tempo e o lugar de fala do observador, apresentando-se de modo integrado com um referencial teórico, que irá validar esta experiência, tal como um acontecimento científico.

Neste contexto, se faz mister publicizar como esta ferramenta metodológica, o relato de experiências, pode contribuir para a difusão de conhecimentos e partilha de resultados efetivos no campo do Turismo e das Ciências Sociais Aplicadas. A intenção deste trabalho científico é estimular que estudos como TCC, monografias, dissertações, teses, dentre outros, podem e devem se apropriar do relato de experiência como uma das estratégias para contribuir e somar aos resultados obtidos outras óticas d@ pesquisador@, considerando suas potencialidades e seus desafios.

Sobre os conceitos que permearam esta o relatório de iniciação científica

As áreas protegidas, o fenômeno do turismo, a economia solidária e o ecofeminismo serviram de inspiração para a articulação conceitual-prática da proposta.

É notório que a criação de áreas protegidas (AP) é de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisa científica, educação e interpretação ambiental, bem como práticas de lazer e turismo, em constante busca e equilíbrio com a necessidade de conservação da natureza. Da mesma forma, a análise do fenômeno do turismo, considerando as experiências vocacionadas para o turismo comunitário, familiar e de

experiências, não pode ignorar as potências da produção associada ao turismo tão diversas quanto as especificidades biossocioculturais dos territórios, enquanto perspectivas local, regional e global, uma vez que tal produção está intimamente relacionada à economia solidária, pois se trata de:

uma economia real, grande, em processo de expansão e constante aperfeiçoamento. Muito variada e heterogênea, ela é rica em experiências diversas, mas, seus protagonistas, nem sempre se reconhecem como pertencentes de uma economia solidária com uma identidade compartilhada. Ainda que todas essas experiências tenham uma série de características em comum que as tornam inconfundíveis. (...) Assim, identificamos a economia solidária como uma arena em que convergem organizações e atividades econômicas muito variadas, e que têm em comum promover uma economia com especial racionalidade, diante da presença ativa e central do trabalho humano e da solidariedade social⁴. (Migliaro, 2010, p.34)

Mas cremos que a maior contribuição teórica da pesquisa científica esteja centrada nas compilações apreendidas por Tavares (2014). A autora é cirúrgica em apontar que no Ecofeminismo existem várias ideias e práticas considerando três correntes, essencialmente: Cultural /Espiritual, Social/Construtivista e Crítica.

A primeira, Cultural/Espiritual, considera a espiritualidade das mulheres próxima da espiritualidade presente na Terra. Tavares (2014) cita Ruether (1992), por sua obra integrar a vertente espiritual ecologista com a teologia e o feminismo, uma vez que o ecofeminismo deve quebrar com o dualismo entre a inteligência humana e a natureza, procurando a harmonização entre as nossas necessidades e a manutenção dos ecossistemas. As concepções racistas, sexistas, classistas e antropocêntricas de superioridade dos brancos, sobre os negros, dos homens sobre as mulheres, dos empresários sobre os trabalhadores, dos humanos sobre os animais e plantas devem ser eliminadas na criação de um novo modelo social em que as mulheres podem ter um papel fundamental, uma vez que conceitos básicos como Deus, alma/corpo e salvação devem ser (re)conceitualizados de modo a ficarem mais ligados a valores éticos de amor, justiça e cuidados com o planeta.

Já a corrente do Ecofeminismo Social/Construtivista, segundo Tavares (2014), se trata de uma corrente desenvolvida a partir da década de 1990 e, ainda que considere que não há uma essência feminina que liga as mulheres à natureza, foram as estruturas sociais e econômicas que determinaram a divisão sexual do trabalho e aproximaram as mulheres da natureza,

⁴ Tradução nossa: *es una economía real, grande, en proceso de expansión y perfeccionamiento. Ella es muy variada y heterogénea, rica de experiencias diversas, pero no siempre se reconocen sus participantes como constituyentes de una economía solidaria con identidad compartida. Es así, aunque todas esas experiencias tienen en común una serie de rasgos que la hacen inconfundible. (...) vamos a identificar la economía solidaria como un gran espacio donde converge un conjunto de organizaciones y actividades económicas muy variadas, pero que tienen en común el hacer economía con racionalidad especial, caracterizada por la presencia activa y central del trabajo humano y la solidaridad social, como factores organizadores de la actividad económica.*

desenvolvendo nelas relações afetivas que foram reprimidas nos homens. As teóricas desta corrente, segundo Tavares (2014) são Plumwood (1993), Mies e Shiva (1993). Para estas ecofeministas o problema é mais profundo, pois, não basta criticar um crescimento rápido sem desenvolvimento social, ou a falta de legislação eficaz no controle dos processos resultantes da produção por meio da utilização de tecnologias nocivas à saúde humana e ambiental, porque a questão central é o nível estrutural das sociedades, a forma como estão organizadas diante da necessidade de subjugação das mulheres e da natureza para atender aos interesses do capitalismo, patriarcado e destruição do planeta.

Por fim, Tavares (2014) menciona que a corrente do Ecofeminismo Crítico, que tem como maior expoente Puleo (2011), está o entendimento que ser ecofeminista não implica afirmar que as mulheres estão mais ligadas à natureza do que os homens, já que o ecofeminismo deve ser crítico, orientado pelos pressupostos da ecojustiça e da sustentabilidade uma vez que considera princípios como: defesa de igualdade e autonomia; perspectiva construtivista sobre masculino e feminino; diálogo intercultural; aceitação prudente da ciência e da técnica; responsabilização universal do cuidado a os seres humanos e não-humanos.

Considerando tais apontamentos, acreditamos que a corrente Cultural/Espiritual se apresenta com mais aderência as análises que se seguem.

Sobre o território APAEAV e Milho Verde

A elaboração desta seção contou com informações integralmente retiradas do Resumo Executivo e demais encartes do plano de manejo da área protegida em questão, publicado em junho de 2018 (Minas Gerais, IEF, 2018).

Ainda segundo o Resumo Executivo (Minas Gerais, IEF, 2018), a criação da APAEAV partiu de uma iniciativa popular, levantada pelos municípios de Serro, Serra Azul de Minas e Santo Antônio do Itambé, que juntos procuraram instituições e lideranças do governo estadual para verificar a viabilidade de criação de uma UC nessa região. Vários fatores levaram a essa preocupação e interesse, como o impacto da atividade minerária irregular, utilização indiscriminada de recursos naturais e, principalmente, a manutenção dos mananciais hídricos essenciais para toda a região. Desta forma, foi definido que esta APA englobaria de forma direta nascentes de importantes rios da região, como é o caso do Rio Jequitinhonha e de seus afluentes.

A sede da APAEAV está localizada em Milho Verde, e o acesso para o distrito é feito pela estrada que liga o Serro à Diamantina. Do Serro até Milho Verde a estrada é asfaltada e de

Felício dos Santos, Rio Vermelho, Santo Antônio do Itambé, Serra Azul de Minas e Serro, além de englobar outras unidades de conservação.

Segundo o Plano de Manejo da APAEAV (Minas Gerais, IEF, 2018), histórias de antigos moradores, remontam que Milho Verde, teria sido descoberta pelos Bandeirantes, por meio de expedição realizada pelo Rio Jequitinhonha desde o litoral. Na região próxima ao Milho Verde havia diversas senzalas, sendo que uma delas registra o nascimento da escravizada Chica da Silva. Não é ao acaso que haja territórios quilombolas na região, reconhecidos ou em processo de reconhecimento. Ademais, Milho Verde abrigou um quartel no local conhecido como Rancho Fundo, onde eram guardados ouro e diamante, inclusive onde teria sido guardado o primeiro grande diamante retirado na região da cidade de Diamantina.

Outro aspecto histórico em Milho Verde se refere à Capelinha do Rosário, como é conhecida a igreja localizada no Largo do Rosário. A igreja que hoje existe no local é uma réplica de uma outra igreja, que possuía dimensões maiores. Segundo os moradores antigos da região, por estar frágil, a igreja antiga foi posta no chão. O material da igreja original ficou no local por cerca de 20 anos, até que um dos moradores da região se reuniu com a comunidade e organizou a reconstrução da capela, nos moldes da igreja que existia no local.

Segundo o Censo de 2022 (Brasil, IBGE, 2022), o distrito de Milho Verde possui cerca de 939 domicílios com aproximadamente 1.920 habitantes, um aumento significativo visto que dados de 2010 (IBGE citado por Minas Gerais, IEF, 2018) mencionavam que eram 350 casas com uma população residente aproximada de 616 habitantes. Há de se considerar a população flutuante de veraneio, que ainda sem dados estatísticos, impacta diretamente no uso de serviços públicos como saneamento básico, segurança e saúde. No Plano de Manejo da UC (Minas Gerais, IEF, 2018), quanto à situação fundiária das casas no Milho Verde, muitas propriedades são originárias de posses, porém mantendo situações bem diversificadas. Em alguns casos não há nenhuma comprovação documental, apenas o uso consolidado de modo a caracterizar processos de usucapião. Em outros, alguns moradores possuem os recibos de compra e venda, às vezes com propriedades registradas em cartório e/ou inscritas na prefeitura do Serro. Milho Verde encontra-se em estágio de urbanização, com uma rápida ocupação nos últimos anos, após asfaltamento da estrada até o Serro, em 2010.

Tal qual a apresentação da APAEAV, todas as informações de Milho Verde foram consultadas exclusivamente no Encarte IV, do Plano de Manejo da UC. Assim, segundo o documento (Minas Gerais, IEF, 2018), historicamente, o modo de vida e a fonte de sobrevivência dos moradores de Milho Verde esteve associado diretamente ao garimpo, à

agricultura de subsistência e ao extrativismo de flores. A partir do desenvolvimento do turismo na localidade este perfil foi se alterando, até que passasse a representar a principal atividade socioeconômica da localidade, gerando empregos formais e informais, especialmente nas épocas de maior visitação: finais de ano, carnaval e semana santa.

A intensificação do turismo fez com que muitas pessoas comprassem terrenos na região para construção de casas de veraneio ou mesmo fixar residência, aquecendo a geração de empregos na construção civil, envolvendo moradores de Milho Verde e também de outras localidades próximas, como das comunidades quilombolas Ausente e Capivari.

Algumas pensões, pousadas e restaurantes oferecem a tradicional comida mineira, bem como quitandas, doces, produção de hortaliças, de queijo, de fubá e de cachaça, atividades estas aquecidas pelo crescimento do turismo e que contribuem com o modelo de turismo de base comunitária. Mas, ainda segundo o Plano de Manejo, em relação à juventude, estes saem de Milho Verde para trabalhar nos centros urbanos, apesar do desenvolvimento turismo do povoado. Existe localmente a ideia de que não há oportunidades para todos no turismo, bem como possibilidade de geração de renda regular ao longo de todo o ano.

Já a Associação Cultural Comunitária de Milho Verde possui cerca de 32 anos de existência, com o registro 001 no município do Serro. Na percepção de moradores, apesar da importância e da capacidade organizativa da Associação, a localidade ainda é vista como isolada da política municipal, o que faz com que o distrito receba pouca atenção da prefeitura municipal do Serro.

Segundo o Plano de Manejo, a percepção dos moradores de Milho Verde, em relação à existência da APAEAV, está diretamente associada à criação do Monumento Natural (MONA) Estadual da Várzea do Lajeado e Serra do Raio. Embora alguns membros da comunidade sejam capazes de identificar de forma distinta cada um dos territórios protegidos, as normas previstas para a gestão de cada uma destas duas UC e suas questões são interpretadas de forma integrada, já que o IEF, órgão ambiental gestor, é a referência de interlocução.

Por fim, atualmente, grande parte dos moradores de Milho Verde reconhecem a importância da criação das UC, em função dos objetivos de proteção da natureza, mas não se pode ignorar os conflitos gerados em função das restrições de uso da AP e que muitas pessoas da comunidade expressem resistência em relação à gestão da UC.

Sobre a experiência *per si* do Encontro Cultural de Milho Verde: da organização à avaliação exitosa

O Encontro Cultural de Milho Verde foi idealizado em 2000 com o objetivo de expandir os horizontes culturais e proporcionar maior autonomia para os moradores da região. O evento acontece desde a data de sua idealização até os dias atuais, sendo realizado uma vez ao ano, sempre na segunda quinzena de julho, culminando com as férias escolares de inverno, ocorrendo independentemente de verbas ou patrocínios. Boa parte da comunidade local se une com muita dedicação para garantir a realização do Encontro, que se tornou um marco na vida cultural de Milho Verde, reunindo uma rica programação de atrações musicais, apresentações artísticas e diversas oficinas, proporcionando uma experiência cultural única, tanto para os turistas que acompanham o Encontro, como para a própria comunidade.

A programação do Encontro Cultural de 2024 contou com mais de 70 oficinas, 15 apresentações artísticas, mais de 30 shows, além de cinema, exposições, esportes e um Ponto Verde que trouxe para o evento o ativismo ambiental, a educação climática, o consumo consciente e a destinação de resíduos sólidos produzidos durante o evento.

Portanto, o encontro deste ano destacou-se não apenas pela qualidade das atrações, mas também pelo seu compromisso com a sustentabilidade e a educação ambiental, desde a coleta seletiva até as oficinas que promoviam experiências lúdicas sobre a transformação do lixo. Cada atividade foi pensada para incentivar o respeito ao meio ambiente e à comunidade, como a estrutura montada denominada “Ponto Verde”, conduzida por três colombianas ativistas ambientais, oferecendo dinâmicas para quem passasse por perto, além de diversas oficinas, que ofereceram inúmeras vivências nas artes visuais, nos saberes tradicionais, musicais e artísticos (Figura 2). Destacamos, também, a apresentação do grupo Maria Faceiras que reúne mulheres anciãs que cantam canções que levam em suas letras vivências afetivas (Figura 3).

Figura 2
Oficina de reciclagem de sacolas plásticas



Fonte: Olívia Porto, 2024 (@encontroculturalmv)

Figura 3
Coral Maria Faceira



Fonte: Luiza Gontijo, 2024 (@encontroculturalmv)

Podemos citar, ainda, as oficinas de pandeiro ministradas pela moradora Tainá de Holanda que levaram a percussão e a musicalidade de geração em geração como forma de resistência e espiritualidade (Figura 4) e a apresentação das palhaças Trinca e Farofa que, com leveza e alegria, buscaram transmitir o lugar que a mulher ocupa em um mundo tão machista (Figuras 5).

Figura 4
Oficina Te Toque no Pandeiro



Fonte: Olívia Porto, 2024
(@encontroculturalmv)

Figura 5
Círculo Trinca e Farofa



Fonte: Luiza Gontijo, 2024
(@encontroculturalmv)

Um dos aspectos mais notáveis desta edição do Encontro Cultural foi a gestão do evento, realizada exclusivamente por mulheres, em que a bolsista do projeto de pesquisa, em especial, ficou responsável juntamente com mais três mulheres pela coordenação geral do encontro. Este protagonismo feminino trouxe uma nova perspectiva para o encontro, evidenciando a capacidade e a sensibilidade das mulheres em funções sociais e organizacionais. A liderança feminina foi essencial para a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde a troca de experiências e afetos foi incentivada, com constante preocupação com o meio ambiente por se tratar de um evento que envolveu centenas de pessoas em uma comunidade inserida em um território protegido.

Entendemos a importância do protagonismo feminino no Encontro Cultural de Milho Verde superou, inclusive, as expectativas da própria organização do evento, pois representou uma quebra de paradigmas e a afirmação do papel das mulheres na sociedade de forma significativa. Historicamente, as mulheres apresentam sub-representação em posições de liderança e decisão, especialmente em contextos culturais e comunitários. No entanto, a gestão feminina deste encontro comprovou a competência e a excelência de sua atuação no território.

O coletivo feminino que organizou o evento assumiu um compromisso pautado pela interação harmoniosa entre cultura e natureza, buscando promover atividades que integravam os participantes ao ambiente natural de Milho Verde, sem perder de vista a importância da responsabilidade ambiental. Além disso, o evento foi um espaço de valorização dos artistas que vivem exclusivamente de suas artes, potencializando que comunidade e visitantes conhecessem e apreciassem a riqueza cultural dessa região. Essa troca de conhecimentos fortaleceu os laços entre os envolvidos (comunidade local, visitantes e artistas), criando um ambiente de respeito e colaboração mútua.

A gestão do Encontro Cultural, assim como toda a equipe, para além da organização, foi em quase sua totalidade feminina (Figura 6), e serviu como modelo inspirador para outras mulheres e meninas da comunidade, mostrando que é possível ocupar espaços de destaque e fazer a diferença. Assim, destacamos que a liderança feminina pode ser transformadora, trazendo novas ideias e abordagens que enriquecem a experiência de todos os envolvidos, não só garantindo o sucesso do evento, mas também inspirando todos os presentes a reconhecerem e valorizarem o papel fundamental das mulheres na sociedade.

Figura 6

Equipe geral do 24 Encontro Cultural de Milho Verde



Fonte: Luiza Gontijo, 2024
(@encontroculturalmv)

Com muita sensibilidade e dedicação, ficou evidente que é possível criar um evento cultural que respeita e valoriza o meio ambiente, a comunidade, as tradições locais e artísticas da região. Entendemos que o 24º Encontro Cultural de Milho Verde foi, sem dúvida, uma celebração da cultura, da natureza e do protagonismo feminino. A liderança feminina trouxe uma nova dimensão ao evento, destacando a importância da inclusão e da diversidade, essencial para promover uma sociedade mais justa e equilibrada, onde a cultura, a natureza e a comunidade são valorizadas e respeitadas. Para nós, a relação da mulher é histórica em termos

de profunda conexão com a natureza, muitas vezes sendo as principais guardiãs dos bens naturais em suas comunidades. No Encontro Cultural de Milho Verde, essa conexão foi evidente nas diversas atividades que promoveram a sensibilização ambiental e a educação ecológica.

Outro aspecto que foi de extrema importância do protagonismo feminino no evento foi a criação de um espaço seguro e acolhedor para todas as pessoas, independentemente de gênero, idade ou origem. Toda a coordenação buscou garantir que todos os participantes se sentissem incluídos e respeitados, promovendo um ambiente de igualdade e respeito mútuo. Essa abordagem inclusiva foi fundamental para o sucesso do evento e para a criação de uma comunidade mais coesa e solidária.

Por fim, o protagonismo feminino no 24º Encontro Cultural de Milho Verde foi um exemplo inspirador de como as mulheres podem liderar e transformar as comunidades. Com dedicação e sensibilidade é possível organizar e criar um evento que não só celebrou a cultura e a natureza, mas também promoveu a inclusão, a sustentabilidade e o empoderamento. Este encontro deixou um legado duradouro evidenciando que, quando as mulheres assumem a liderança, todos se beneficiam.

Nossa experiência na produção do Encontro Cultural de Milho Verde 2024 foi transformadora. Desde o início, houve acolhimento por uma equipe de mulheres dedicadas e apaixonadas pelo que fazem. A energia e a determinação delas eram contagiantes, sendo cada dia de trabalho uma lição de resiliência e colaboração. Ver de perto o impacto positivo que o evento teve na comunidade e nos visitantes foi extremamente gratificante. As oficinas, as apresentações artísticas e as atividades de sensibilização ambiental não só superaram as expectativas dos participantes, como também promoveu um senso de responsabilidade e respeito pelo meio ambiente e pelas tradições locais.

Portanto, a liderança feminina foi um aspecto que marcou profundamente esta experiência. A sensibilidade e a empatia com que cada decisão foi tomada, a inclusão de todos os participantes e a valorização dos saberes tradicionais mostrou que a gestão feminina pode ser verdadeiramente transformadora. Em resumo, a experiência de produzir o Encontro Cultural de Milho Verde foi um aprendizado valioso e uma oportunidade de crescimento pessoal e profissional. A dedicação e a sabedoria das mulheres que lideraram o evento deixaram um legado, que muito nos honrou por ter feito parte dessa jornada (Figura 7).

Figura 7
Coordenação 24 Encontro Cultural de Milho Verde



Fonte: Jaqueline Araújo, 2024 (@encontroculturalmv)

Considerações finais

Como considerações finais, é essencial resgatar os objetivos deste trabalho científico e os principais resultados obtidos. Desta forma, resgatamos que nosso objetivo foi visibilizar às reflexões apreendidas como uma das coordenadoras na 24ª edição do Encontro Cultural em Milho Verde considerando pressupostos teóricos relacionados ao ecofeminismo.

Neste sentido, ficou evidenciado o protagonismo de um evento coordenado integralmente por mulheres, com uma nova perspectiva para o evento, considerando a atuação das mulheres em funções sociais e de organização. A liderança feminina foi essencial para a criação de um ambiente acolhedor e inclusivo, onde a troca de experiências e afetos foi incentivada. Entendemos que o encontro teve constante preocupação sobre o comportamento e interação de todas as pessoas que usufruí da natureza em Milho Verde, que trataram de algumas particularidades da APAEAV e da localidade.

Portanto, entendemos que esta pesquisa destacou a importância de apoiar e fortalecer as iniciativas lideradas por mulheres em áreas protegidas, promovendo a justiça social e ambiental.

Referências

- Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2022). *Censo Demográfico 2022*. IBGE.
- Brasil. (2000). *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. 3ed. Ministério do Meio Ambiente / Secretaria de Biodiversidade e Florestas. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm
- Daltro, M. R.; Faria, A. A. de. (2019). Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*. 19 (1), 223-237. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/43015/29726>
- Martins Fonseca, V., Scalco, R. F. (2023). Indissociabilidade universitária na UFVJM como práxis no contexto das parcerias para o uso público em áreas protegidas. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, 16(3), 84-115. <https://www.each.usp.br/turismo/publicacoesdeturismo/ref.php?id=16670>

- Martins Fonseca, V; Cabral, S.F. (2024). Territórios Possíveis, Utopias Reais: Por uma efetiva parceria entre mulheres que protagonizam a economia solidária em áreas protegidas no Alto do Jequitinhonha. *Relatório final de Iniciação Científica*. Diamantina, UFVJM.
- Migliaro, L. R. (2010). Desafíos y proyectos de la economía solidaria. Texto de la Video-conferencia, ofrecida en la Universidad Nacional del Litoral, Argentina. *Anais do V Coloquio Local, III Coloquio Regional Osc-Universidad, II Foro de Economía Social*.
- Minas Gerais. *Decreto nº 39.399, de 21 de janeiro de 1998*. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental (APA) Aguas Vertentes, no Estado de Minas Gerais e dá outras providências. <https://www.almg.gov.br/legislacao-mineira/texto/DEC/39399/1998>
- Minas Gerais. Instituto Estadual de Florestas - IEF. (2018). *Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Estadual das Águas Vertentes*. STCP Engenharia de Projetos Ltda.
- Pimentel, B. C. (2020). *O programa de voluntariado do ICMBio e sua importância para o turismo em unidades de conservação: Relatos de Experiência nos Parques Nacionais de Lençóis Maranhenses (Barreirinhas, MA) e Jericoacoara (Jijoca de Jericoacoara, CE)*. (Trabalho de Conclusão de Curso em Bacharel em Turismo). Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.
- Tavares, M. Ecofeminismos(S). (2014). Centro de Documentação e Arquivo Feminista Eline Guimarães, <https://www.cdofeminista.org/ecofeminismo-s/>

Esse artigo apresenta parte dos resultados do relatório de pesquisa “Territórios Possíveis, Utopias Reais: Por uma efetiva parceria entre mulheres que protagonizam a economia solidária em áreas protegidas no Alto do Jequitinhonha”, desenvolvido na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), com o apoio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).



Entre História e Profecia: Uma Experiência de Pesquisa sobre as Sibilas na Itália¹

Maria Cláudia Orlando Almeida Magnani²

Submissão em: 05 abr. 2025

Aceite em: 12 mai. 2025

Resumo: Este relato apresenta o percurso e os resultados do projeto *Cultura como Espaço de hibridação: Sibilas Antigas e Contemporâneas*, desenvolvido em dois períodos de pós-doutorado de seis meses cada um e dois de licença capacitação, de três meses cada um, na Itália. O estudo investiga a presença das sibilas nas artes visuais e na tradição cultural, desde sua origem na Babilônia até sua disseminação na Europa e chegada ao Brasil, destacando as representações em Diamantina, Minas Gerais. A pesquisa analisou a iconografia das sibilas em diversas formas artísticas, como pinturas, mosaicos, afrescos, gravuras e literatura, enfatizando seu papel na cultura cristã e na fusão com tradições locais. Os resultados incluem um livro, um catálogo iconográfico e um *site* para disseminação do conhecimento. O estudo também estabeleceu bases para novas pesquisas sobre a hibridação cultural e a relação entre as sibilas e as benzedeadas contemporâneas, considerando sua relevância na religiosidade popular, assim como a presença feminina na espiritualidade e nas artes. Além disso, identificou-se o potencial turístico do tema, relacionado ao patrimônio cultural.

Palavras-chave: Sibilas, História da Arte, Turismo Cultural, Hibridação Cultural

Between History and Prophecy: A Research Experience on the Sibyls in Italy

Abstract: This experience report presents the trajectory and results of the project “Culture as a Space for Hybridization: Ancient and Contemporary Sibyls”, developed over the course of two six-month postdoctorates and two three-month research endeavor in Italy. The study examines the presence of sibyls in visual arts and cultural traditions, from their origins in Babylon to their spread across Europe and arrival in Brazil, highlighting representations in Diamantina, Minas Gerais. The research analyzed sibyl iconography in various artistic forms, such as paintings, mosaics, frescoes, engravings, and literature, emphasizing their role in Christian culture and their fusion with local traditions. Results include a book, an iconographic catalog, and a website for knowledge dissemination. The study also laid the foundation for further research on cultural hybridization and the relationship between sibyls and contemporary benzedeadas, considering their significance in popular religiosity as well as the presence of women in spirituality and the arts. Additionally, the study identified the subject’s touristic potential, give its link to cultural heritage.

Keywords: Sibyls, Art History, Cultural Tourism, Cultural Hybridization

¹ Agradeço à UFVJM sem a qual esta pesquisa não seria possível. Agradeço à Arquidiocese de Diamantina, na pessoa de Dom Darci Nicioli, pela permissão de estudo e divulgação das imagens das sibilas de Diamantina e pela permissão de restauro dos véus quaresmais. Agradeço especificamente ao Seminário Sagrado Coração de Jesus, de Diamantina, na pessoa de Padre Darlan Lima, por todo o apoio, sem o qual não seria possível restaurar os véus quaresmais, além da parceria nos projetos de extensão. Agradeço também ao Padres Júlio César Moraes por incorporar as sibilas na Procissão do Enterro e ao Padre Frederico Martins e Silva por me apresentar e disponibilizar o livro *Letras Simbólicas e Sibilinas* para estudo.

² Professora aposentada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: mclaudia.magnani@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0261-7023> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5707092208757405>

Introdução

O mito das sibilas atravessa culturas e séculos, manifestando-se em diferentes formas artísticas. Durante minha pesquisa sobre quadraturas em igrejas coloniais de Diamantina, feita durante o doutorado, encontrei as únicas pinturas coloniais de sibilas no Brasil. Em meus dois períodos de pós-doutorado (seis meses cada um) e dois de licença capacitação (três meses cada um) na Itália, aprofundi o estudo dessas figuras proféticas femininas, de suas iconografias e os processos de hibridação cultural desde a Antiguidade europeia até a colônia portuguesa na América. A Itália concentra o maior número de representações e fontes bibliográficas sobre o tema.

As sibilas personificam o dom da profecia e representam esse arquétipo feminino transcendente. Na tradição pagã, eram vistas como mulheres reais dotadas de poderes proféticos, enquanto no cristianismo, apesar de não serem reconhecidas pelos textos sagrados, foram incorporadas como anunciadoras do advento de Cristo (Eliade, 1972). Sua origem remonta à cultura babilônica e se difundiu na tradição greco-romana, onde, ligadas a Apolo, serviam como elo entre o humano e o divino (Cervelli, 2011; Peretti, 1943). Ao contrário das pitonisas de Delfos, suas profecias eram visões espontâneas, reveladas sem serem solicitadas, refletindo sua autonomia como mediadoras do sagrado. Como potentes intermediárias entre céu e terra, elas perscrutavam a obscuridade dos tempos passados e enxergavam os futuros mais distantes (Baudoin, 2012).

Embora a lenda da sibila tenha raízes especialmente italianas, trata-se de um mito universal (Ferri, 2007). Sua longevidade está ligada a um princípio vital que entrelaça o humano ao religioso. Mesmo transformada ou degenerada, a sibila persiste em diversas formas culturais como nos ditos populares italianos – como o de “encontrar a sibila” por meio de um osso especial que existiria nos gatos pretos (Ferri, 2007, p. 55). Também em práticas como a tortura chamada *sibila*, na qual os polegares ou dedos das vítimas eram esmagados por laços de corda, num método de extração da verdade por meio da dor. Essa técnica era reservada às mulheres (Kerrigan, 2001). Ou a existência da *Sibilla Barbaricina* na Sardenha (Marchi, 2006), e os baralhos de cartomancia como *La Vera Sibilla Italiana*.

Sua trajetória vai da Babilônia à Grécia, da Roma cristianizada à América colonial, permanecendo viva na literatura, na música, na liturgia e na arte. No Brasil, essas representações concentram-se em Diamantina, Minas Gerais, em obras do século XVIII e XIX:

uma pintura na Igreja do Bonfim e véus quaresmais em igrejas locais. Esses véus e pinturas, muitas vezes inseridos em falsas arquiteturas inspiradas em Andrea Pozzo, revelam diferentes níveis de sofisticação técnica, com destaque para os atribuídos a Caetano Luiz de Miranda (Magnani, 2020).

A pesquisa se concentrou na hibridação cultural dessas imagens fora da Europa, com ênfase na singularidade das sibilas nos véus quaresmais de Diamantina. As representações, ao mesmo tempo herdeiras e criadoras de significados, ilustram como símbolos culturais podem se adaptar e gerar novas interpretações em contextos diversos – incluindo manifestações contemporâneas como dança e cinema.

O estudo também se propôs a investigar a ligação entre as sibilas e as benzedeiças brasileiras, consideradas “sibilas contemporâneas”, cuja prática resulta da fusão entre cristianismo e elementos afro-indígenas. Essas mulheres ressoam com as sibilas italianas atuais, ligadas à natureza e ao saber tradicional (Lussu, 1982). A Itália, portanto, se mostrou central na pesquisa por reunir diferentes formas de presença sibilina – da pagã à cristã, da antiguidade à era contemporânea.

Contexto da pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida na *Scuola Normale Superiore* de Pisa, sob a orientação de Maurizio Ghelardi, especialista em Aby Warburg, autor do conceito de *Nachleben* – a sobrevivência de formas e mitos antigos na modernidade (Warburg, 2008). As sibilas são exemplo notável dessa persistência, aparecendo em diferentes contextos históricos e culturais. A *Scuola Normale*, fundada por Napoleão em 1810 (Scuola Normale Superiore, 2023), é reconhecida pela excelência acadêmica e promove intensa pesquisa interdisciplinar. Seu papel de destaque no cenário internacional e seu prestígio nas humanidades tornam-na ambiente propício ao estudo do imaginário e da iconografia.

A Biblioteca da *Scuola Normale*, com um acervo riquíssimo em História da Arte, foi essencial para minha investigação, especialmente no estudo das imagens e da permanência dos mitos (Biblioteca Normale Superiore, 2022). Para cada etapa da pesquisa, elaborei projetos distintos conforme exigências administrativas, mas todos partilharam o mesmo foco: compreender as sibilas enquanto mito, sua sobrevivência e suas formas visuais em diferentes tempos e espaços, inclusive na Colônia Brasileira. A proposta foi identificar e analisar hibridações culturais nas representações visuais das sibilas, tomando como base fontes

literárias, teológicas e iconográficas, especialmente italianas e cristãs a partir do século XVII. A investigação acompanhou o percurso do mito desde a Babilônia até sua presença na Europa (com ênfase no Renascimento), na tradição judaica e na América Latina. Foi inovadora a análise das representações no Brasil à luz da hibridação e do pensamento decolonial, com destaque para o trajeto Braga-Diamantina, articulando aspectos sociais, culturais e artísticos.

A pesquisa também se articulou a objetivos institucionais do Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), como a formação humanista de profissionais, o incentivo à pesquisa e à reflexão crítica, o aperfeiçoamento cultural e a contribuição para o desenvolvimento regional e nacional por meio da integração entre ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos e metas

A pesquisa teve como objetivo geral identificar e analisar a presença das sibilas em diferentes linguagens artísticas, da Itália ao Brasil, com foco na hibridação cultural. Os objetivos específicos foram:

- Examinar a iconografia das sibilas italianas e portuguesas e sua influência no Brasil.
- Compreendê-las como figuras móveis entre fronteiras culturais e geográficas.
- Estudá-las como agentes e produtos de processos de hibridação.
- Investigar a circulação de modelos iconográficos europeus no Arraial do Tijuco.
- Estimular o debate sobre inclusão cultural e superar dicotomias como centro-periferia.
- Valorizar e divulgar o patrimônio cultural relacionado às sibilas.

Entre as metas se destacaram: contribuir para a compreensão das representações das sibilas nos contextos colonial e contemporâneo; divulgar os resultados e envolver graduandos de História e Turismo na pesquisa; valorizar o tema como potencial turístico-cultural para Diamantina, articulando-o ao patrimônio e à sustentabilidade. Tais metas foram atingidas, conforme detalhado no item seguinte. Embora interdisciplinar, a pesquisa insere-se de modo mais evidente no campo da História da Arte.

Experiência metodológica e acadêmica

A metodologia adotada foi multifacetada, combinando levantamento bibliográfico em bibliotecas da Itália, Portugal e Brasil; análise iconográfica e iconológica de imagens coletadas

em campo e em fontes digitais; estudo de fontes secundárias como tratados, gravuras, incunábulos e textos teológicos; e tratamento técnico do material para produção de artigos, capítulos e um documentário. Essa abordagem aliou teoria e prática, promovendo uma leitura aprofundada das representações culturais das sibilas.

Como experiências acadêmicas, destaca-se a apresentação do trabalho *Le sibille brasiliane: Ibridazione culturale tra testo ed immagine* no *Convegno internazionale di studi Sibille, profeti e oracoli* (Universidade de Macerata, 2024), evento de referência sobre o tema, no qual apenas um terço dos trabalhos foram aprovados. O texto será publicado nos anais do congresso.

Também merece menção o livro *Histórias de Sibilas entre Braga e Diamantina* (2017), publicado em Portugal em coautoria com Eduardo Oliveira, que atualiza e analisa o manuscrito de 1808 de João Baptista Vieira Gomes sobre as doze sibilas. O livro, lançado em Braga e Lisboa, integra o acervo da Biblioteca Nacional Portuguesa.

Outra participação relevante foi no *II Encuentro Internacional de Arte y Liturgia Velum Templi* (Universidade de Cádiz, 2024), com o trabalho *Los velos de Pasión con las sibilas en Diamantina, Brasil*. O estudo explorou a presença única de véus quaresmais adornados com sibilas, conectando arte litúrgica, revelação do sagrado e hibridação cultural na América Latina.

Por fim, menciono a coordenação de diversos projetos de pesquisa e extensão relacionados ao tema.

Vivência pessoal e desafios

Minha adaptação ao ambiente acadêmico italiano foi marcada por uma intensa imersão na pesquisa, com acesso direto a fontes primárias e secundárias e à rica tradição de estudo do país. Embora não tenha frequentado aulas formais, interagi com professores, com o maestro autor do *Canto della Sibilla* contemporâneo e explorei bibliotecas, igrejas e museus, fundamentais para o avanço do meu trabalho. Bibliotecas como a *Biblioteca della Scuola Normale Superiore di Pisa*, a *Bibliothek des Kunsthistorischen Instituts* em Florença, a Biblioteca Vaticana na Cidade do Vaticano, a Biblioteca Ambrosiana e a *Biblioteca d'Arte do Castello Sforzesco*, ambas em Milão, forneceram acervos valiosos, incluindo manuscritos, livros raros e gravuras. Destaco ainda a observação in loco de véus quaresmais, como o de Gurk, e os panos *blu di Genova*, que contribuíram para a compreensão da função desses objetos na devoção e no turismo.

As visitas a espaços religiosos permitiram observar diretamente o diálogo entre iconografia cristã e elementos pagãos, enriquecendo minha pesquisa. A tradição interdisciplinar da academia italiana favoreceu uma abordagem ampla, com apoio de especialistas e instituições. Um dos principais desafios foi o idioma: estudei italiano antes da primeira viagem, pois o domínio da língua foi essencial tanto para a comunicação cotidiana quanto para o acesso a conteúdos específicos.

Outro obstáculo foi a obtenção de autorizações para fotografar e usar imagens, especialmente em igrejas, que muitas vezes exigiam visitas presenciais e demandavam burocracias complexas. Em algumas bibliotecas, os custos para uso de imagens eram elevados. Também enfrentei dificuldades com o sistema de transportes coletivos, com pouca oferta para pequenas cidades, pouca clareza de informações sobre o uso de bilhetes e falta de informações atualizadas. Além disso, os horários das igrejas e museus são bastante diferentes dos do Brasil, exigindo planejamento prévio.

Apesar dessas dificuldades, a experiência foi profundamente enriquecedora. Ampliou minha perspectiva acadêmica e pessoal, consolidando meu vínculo com a tradição intelectual europeia e ao mesmo tempo com a identidade brasileira e fortalecendo meu compromisso com a pesquisa rigorosa.

Enriquecimento cultural e acadêmico proporcionado pela experiência

A pesquisa proporcionou um enriquecimento cultural e acadêmico em múltiplos aspectos:

I. Valorização do Conhecimento Local

As sibilas, antes desconhecidas pela maioria da comunidade de Diamantina, inclusive pelos sacerdotes, tornaram-se reconhecidas. Isso abriu caminhos para iniciativas artísticas, culturais e turísticas na cidade.

II. Interdisciplinaridade

A pesquisa integrou áreas como História da Arte, Sociologia, Teologia e Antropologia, enriquecendo a formação acadêmica e estimulando o diálogo entre campos distintos sobre cultura, gênero, patrimônio e identidade.

III. Reflexão Crítica sobre a Cultura

A investigação promoveu reflexões sobre hibridação cultural, representação feminina e ressignificação de símbolos. Desdobrou-se em estudos sobre autoras como Cristina de Pisano

e Joyce Lussu, e também sobre benzedeadas como sibilas contemporâneas, ampliando o escopo da pesquisa.

IV. Produção de Conhecimento Original

A elaboração de um livro e de um *site* sobre as sibilas oferece uma contribuição inédita à academia. Também inspirou artistas contemporâneos a representá-las e identificou iconografias raras que enriquecem o debate visual e simbólico sobre o tema.

V. Engajamento Social e Comunitário

A inserção das sibilas nas procissões da Semana Santa promoveu o engajamento da comunidade e gerou repercussão nacional (tendo sido tema de uma matéria em um telejornal nacional). Destaca-se também o restauro de quatro véus quaresmais (pela Diarte, com financiamento do Fundo Estadual de Cultura de Minas Gerais), com exposições, cursos para a comunidade e sua reintegração ao uso litúrgico. Artistas locais, assim como de outras regiões, passaram a se inspirar nas sibilas, reforçando o vínculo entre arte, memória e identidade.

VI. Divulgação e Disseminação do Conhecimento

A pesquisa foi divulgada em diversos meios: congressos, publicações, catálogos, vídeos, mostras, rádio, *podcasts* e televisão, incluindo matérias na *GloboNews* e no *Jornal Nacional*. Também houve ações em programas educativos da prefeitura e publicações em jornais e *blogs* voltados ao público feminino, fortalecendo o alcance social e cultural da pesquisa.

Principais resultados e contribuições

Dentre os resultados da pesquisa, destacam-se dezesseis publicações sobre o tema, entre artigos, capítulos e livros (arrolados abaixo nas referências). Foram dezoito as apresentações de trabalhos com o tema das sibilas em congressos, encontros e seminários, no Brasil, em Portugal, na Itália e na Espanha.

Um resultado de magnitude considerável foi o já mencionado restauro dos véus quaresmais com sibilas pela Diarte (Instituto de Arte e Cultura de Diamantina), por meio do Fundo Estadual de Cultura e com o apoio do Seminário Sagrado Coração de Jesus e da UFMG. Esse restauro devolveu à comunidade de Diamantina, à de São Gonçalo do Rio das Pedras, e à Arquidiocese de Diamantina, quatro véus quaresmais com sibilas que são um patrimônio único no mundo. Associadas a esse restauro, a mostra dos véus em Diamantina e a palestra em São Gonçalo estão entre os resultados de peso.

Divulgar o conhecimento para as crianças e as novas gerações tem sempre um impacto marcante. Assim, um resultado que enfatizo é a já abordada participação em um programa de educação patrimonial para professores e professoras municipais em Diamantina. Educadores e educadoras são responsáveis por assegurar a continuidade do saber, repassando informações fundamentais para as gerações futuras. Esse trabalho foi um dos mais importantes a meu ver.

Da mesma maneira o treinamento de guias das Igrejas dos quais participei em mais de uma ocasião, são notáveis. Estagiários e bolsistas do curso de Turismo da UFVJM, mas também membros de uma associação de guias de turismo, são fundamentais para veicular informações de qualidade, com fundamentação científica, tanto para os turistas, quanto para os moradores da cidade.

Foram cruciais contribuições as palestras e projetos de extensão universitária em parceria com o Seminário Sagrado Coração de Jesus de Diamantina. Nessas ocasiões tive a oportunidade de levar ao clero e aos futuros membros do clero da Arquidiocese de Diamantina, informações sobre a arte que pertence à Igreja. A educação patrimonial tem sido um caminho privilegiado para que, a partir do conhecimento, as comunidades se apropriem dos seus bens, se identifiquem com eles e participem assim da sua preservação. Esses projetos foram ao encontro desse esforço, no sentido de propagar o conhecimento sobre a arte colonial do Arraial do Tijuco junto aos sacerdotes da Arquidiocese de Diamantina e aos futuros membros do clero. O objetivo dos projetos, intitulados História da Arte oficinas e visitas técnicas, foi permitir aos participantes tornarem-se aptos a serem multiplicadores do conhecimento e de atitudes como respeito e interesse acerca do patrimônio artístico e cultural da cidade. Neste sentido, é especial a participação da Igreja, por ser a maior detentora dos objetos e das manifestações artísticas da região. Dentre esses objetos, destacam-se os véus quaresmais com sibilas.

Outra contribuição essencial foi a identificação e análise do livro raro de Frei Rafael da Purificação, intitulado Letras Simbólicas e Sibilinas Obra de Toda Erudição Sagrada e Profana, de 1747, impresso em Lisboa. Raro mesmo em terras lusitanas, um volume desse livro se encontra na Biblioteca do Seminário Sagrado Coração de Jesus em Diamantina e foi restaurado em 2013. O livro trata longamente das sibilas e dos seus vaticínios. Pretendendo ser isento e sendo muito consistente na abordagem dos autores cétricos e negativos, ao mesmo tempo, o livro legitima fortemente a presença das sibilas, na medida em que se dedica àquelas profetisas em mais de 500 páginas. Apresentei um trabalho sobre o livro em dois eventos, sendo um internacional, e publiquei um capítulo em Portugal, divulgando-o.

Muito significativa foi também a incorporação das sibilas na procissão da Semana Santa, como já mencionado. Esse fato trouxe divulgação sobre o tema para a população diamantinense e ainda em nível nacional, tornando-se mais um atrativo para a cidade.

Foram primordiais as contribuições relacionadas ao Turismo Cultural. Neste sentido, o tema das sibilas gerou alguns frutos. Tendo como objetivo chamar a atenção da população diamantinense para esse bem artístico e histórico único no Brasil, a Diarte criou o projeto *Me Aspice: Sibilas na Semana Santa*, em 2018. O projeto foi idealizado pelo fotógrafo Bernardo Magalhães que propôs as reproduções fotográficas dos panos com sibilas e das suas imagens da Igreja do Bonfim, ampliadas e impressas em tecido. Dez artistas locais foram convidados a trabalhar o contorno dessas imagens para compor as tradicionais colchas da Semana Santa que adornam as sacadas dos casarões coloniais da cidade durante esse período. Depois disso, foi feita uma mostra com os trabalhos na Casa da Glória em Diamantina e no Centro Cultural da UFMG em Belo Horizonte. Marcial Ávila, um artista diamantinense, representou as 12 sibilas do cânone renascentista em grandes pinturas, e fez uma mostra no Teatro Santa Izabel, em Diamantina e na Casa dos Contos em Ouro Preto. Em novembro de 2019, aconteceu também em Diamantina, o espetáculo *Me aspice, um passeio com as Sibilas*, uma criação cênica do projeto de extensão da UFVJM Arte & Cidade – rotas turísticas performativas, apresentando uma intervenção cênica em dança. O projeto teve concepção, roteiro e direção geral de Flávio Rabelo; pesquisa de movimento e direção coreográfica da professora Melissa Guimarães; e seminários de pesquisa feitos por mim, que coordenei o referido projeto de extensão. Mais do que essas ações em si, foi crucial mostrar o potencial turístico do tema das sibilas para Diamantina. Neste sentido, orientei um TCC que foi aprovado com excelentes notas, intitulado: Turismo e Arte: Sibilas do Tijuco, sua representação e potencialidade turística em Diamantina, Minas Gerais.

A contribuição mais consistente, entretanto, foi a escrita de um livro *Sibilas: a sobrevivência das profetisas da Babilônia a Diamantina, Vozes femininas além do tempo* que sintetiza o resultado de todos esses anos de pesquisa aprofundada e trabalho árduo. Infelizmente, ainda não foi possível publicar, pelas dificuldades encontradas de ordem financeira e de ausência de programas específicos que possibilitem esse tipo de publicação.

Esses resultados demonstram a riqueza cultural e a relevância das sibilas como figuras que atravessam contextos, refletindo sobre a identidade cultural e as práticas religiosas no Brasil. Essas relações demonstram como a pesquisa não apenas enriquece o conhecimento acadêmico, mas também possui um potencial importante para o desenvolvimento do turismo

cultural, promovendo um diálogo entre a academia e a prática cultural, além de beneficiar a comunidade local.

Considerações finais

Os períodos de estudo e pesquisa na Itália permitiram avanços significativos na compreensão da hibridação cultural das sibilas, fortalecendo a conexão entre suas representações na Europa e na América Latina. Os resultados obtidos abrem caminho para futuras pesquisas e ampliam a discussão sobre as interações entre mito, arte e cultura. Esta experiência reafirmou a importância da pesquisa interdisciplinar e da mobilidade acadêmica para a construção do conhecimento histórico-artístico.

Além disso, ressalta-se a relevância desse estudo no contexto da internacionalização da universidade, uma vez que a pesquisa contribui para o fortalecimento do intercâmbio acadêmico e da colaboração entre instituições. A temática das sibilas também abre novas perspectivas para o turismo em Diamantina, onde estão localizadas as únicas representações de sibilas no Brasil e os únicos véus quaresmais pintados com sibilas no mundo. A exploração desse patrimônio pode impulsionar o interesse por roteiros turísticos culturais, promovendo o reconhecimento e a valorização dessas manifestações artísticas no cenário global.

Referências

- Baudoin, C. (2012). *Quattro vie di predisposizione alla divinazione in Mesopotamia e nel mondo Ellenistico* (pp. 62–70). PARCHI di Studio e Riflessione La Belle Idée. Biblioteca Scuola Normale Superiore. (2022). *Biblioteca della Scuola Normale Superiore*. <https://biblio.sns.it/it>
- Cervelli, I. (2011). *Questioni Sibillini*. Istituto Veneto di Scienze, Lettere ed Arti.
- Eliade, M. (1972). *Mito e realidade* (pp. 6–11). Perspectiva.
- Ferri, S. (2007). *La Sibilla e altri studi sulla religione degli antichi*. Edizione ET.
- Kerrigan, M. (2001). *Gli strumenti di tortura*. L’Airona Editrice.
- Lussu, J. (1982). *Il libro perogno: su donne, streghe e sibille*. Il Lavoro Editoriale.
- Machado, L., Gorziza, A., & Buono, R. (2023). A nova família brasileira. *Revista Piauí*. <https://piaui.folha.uol.com.br/nova-familia-brasileira/>
- Magnani, M. C. A. O. (2013). As sibilas de Diamantina: Reafirmando pressupostos renascentistas no barroco mineiro. In *Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia* (pp. 1–13). EdUFOP.
- Magnani, M. C. A. O. (2014). Pinturas setecentistas das sibilas no Arraial do Tijuco, Brasil: Reinterpretação artística e invocação da morte de Cristo. In A. P. Pinto (Ed.), *Do reino das sombras: Figurações da morte* (pp. 275–282). Aletheia.
- Magnani, M. C. A. O. (2016a). As sibilas e a pintura de falsa arquitetura da Capela de Nosso Senhor do Bonfim: Singularidade persuasória na Diamantina do século XVIII. *Saeculum (UFPA)*, (34), 87–103.
- Magnani, M. C. A. O. (2016b). Sibilas: Da Babilônia ao Brasil. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 20(2), 115–138.
- Magnani, M. C. A. O. (2017). *Histórias de sibilas entre Braga e Diamantina* (1st ed., Vol. 500, 72 pp.). Vilaverdense.

- Magnani, M. C. A. O. (2018). Figuração das sibilas como persuasão: Sobrevivência e poder religioso na arte cristã. *ARTis On*, 7, 34–44.
- Magnani, M. C. A. O. (2019a). Modelos iconográficos da deposição de Cristo e das sibilas nas Minas Gerais do século XVIII: Propaganda político-religiosa e persuasão na América Portuguesa. In C. M. S. Oliveira & A. C. Honor (Eds.), *O Barroco na América Portuguesa: Novos olhares* (Vol. 1, pp. 152–166). Editora do CTTA.
- Magnani, M. C. A. O. (2019b). Sibilas: A sobrevivência das profetisas pagãs no mundo cristão. *Horizonte: Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião (Online)*, 17, 1571–1599.
- Magnani, M. C. A. O. (2020a). Os véus nas pinturas e as pinturas nos véus: Sibilas e quadratura nos panos quaresmais de Diamantina. In M. M. Mello (Ed.), *Arte e ciência: O triunfo do ilusionismo na arte barroca* (Vol. 1, pp. 313–326). FAFICH/UFMG.
- Magnani, M. C. A. O. (2020b). A estrutura de falsa arquitetura dos véus quaresmais com sibilas de Diamantina. *Linguagens nas Artes*, 1(2), 35–50. <https://revista.uemg.br/index.php/linguagensnasartes/article/view/5285>
- Magnani, M. C. A. O. (2021a). Sibilas pelo mundo: Um trabalho hercúleo para muitas e muitas vidas. *De Saías Pelo Mundo*. <https://desaiaspelomundo.com.br/sibilas-pelo-mundo/>
- Magnani, M. C. A. O., Salgado, H. C., & Oliveira, R. (2021b). Sibilas do Tijuco: Potencialidade turística e valorização do patrimônio a partir da sustentabilidade cultural. In M. C. A. O. Magnani et al. (Eds.), *Turismo Consciência: Diálogos em tempos de pandemia* (Vol. 1, pp. 75–95). UFVJM.
- Magnani, M. C. A. O. (2022). Le strutture di falsa architettura dei veli quaresimali con le sibille a Diamantina, Brasile. In Di Liddo, M. Pasculli Ferrara & M. Saccente (Eds.), *L'arte della Quadratura: Storia e restauro. Quadraturismo e grande decorazione nella pittura di età barocca* (Vol. 1, pp. 253–266). Schena Editore.
- Magnani, M. C. A. O. (2023). Sibilas do Tijuco: A centralidade das profetisas seculares na arte colonial. In M. C. A. O. Magnani & M. L. S. Ferreira (Eds.), *Mulheres do Brasil: Artes e artistas* (Vol. 23, pp. 33–53). Enredars.
- Magnani, M. C. A. O. (2024a). Eneias e a Sibília Cumana: Um azulejo no Palácio Belmonte de Lisboa. In A. C. Honor (Ed.), *Estudos de azulejaria na monarquia pluricontinental lusitana / Universo Barroco Iberoamericano* (Vol. 36, pp. 190–209). Enredars.
- Magnani, M. C. A. O. (2024b). Letras simbólicas e sibilinas: A obra do Frei Rafael da Purificação nas Minas Gerais. In V. Tocco, F. M. Araújo, & C. A. André (Eds.), *Mundos de língua portuguesa olhares cruzados (IV): O Brasil em foco: Perspetivações literárias e culturais* (Vol. IV, pp. 143–165). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Marchi, R. (2006). *La Sibilla Barbaricina*. Istituto Superiore Regionale Etnografico della Sardegna (ISRE).
- Peretti, A. (1943). *La Sibilla Babilonese nella propaganda ellenistica*. La Nuova Italia Editrice.
- Scuola Normale Superiore. (2023). *La fondazione: Il periodo napoleonico*. <https://www.sns.it/it/la-fondazione-il-periodo-napoleonico>
- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). (2023). *Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2024–2028)*. <https://portal.ufvjm.edu.br/page/aceso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2024-2028>
- Warburg, A. (2008). *La rinascita del paganesimo antico ed altri scritti (1889–1914)*. Nino Aragno Editore.

Esse artigo apresenta a experiência de dois períodos de pós-doutorado (seis meses cada um) e dois de licença capacitação (três meses cada um) desenvolvidos na Scuola Normale Superiore de Pisa, na Itália, concluídos em 2024.



Entrevista com Ana Flávia Pasquotte Vieira

A Desafiadora e Fascinante Trajetória de uma Nômade Não Digital: um bate papo com uma brasileira que já viajou por 138 países

Maria de Lourdes Santos Ferreira¹
Ana Flávia Perpétuo Madeira²
Vitória Eliz dos Santos Melo³
Willian Vitor Oliveira⁴

ENTREVISTA

Contextualização da proposta

A presente entrevista resulta do trabalho desenvolvido na disciplina TUR135 - Seminário de Escrita Acadêmica - ofertada para os alunos do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), durante o 2º semestre de 2024. A disciplina tem como objetivos, dentre outros, promover a reflexão acerca do processo de construção dos gêneros de divulgação acadêmica; explorar a polifonia e suas implicações na objetividade do discurso e refletir sobre aspectos éticos na construção dos textos. A entrevista foi realizada via *google meet*, no dia 05 de novembro de 2024. De lá até a finalização do texto foram realizados inúmeros movimentos de idas e vindas, para que os envolvidos, especialmente a entrevistada, pudessem validar a retextualização da sua fala – a transformação de um texto oral em um texto escrito para publicação. A transcrição da entrevista, no seu formato original, resultou em 38 páginas, que tiveram que ser lidas e relidas e trabalhadas cuidadosamente para que não se perdesse a essência das informações e, ao mesmo tempo, fosse produzido um texto que atendesse aos critérios da revista, principalmente em termo de extensão. Todo esse trabalho foi construído a várias mãos, sob minha coordenação enquanto professora, mas com participação ativa dos acadêmicos, que se envolveram de maneira entusiasmada, desde a construção das questões até a realização da entrevista e sua transcrição.

¹ Professora Associada do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: lourdes.ferreira@ufvjm.edu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1906-1375> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0008193831027772>

² Acadêmica do curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: anamadeira2873@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/3816107191544444>

³ Acadêmica do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: vitoriaeliz9@hotmail.com Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4737242135250928>

⁴ Acadêmico do Curso de Turismo da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Endereço eletrônico: oliveirawillian2602.20@gmail.com Lattes: <https://lattes.cnpq.br/7829313137466950>

Para começar

Ana Flávia Pasquotte Vieira, de 31 anos, natural de Araras (SP), é uma viajante experiente, que se auto denomina como nômade não digital, tendo visitado, até o momento desta submissão, 138 países. Aos 16 anos, iniciou sua jornada pelo mundo, acumulando experiências com intercâmbios, trabalhos voluntários, mochilões e hospedagens via *Couchsurfing*. Formada em Ciências Sociais pela Unicamp e pós-graduada em Educação Montessori, ela se especializou no desenvolvimento infantil de crianças de 0 a 3 anos. Nesta entrevista, vamos conversar sobre suas experiências e desafios enquanto mulher, que viaja sozinha, abordando questões relativas a gênero e segurança, além de outros aspectos relacionados à saúde, alimentação, questões cambiais e vistos. Por uma questão de espaço, organizamos nosso bate-papo por temas, buscando apresentar o máximo de informações dessa entrevista que é uma oportunidade ímpar para entendermos os bastidores e as complexidades de uma vida dedicada ao nomadismo, especialmente em se tratando do gênero feminino.

Atravessando fronteiras: Kuwait, China, Nepal.



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Flávia P.Vieira

Entrevistadores: Ana, primeiramente, gostaríamos de agradecer imensamente a sua disponibilidade para participar dessa entrevista. Vamos começar com uma pergunta que, com certeza você já ouviu muito, mas que é muito importante sabermos. Por ser uma mulher que viaje sozinha, quais as precauções, ou seja, quais os critérios você usa quando vai escolher um país? Você usa algum filtro para pesquisa na internet em relação, por exemplo, a misoginia e machismo que te faça redobrar a precaução?

Ana Flávia Vieira: Então, a primeira coisa que eu olho é se tem mulher nesse país (risos). Se tem mulher lá, tá bom, já é alguma coisa! Mas brincadeiras à parte, eu costumo dizer que não é difícil ser mulher e viajar sozinha, o difícil é ser mulher, em qualquer ambiente, em qualquer país, principalmente nós que, infelizmente, somos de um país que é extremamente machista, que bate recordes de violência de gênero, e de qualquer tipo de violência. Paradoxalmente, ser brasileiro acaba nos protegendo de muitas coisas porque a gente já está “alerta” para muitas violências, como a de ter muitos cuidados, que, por exemplo, uma pessoa que vem lá da Noruega, nem imagina. E por outro lado, não é que é impossível, mas é raro ter algum país que seja muito pior que o Brasil, em termos de violência. Então, geralmente, ou é o mesmo nível ou é melhor, sabe? Tanto em termos de violência em geral, quanto em termos de violência de gênero. Mas o fato realmente de ter mulheres lá, em outros países, me mostra que tá, talvez tenha um alto nível disso ou daquilo, mas elas estão fazendo alguma coisa, estão sobrevivendo e estão seguras, não é? E para falar a verdade, existem uns 10 ou 15 países no mundo, no máximo, que realmente são perigosos para se visitar; todo o resto, ou é muito seguro, ou é seguro tendo cuidados do dia a dia, ou menos seguros tendo mais cautela, mas não é que você vai morrer lá, sabe? Então eu acho que, claro, ser mulher define muito a minha experiência, mas é uma coisa que para nós, brasileiras, já é intrínseca, entende?

Eu, por via de regra, não saio depois que anoitece em quase nenhum país; em alguns países eu sou um pouquinho mais tranquila porque realmente são países extremamente seguros, então, eu acho que ser mulher brasileira me prepara para ser mulher em qualquer outro lugar do mundo.

E tem também uma coisa que a gente não pode deixar de mencionar que são os privilégios, né? Então, geralmente, tem uma escala social de privilégio: tem os homens locais, os homens estrangeiros, as mulheres estrangeiras e as mulheres locais; então eu, como estrangeira, como turista, como visitante, em muitos países, tenho mais privilégios do que as mulheres locais, então tenho um tratamento diferente do que as mulheres locais, porque além

de mulher, eu sou uma mulher visitante, uma turista, uma estrangeira, então eu sou quase como um homem estrangeiro.

Entrevistadores: De acordo com pesquisas atuais, o Brasil bateu recorde de feminicídio nesse ano de 2024. E fazendo um link com o que você falou sobre a questão dos privilégios, as questões étnicas influenciam na forma como você é tratada, por ser uma mulher branca?

Ana Flávia Vieira: Sem dúvida, o privilégio existe. A interseccionalidade define a experiência de cada mulher. Uma mulher negra ou asiática teria uma vivência bem diferente da minha em muitos países. No exterior, muitas vezes escuto "você não parece brasileira", porque a imagem internacional do Brasil é muito associada ao futebol, e muitos jogadores são negros. Quando explico que somos uma mistura de povos, eles se surpreendem. No Brasil, sou vista como branca, mas na Europa e nos Estados Unidos, sou latina, e isso muda como sou tratada. Muitos brasileiros racistas descobrem isso quando viajam e percebem que não são vistos como brancos. Em lugares como a Ásia ou a África, me confundem com europeia ou norte-americana, o que também altera o tratamento e até os preços dos produtos, e muitas vezes brinco: "Esse é o preço para europeus, e o preço para latino-americanos?"

Entrevistadores: Falando em preço, como você financia suas viagens?

Ana Flávia Vieira: Existem várias maneiras de viajar. Você pode viajar com quase nada de dinheiro, depende do tempo e do nível de conforto que você deseja. Eu trabalho de forma sazonal, em países com moedas fortes, junto dinheiro, viajo até ele acabar e recomeço. Outras opções incluem trabalhar remotamente, como os nômades digitais, ou alternar entre períodos de trabalho e viagem. Claro, existe a opção de ser herdeiro, mas não é a realidade da maioria.

Entrevistadores: Retomando a questão de escolha dos países, quais critérios você usa sempre que vai escolher um novo país?

Ana Flávia Vieira: Então, eu gosto muito de viajar por terra, eu gosto muito de cruzar fronteiras terrestres. Por dois motivos, primeiro porque os voos são caros, e segundo porque na fronteira terrestre, meio que um país vai se fechando aos poucos e outro vai se abrindo, sabe? Eu acho que é uma experiência cultural muito mais interessante. Geralmente tem uma área que é meio tudo misturado, aceita moeda dos dois países, fala-se a língua dos dois países. A primeira vez que eu saí do Brasil foi em 2010. Então já faz 14 anos que eu viajo e eu acho que quanto mais você viaja mais você encontra outros viajantes; há, sei lá, 4, 5 anos que eu estava viajando, eu já tinha uma imagem mental do mundo. Tipo, quais países realmente são perigosos; como falei pra vocês, são bem poucos que são perigosos de viajar, do tipo que você só decide: "não vá".

Deserto do Saara - Mauritânia



Fonte: Arquivo pessoal de Ana Flávia P.Vieira

Entrevistadores: Como você tem o primeiro contato com os anfitriões?

Ana Flávia Vieira: É a internet; hoje em dia é basicamente internet. A troca de hospedagem por trabalho era uma coisa que existia fora da internet, só que tinha que chegar no lugar e ter essa flexibilidade, essa falta de controle.

E hoje em dia a gente tem a internet, o que para mim também é um mecanismo de segurança, porque, bem ou mal, em todas essas plataformas geralmente tem um esquema de referência, ou de *review*. Então, para mim, a internet facilitou muito nisso. Talvez no passado, eu como mulher viajando sozinha, passaria muito mais perrengues por conta disso, de não ter esse esquema de referência.

Então, é isso, eu acho que, hoje em dia, a internet traz uma segurança, tanto nesse esquema de referências, de *review*, de *feedback*, quanto também de você poder planejar melhor. Porque no fim é isso, o ser humano gosta de ter controle sobre as coisas. Então, talvez a falta de controle é o que traz mais medo às pessoas. O medo da falta de controle e o medo do desconhecido; então, o medo de eu não saber o que eu vou encontrar lá, não saber o que vai acontecer, geralmente é nisso que as pessoas desistem, sabe?

Entrevistadores: No turismo a gente usa muito o conceito de atrativos, que seriam atrativos naturais, atrativos culturais e outros. O que mais chama a sua atenção nesses países que você vai visitar? Como é que isso interfere nas suas escolhas?

Ana Flávia Vieira: Olha, geralmente, quanto menos eu sei de um país, mais eu quero ir pra lá, para falar a verdade. Eu acho que para a motivação, é o desconhecido, sabe? É eu entender o que é que tem lá, como é que vivem, o que comem, que horas dormem, como dormem, como usam os banheiros, como tomam banho, como lavam a roupa, as coisas assim, sabe? Então eu tenho muito essa motivação de viajar para conhecer o desconhecido e para aprender, mas eu sei que muita gente, principalmente hoje em dia, mais que nunca, viaja simplesmente pelas belezas ou viajam pelos lugares “instagramáveis.” É ridículo você ver essa mudança em blogs de viagem que hoje fazem artigos completos do tipo “quais são os lugares instagramáveis de Tóquio”, “onde você pode ir para tirar fotos bonitas”. E muita gente criando conteúdo para isso, para mostrar os lugares que são bonitos e as pessoas só querem saber da beleza. Não querem aprender que língua se fala ali, o que se come, qual é a situação social daquele país, qual é a história, se tem primeiro-ministro, presidente, rei ou o que quer que seja.

Entrevistadores: Falando um pouquinho sobre tecnologias, você falou sobre a questão dos países que você visita, que você não chega a pesquisar tanto, que você gosta dessa surpresa, do que eles podem te oferecer. Então, vamos falar sobre algo que é muito presente hoje em dia, principalmente para os jovens, sempre conectados, que é a inteligência artificial. Essa é uma ferramenta que você utiliza muito nas suas viagens? E gostaria de juntar com uma outra pergunta: como essas mídias, de modo geral, influenciam na percepção desses países?

Ana Flávia Vieira: A inteligência artificial realmente mudou tudo. Acho que mudou completamente a maneira como a gente viaja. Para vocês também, quando vocês forem atuar, com certeza vai mudar muita coisa. Hoje em dia eu uso para tudo, gente. Temos que ter cuidado porque a inteligência artificial é baseada numa database disponível no Google. E nem sempre o que está disponível no Google é o correto. Existe uma diferença em relação à quantidade de informação de cada país. Países como o Nepal, Tailândia e Vietnã tem muita informação online, diferentemente do Paquistão, por exemplo. Nesse quesito, talvez o ChatGPT não ajude tanto, e prefiro usar os grupos de Facebook; além disso a inteligência artificial não é imparcial, né? Tipo assim, se você pesquisar sobre o Paquistão, o que tem sobre o Paquistão na internet? Ah, é perigoso, é guerra, é terrorista... entende? Então, a informação que está disponível na internet não é imparcial e, portanto, a inteligência artificial não é imparcial também. Muitas vezes eu uso assim, para começar a minha pesquisa. Depois, confirmo a informação.

Em relação aos atrativos, eu gosto muito de programas gratuitos! Eu viajo há muito tempo, então, pagar as coisas é meio difícil. Muitas vezes você paga para ver uma coisa que não é tão diferente do que você já viu em outros países. Aí, eu utilizo a inteligência artificial, por exemplo, eu peço uma lista de 50 coisas pra fazer em Kathmandu de graça e quais lugares visitar, organizado de uma maneira lógica e de uma maneira geográfica. Ajuda muito! Eu sou uma pessoa muito curiosa. Então, eu gosto muito de saber sobre os países e a história. Às vezes, você lê assim, sei lá, uma coisa da história do país e você quer continuar, sabe? E eu, como socióloga, costumo pesquisar sobre muitas teorias da sociologia, aplicando-as ao país que estou visitando, buscando entender como é a questão dos valores matrimoniais desse país, como é a relação, etc. Obviamente, que não é a mesma coisa que você ler um estudo de um acadêmico de uma universidade, mas te dá um ponto de partida, sabe?

Há uma reflexão importante para se fazer sobre a influência da mídia na escolha dos destinos da maioria das pessoas. Um exemplo, a Tunísia era um país super turístico; não é um destino muito distante para quem vem da Europa, é barato e tem praias lindíssimas, arquitetura lindíssima. Em 2016, houve um ataque terrorista lá e pronto! Acabou a indústria turística do lugar. Atualmente, há hotéis gigantes que têm pouquíssimos hóspedes, por conta de um ataque terrorista. Enquanto isso, nos Estados Unidos, tem mais tiroteios em escolas do que dias no ano, e quando você fala que vai visitar o país, ninguém te fala que é tão perigoso. Quantas pessoas vocês conhecem que foram para Tunísia? Provavelmente, nenhuma. Quantas pessoas conhecem que foram para os Estados Unidos? Então, cria-se essa ideia de que, porque a gente conhece tanta gente que foi pra lá e voltou seguro, então é seguro. Ou, por exemplo, você vai para o Nepal, que é perto da Índia, e pensa logo que é o mesmo esquema da Índia em relação a assédio, a segurança e tudo mais. E é completamente diferente! Ou, pior ainda, os estereótipos que a gente cria em relação à religião, né? Sobretudo em relação aos países muçulmanos. Então, toda essa questão da mídia e das experiências das pessoas que a gente conhece influenciam. E isso pode ocorrer pelo bem e pelo mal. Então, países que até dois, três anos eram nada turísticos, de repente viram super turísticos, por conta de dez influencers que foram para lá.

Entrevistadores: A gente sabe que as diferenças culturais representam um grande desafio. Dentre essas diferenças, destacamos a alimentação. Isso representa um desafio para você? Se tem desafios com a alimentação, como é que funciona essa questão?

Ana Flávia Vieira: eu estou para fazer 31 anos. Alimentação tem sido uma crise para mim nos últimos anos, nos últimos anos não, nos últimos meses, porque o meu corpo quando eu comecei a viajar aos 20 e poucos anos, tipo assim, cinco dias sem comer um pedaço de fruta, não dava

nada! E hoje em dia é muito mais difícil, é uma coisa que obviamente a gente só sabe quando a gente fica velho, infelizmente. Então é isso, tem países que é muito difícil você manter uma alimentação balanceada quando você vai viajar. Uma coisa é quando você viaja uma vez por ano por três semanas, um mês ou duas vezes por ano por algumas semanas. Você ficar duas semanas comendo mal, não importa. Mas eu, por exemplo, a última vez que eu trabalhei foi em junho, então, quando eu estava com uma vida mais ou menos estável, foi em junho. Já estamos aí há quase quatro meses, cinco meses que eu estou na estrada e é muito difícil manter uma alimentação balanceada. É muito difícil eu conseguir comer fruta, tem países em que as condições sanitárias são mais questionáveis. É difícil você comer fruta porque é cru, né? Fruta e salada. E aí você fica só no carboidrato, fica só na proteína. E eu já cheguei a ser vegana por dois anos viajando, e era muito difícil. Eu deixei de ser vegana, mais que tudo, pelas dificuldades da viagem. Foi numa época que eu comecei a usar mais *Couchsurfing*. Então, eu não queria chegar à casa de uma pessoa e falar, não, eu não como isso, não como aquilo, não como aquilo outro. Muitos países nem têm esse conceito do que é o ser vegano, do que é o ser vegetariano. E o segundo era a questão da comunicação, né? Também naquela época não tinha tanto Google tradutor. Tipo assim, chegar a uma pessoa e começar a explicar, você não falando a língua dela, que você não come leite, mas você também não come a manteiga, porque a manteiga é feita de leite, você não come carne, mas carne também quer dizer peixe, quer dizer animais. Então, foi por isso que eu deixei de ser vegana. Acho que a alimentação pode ser uma questão, como não pode ser uma questão.

Eu tive três intoxicações alimentares das bravas durante esses anos viajando. E eu acho que essas três me prepararam, sabe? Porque depois dessas três, eu sobrevivi a países que são mundialmente conhecidos por fornecerem alimentação que provoca diarreia nos viajantes, como a Índia, a Bolívia, Etiópia, Bangladesh, e eu sobrevivi a esses países imune, porque eu acho que eu já criei a imunidade dessas outras intoxicações alimentares.

Mas uma coisa que eu ainda faço em todos os países que eu chego é pegar leve na primeira semana; tento comer em lugares mais ou menos limpinhos, evito a fruta, evito a salada, gosto de deixar meu corpo se acostumar aos poucos. Mas depois de uma semana, não estou nem aí e qualquer comida é comida. Muitas vezes pelo *Couchsurfing*, você chega na casa das pessoas, as pessoas querem te alimentar, então, assim, se tem uma barata na cozinha, paciência, se tem rato no telhado, paciência!

Entrevistadores: Continuando no tópico dos desafios, como funciona em relação à saúde?

Ana Flávia Vieira: A saúde é uma coisa muito difícil, especialmente quando você viaja sozinho, sabe? Porque você depende de você mesmo, é diferente de você estar com alguém. As vezes que eu fiquei doente, acho que a maioria das vezes, eu estava ficando em *Couchsurfing*, então eles me ajudaram, mas as vezes que eu fiquei doente, que eu estava realmente sozinha, foi muito difícil. Você se sente muito fragilizado, até mesmo em relação a coisas pequenas, sabe? Quando você está começando a ficar doente, por exemplo, você só quer ficar de boa na cama, não é? Não quer fazer nada. Uma coisa que eu tomo muito cuidado, é não me machucar. A minha mãe fala, “tá, você quer fazer isso? Faça e volte sem se machucar”. E eu tenho esse mantra na minha cabeça.

Entrevistadores: E você leva na mochila algum medicamento brasileiro?

Ana Flávia Vieira: Eu e meu irmão encontramos nossos pais em setembro do ano passado na Europa. Fazia dois, três anos que a gente não via nossos pais. Antes, se alguém estivesse vindo no Brasil, o que a gente pedia?

Passatempo, traquinhas, pipoca da vovozinha, miojo da Turma da Mônica, essas coisas, né? Mas dessa vez que meus pais vieram, a gente pediu o quê? Nimesulida, Tylenol Sinus, Dorflex, que não vende na Europa, e o meu irmão ainda pediu o bendito NeoSoro, no qual ele é viciado. Esses remédios são básicos para mim, então sempre tento manter alguns comigo, além de outros, como ibuprofeno e paracetamol. Antibiótico normalmente é mais difícil, porque tem a questão da validade também, e de espaços na bolsa, por mais que sejam pequenos, ainda assim ocupam um espaço significativo.

Entrevistadores: Mudando um pouco o foco para as políticas migratórias, como funciona a questão dos vistos? Quais são os desafios, as dificuldades, de forma geral, em relação a isso?

Entrevistada: Eu acho que nós brasileiras não sabemos a sorte que temos. O nosso passaporte é o 12º melhor do mundo e temos acesso a 168 países sem visto ou com visto na chegada. Só que a gente foca no quê? Na tia Maria que teve o visto negado para os Estados Unidos e não vai poder visitar a Disney. Os piores passaportes do mundo, como do Iraque, Paquistão, Bangladesh, Etiópia, têm permissão para entrada em 30 países do mundo. E são países que é muito difícil de chegar de qualquer outro lugar. Já os brasileiros são muito bem vistos no mundo todo por conta do que eu chamo da “diplomacia do futebol”. O passaporte brasileiro era muito visado para ser roubado, tanto pelo poder de aceitação como porque todo mundo pode parecer brasileiro. Atualmente, embora ainda aconteça, ficou mais difícil o roubo de passaportes, por conta do chip e da biometria digital.

Entrevistadores: Como você administra as questões cambiais?

Ana Flávia Vieira: Eu quase não uso reais, já que ganho e gasto em moeda estrangeira. Tenho contas em bancos da Europa e uso o WISE para movimentar meu dinheiro. Para quem viaja, é essencial ter vários cartões de diferentes bandeiras (Visa, Mastercard, Maestro), porque nunca se sabe quando se pode perder um cartão ou ter problemas com o banco. Também é importante se adaptar à realidade local. Em alguns países, você não usa cartão para nada, como no Nepal, enquanto em outros tudo é digital, como o PIX no Brasil.

Entrevistadores: Para finalizar, você poderia deixar algumas dicas de segurança, pra gente, sobre aspectos que representam desafios para os viajantes?

Ana Flávia Vieira: Olha, eu vou falar uma coisa muito pontual, mas que eu já vi acontecer tantas e tantas vezes, que é o SMS de código de verificação. Quando você sai do Brasil e precisa acessar o aplicativo de qualquer banco brasileiro por exemplo, por medida de segurança, ele identifica o acesso ao aplicativo de outro país como estranho e a forma utilizada para confirmar o acesso é a verificação de dois passos. Como você não pode receber o SMS em outro país, a partir desse momento você não tem acesso ao seu banco ou pior, o seu chip pode estar funcionando mas se o celular é roubado tem que fazer a autorização do dispositivo em um novo celular. Então, é uma coisa que é muito simples, mas que geralmente as pessoas só aprendem quando passam por uma experiência ruim. Eu, por exemplo, tenho um número no Brasil com os meus pais; eu mantenho esse número ativo só para receber SMS.

Outra coisa importante é ter um número de alguém escrito no papel para o caso de você ter o celular roubado, ter como entrar em contato com alguém de confiança.

Dentro do aplicativo do Google Maps tem como você compartilhar sua localização; essa é uma boa medida de segurança! Como eu faço muito *Couchsurfing*, fico muito na casa das pessoas; invariavelmente, eu já deixo numa planilha, que meus pais também têm acesso, o nome da hospedagem, o perfil do *Couchsurfing* no site, o endereço e o telefone. Às vezes também compartilho com alguns amigos e com o meu irmão, para não preocupar tanto os meus pais. Mas tem sempre alguém avisado do meu paradeiro! E eu acho que isso é muito, muito importante!

É muito engraçado como a disponibilidade ou não das tecnologias muda a percepção e até o comportamento das pessoas. Antes não tinha internet disponível como tem hoje. No mochilão que eu fiz pela América Central, em 2015 para 2016, eu saí da Colômbia chegando ao México. Meu celular quebrou e eu tinha apenas um laptop comigo, pois eu fazia a faculdade na Colômbia. Eu pensei: ou eu continuava no mochilão, ou eu gastava o dinheiro para comprar

o celular. Decidi não comprar o celular. Então às vezes eu ficava dois, três dias sem dar notícia para meus pais, e eles ficavam tranquilos. Hoje, se eu fico 48 horas sem mandar pelo menos um oi, um gif, um meme, um vídeo, alguma coisa, meu pai já manda: “o que tá acontecendo aí? Onde você tá? Tá fazendo o quê? O que aconteceu?”

E, por fim, tenham a cópia das fotos na nuvem para não perder as fotos da viagem!

Para encerrar

Reiteramos nossos agradecimentos à Ana Flavia, que nos deu uma aula sobre coragem, liberdade e, ao mesmo tempo, desapego, pois ela viaja pelo mundo carregando todos os seus pertences em uma mochila, por ela chamada de ‘Sullivan’. Além das valiosas dicas sobre todos os aspectos acima discutidos, Ana destacou, também, a importância da comunicação, deixando um importante conselho para nós, turismólogos: “vocês que vão trabalhar diretamente com os clientes, façam esses clientes terem todas as informações; é crucial que o cliente saiba exatamente o que esperar. Quanto mais informações ele tiver, mais seguro se sente, o que aumenta a chance de fechar pacotes. Alinhar as expectativas é fundamental para evitar surpresas desagradáveis durante a viagem”.

Foi uma conversa muito enriquecedora e que nos provoca a refletir sobre nossa responsabilidade em pensar o turismo não apenas para aqueles que viajam para colecionar fotos e objetos, mas também para aqueles, cujo maior interesse é a experiência, é a troca, é o intercâmbio cultural.

Entrevista realizada remotamente em 05 de novembro de 2024.

